

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

Mariana Collette Piai Ersina

**AS CICATRIZES DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL:  
DILEMAS DO “NEODESENVOLVIMENTISMO” E OS MEGAPROJETOS DE  
INFRAESTRUTURA NA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL.**

Mestrado – Sociologia

Dourados

2021

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**AS CICATRIZES DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL:  
DILEMAS DO “NEODESENVOLVIMENTISMO” E OS MEGAPROJETOS DE  
INFRAESTRUTURA NA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL.**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em sociologia, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr. María Gabriela Guillén Carías.

Mestrado - Sociologia

Dourados

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

E73c Ersina, Mariana Collette Piai

AS CICATRIZES DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL: DILEMAS DO "NEODESENVOLVIMENTISMO" E OS MEGAPROJETOS DE INFRAESTRUTURA NA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL [recurso eletrônico] / Mariana Collette Piai Ersina. -- 2021.

Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Maria Gabriela Guillén Carías.

Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2021.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Crise estrutural do capital. 2. Neodesenvolvimentismo. 3. Infraestrutura. 4. América Latina. 5. PT. I. Carías, Maria Gabriela Guillén. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

Mariana Collette Piai Ersina

**AS CICATRIZES DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL: DILEMAS  
DO “NEODESENVOLVIMENTISMO” E OS MEGAPROJETOS DE  
INFRAESTRUTURA NA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL.**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em sociologia, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr. María Gabriela Guillén Carías.

Dourados – MS, 09 de setembro de 2021.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. María Gabriela Guillén Carías  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia / UFGD  
Presidente

---

Prof. Dr. Marcílio Rodrigues Lucas  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia / UFGD

---

Profa. Dra. Marcia Yukari Mizusaki  
Programa de Pós-Graduação em Geografia / UFGD

---

Profa. Dra. Natália Scartezini Rodrigues  
Curso de Ciências Sociais / UFU

“Onde se recebe a Renda *per Capita*? Tem muito morto de fome querendo saber”. Eduardo Galeano.

“A estrada é uma espada. A sua lâmina rasga o corpo da terra. Não tarda que a nossa nação seja um emaranhado de cicatrizes, um mapa feito de tantos golpes que nos orgulharemos mais das feridas que do intacto corpo que ainda conseguiremos salvar.” Mia Couto.

## AGRADECIMENTOS

Nesta seção do trabalho dedico primeiramente um agradecimento à minha orientadora Maria Gabriela pelas “enseñanzas”, pela confiança e, sobretudo, pelo privilégio da sua companhia. Ainda que esta última, em função da pandemia e das tantas obrigações que carregamos, não tenha alcançado as proporções da minha estima. É certo que mesmo sem qualquer interferência catastrófica viral, como a que nos atravessa, ou compromissos burocráticos, acadêmicos ou de luta, seria ainda bastante difícil alcançar a dimensão da proximidade e companhia que eu sempre desejei. Agradeço por toda inspiração, amizade e palavras que preenchem meus ouvidos com um bonito sotaque salvadoreño.

Na sequência, agradeço ao professor, e amigo, Marcílio que esteve presente na banca de qualificação, lá nos finais de 2020, e agora mais uma vez na defesa. Agradeço seus comentários que, tão acurados quanto gentis, muito contribuíram e deram forma a esta versão final do texto. Mais que isso, agradeço pelas instigantes aulas ministradas no programa e aos igualmente estimulantes encontros do Grupo de Estudos Mundo do trabalho em tempos de crise.

Devo agradecimentos ao meu queridíssimo amigo Matheus Hernandez que conjurou tempo na acelerada rotina de coordenador da graduação para ler este trabalho e me emprestar um pedacinho da sua enorme sabedoria.

Agradeço ainda ao Frederico Lambertucci que com extrema paciência e carinho emprestou e fez crescer seus ouvidos para que eu tentasse desembaralhar minhas ideias e dar materialidade às discussões reunidas neste trabalho. Ao Fredico, agradeço pelo primeiro e essencial contato com o marxismo, e mais ainda pelos quase surreais carinho e amizade inabaláveis que matemos a despeito de qualquer mudança e situação.

Para além destes que me ajudaram diretamente na confecção destas páginas, agradeço aos grandes amigos que com seus sorrisos e abraços apertados roubaram parte da ansiedade dos meus dias e fizeram esses dois anos e tantos meses mais leves e felizes.

Tenho a sorte de que a minha irmã está entre esses amigos. À Mila, agradeço pela eterna inspiração, companheirismo e pelos embalos em inúmeras gargalhadas.

Também de modo especial dedico agradecimentos à Camile Boldo e à Camilla Aidé Sehn Perônico que transbordam acolhimento e me impressionam com desmedido carinho e amizade.

Finalmente agradeço aos meus pais que seguraram todas as pontas, me acompanharam de pertinho em toda esta caminhada e se fizeram meus leitores mais gentis. Eu sou eternamente grata pelo esforço de vocês e por todo amor que me depositam.

## RESUMO

A América do Sul entrou para os circuitos de acumulação global do capital a mais ou menos cinco séculos. Daqui nos foi drenado qualquer recurso que atiçasse as ganas das monarquias ibéricas. 500 anos mais tarde, nossas riquezas naturais seguem sendo drenadas em direção aos centros de acumulação do capital. As coroas ibéricas já não mais comandam o processo, mas a vocação para o exterior continua agora controlada pelas grandes transnacionais que, com ajuda dos Estados, mantém de pé e, desde a década de 1970, elevam até às últimas consequências a sua tendência espoliadora.

A década de 1970 marca um momento de inflexão na lógica de acumulação capitalista, na reprodução do capital e nas formas de domínio com a queda tendencial da taxa média de lucros prevista por Marx em *O Capital*. A constante elevação da produtividade e o acirramento das contradições mais íntimas e inerentes do capital nos conduziu a um momento que se traduziu para o Brasil, bem como para a América Latina, no esgotamento do paradigma industrialista como forma predominante de acumulação de capital, e nos conduziu para a dinâmica da reprimarização econômica e do avanço da fronteira neoextrativista pelos territórios. A recriação de um padrão de acumulação, arquitetada para atender as demandas externas, tem como precondição essencial a construção de uma rede de infraestrutura para garantir a inserção de novos territórios na dinâmica capitalista e a reprodução ampliada dos grandes conglomerados monopólicos imperialistas.

Buscando avaliar criticamente e de maneira radical, esse processo, é objetivo desta investigação examinar o papel protagonista do Estado na promoção da acumulação capitalista em que a infraestrutura se torna um vetor importante, bem como o caráter dos megaprojetos e suas consequências para o subcontinente, em especial para as populações originárias, comunidades camponesas, quilombolas, ribeirinhas e para a classe trabalhadora sul americana. Nesse sentido, temos como objetivo analisar de maneira intensiva a Iniciativa de Integração Regional Sul Americana (IIRSA) e os Programas de aceleração ao crescimento (PAC I e II) articulando-os com as dinâmicas locais, internacionais e o sistema sociometabólico do capital que a partir de 1970 entra num estágio de crise estrutural profunda.

**PALAVRAS CHAVE:** Infraestrutura; IIRSA; PAC; Crise estrutural do Capital.



## ABSTRACT

South America entered the circuits of global capital accumulation about five centuries ago. From these lands we were drained of any resource that would fuel the gains of Iberian monarchies. 500 years later, our natural resources continue to be drained towards the centers of capital accumulation. The Iberian crowns are no longer in charge of the process, but the external vocation continues now controlled by the big transnational corporation, that, with the help of the States, successfully maintains, and since the 1970s, have elevated the despoiling tendency to the last consequences.

The 1970s marked a turning point in the logic of capitalist accumulation, in the reproduction of capital and in the forms of domination with the trend drop in the average rate of profit predicted by Marx in *The Capital*. The constant increase in productivity and the intensification of capital's most intimate and inherent contradictions led us to a moment that turned into in Brazil, as well as in Latin America, the exhaustion of the industrialist paradigm as a predominant form of capital accumulation, and led us to the dynamics of economic reprimarization and the advance of the neo-extractive frontier across territories. This recreation of an accumulation pattern, designed to serve external demands, has as its essential precondition the construction of an infrastructure network to guarantee the insertion of new territories in the capitalist dynamics and the expanded reproduction of the large imperialist monopoly conglomerates.

Seeking to critically evaluate this process in a radical way, the objective of this investigation is to examine the protagonist role of the State in promoting capitalist accumulation in which infrastructure becomes an important vector, as well as the character of megaprojects and their consequences for the subcontinent, especially for native populations, peasants, quilombolas, riverside communities and the South American working class. To this end, we aim to intensively analyze the South American Regional Integration Initiative (Portuguese acronym IIRSA) and the Growth Acceleration Programs (Portuguese acronym PAC I and II), articulating them with the local, international dynamics and the sociometabolic system of capital that since 1970 enters a stage of deep structural crisis.

**Key-words:** Infrastructure; IIRSA; PAC; Structural crisis of Capital.

## **Lista de Figuras**

Figura 1 – Estrutura Organizacional IIRSA (2001)

## **Lista de Gráficos**

- Gráfico 1 – Projetos IIRSA divididos por setor (2016)
- Gráfico 2 – Projetos IIRSA do setor de transportes no Brasil (2016)
- Gráfico 3 – Projetos IIRSA do setor de energia no Brasil (2016)
- Gráfico 4 – Projetos IIRSA do setor de comunicação no Brasil (2016)
- Gráfico 5 – Exportações brasileiras segundo fator agregado 1990 – 2010 (%)
- Gráfico 6 – Sequência histórica IIRSA 2004-2009
- Gráfico 7 – Demonstrativo obras IIRSA no Brasil 2016
- Gráfico 8 – Investimentos previstos PAC I (2007-2010) em Logística e Energia

## **Lista de Tabelas**

- Tabela 1 – Oferta de crédito rural federal em bilhões de reais
- Tabela 2 – Renúncia Fiscal da União de 2003 a 2016 em bilhão de reais
- Tabela 3 – Taxas e formas de incidência dos Royalties minerais em diferentes países
- Tabela 4 – Ranking da Taxação Mineral Efetiva no Mundo (2010)
- Tabela 5 – Indicadores da balança comercial brasileira na década de 1990 (em U\$ bilhões)
- Tabela 6 – Demonstrativo de projetos e investimentos da IIRSA, 2004
- Tabela 7 – Demonstrativo quantidade de projetos IIRSA 2016
- Tabela 8 – Levantamento obras nos setores de logística e energia PAC 1
- Tabela 9 – Levantamento obras nos setores de logística e energia PAC 2
- Tabela 10 – Exportações Brasileiras de 2003 - 2016

## Lista de Abreviaturas

AGU – Advocacia Geral da União  
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas  
BCB – Banco Central do Brasil  
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CAF – Corporação Andina de Fomento  
CCBM – Consórcio Construtor Belo Monte  
CCT – Comitê de Coordenação Técnica (IIRSA/COSIPLAN)  
CDE – Comitê de Direção Executiva (IIRSA/COSIPLAN)  
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe  
CFEM – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais  
CGPAC – Comitê de Gestão do PAC  
CIMI – Conselho Indigenista Missionário  
CNC – Confederação Nacional do Comércio, de Bens Serviços e Turismo  
CNI – Confederação Nacional da Indústria  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social  
COSIPLAN – Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento  
CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária  
CTNBio – Comissão Técnica Nacional de Biossegurança  
CTNFitó – Comissão Técnica Nacional de Fitossanitários  
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido  
DNPM – Departamento Nacional de Política Mineral  
EIA – Estudo de Impacto Ambiental  
EID – Eixo de Integração e Desenvolvimento  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa  
FED – Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos  
FONPLATA – Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
GEPAC – Grupo Executivo do PAC  
GTE – Grupo de Técnico Executivo (IIRSA/COSIPLAN)  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis  
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação à Biodiversidade  
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
IIRSA – Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana  
INPE – Instituto Nacional de Pesquisa Espacial  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados  
IRPJ – Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica  
LC – Lei Complementar  
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens  
MAM – Ministério do Meio Ambiente  
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MF – Ministério da Fazenda  
MP – Medida Provisória  
MPF – Ministério Público Federal  
MS – Ministério da Saúde

OIT – Organização Internacional do Trabalho  
OGM – Organismo Geneticamente Modificado  
ONG – Organização Não Governamental  
PAC I – Programa de Aceleração ao Crescimento I  
PAC II – Programa de Aceleração ao Crescimento II  
PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público  
PCH – Pequena Central Hidrelétrica  
PDP – Política de Desenvolvimento Produtivo  
PEIC – Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIS – Programa de Integração Social  
PITCE - Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior  
PL – Projeto de Lei  
PLC – Projeto de Lei Complementar de iniciativa da Câmara  
PLP – Projeto de Lei Complementar  
PLS – Projeto de Lei de iniciativa do Senado  
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio  
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento  
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira  
PT – Partido dos Trabalhadores  
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SEPAC – Secretaria Executiva do PAC  
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia  
SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito  
TI – Terra Indígena  
TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo  
UC – Unidade de Conservação  
UEE – Usina Eólica  
UHE – Usina Hidrelétrica  
UNASUL – União das Nações Sul-Americanas  
UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento  
UTE – Usina Termoelétrica

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 1 - NEOEXTRATIVISMO E ESTADO “NEODESENVOLVIMENTISTA”.....</b>	<b>19</b>
<b>CAPÍTULO 2 - ESTADO, CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E OS IMPACTOS NAS ECONOMIAS DEPENDENTES .....</b>	<b>53</b>
2.1 ESTADO MODERNO .....	53
2.2 O CONTINUUM DEPRESSIVO .....	59
2.3 CRISE ESTRUTURAL E CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO .....	77
2.4 O FIM DO PARADIGMA INDUSTRIALISTA E A VIRADA NEOLIBERAL .....	94
<b>CAPÍTULO 3 - “NEODESENVOLVIMENTISMO”, NEOEXTRATIVISMO E MEGAPROJETOS DE INFRAESTRUTURA.....</b>	<b>102</b>
3.1 A INICIATIVA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL SUL AMERICANA (IIRSA).....	103
3.2 A ONDA PROGRESSISTA SUL AMERICANA, A VITÓRIA DO PT E “NEODESENVOLVIMENTISMO” .....	111
3.3 IIRSA E A ADMINISTRAÇÃO “NEODESENVOLVIMENTISTA” .....	123
3.4 PROGRAMA DE ACELERAÇÃO AO CRESCIMENTO I E II (PAC I E II) .....	131
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>142</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>153</b>
<b>ANEXO I .....</b>	<b>161</b>
<b>ANEXO II .....</b>	<b>167</b>

## INTRODUÇÃO

Em 21 de fevereiro de 1989 uma jovem guerreira Kayapó conseguiu barrar a construção de uma usina hidrelétrica nas águas do rio Xingu, apontando o seu facão contra o rosto de José Antônio Muniz Lopez, presidente da empreiteira Eletronorte. Durante uma audiência pública na cidade de Altamira no estado do Pará, Tuíra, com apenas 19 anos, conseguiu com a lâmina do seu terçado atrair atenção nacional e internacional para o projeto que afetaria a vida de aproximadamente 20 mil indígenas de 28 diferentes etnias.

As imagens de Tuíra empunhando seu facão, capturadas lá no extremo norte do Brasil, correram o mundo e junto das várias mobilizações indígenas, ribeirinhas e das entidades da sociedade civil, conseguiram interromper o avanço da construção da usina hidrelétrica nas águas do Xingu.

No Rio Grande do Sul, no início dos anos 1990, as comunidades ribeirinhas da bacia do rio Uruguai enfrentaram uma ameaça semelhante com o anúncio da construção do Complexo Hidrelétrico Garabí-Panambi. Através de uma intensa mobilização das comunidades que habitavam a bacia do rio e do apoio do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), conseguiu-se interromper o projeto que pela previsão afetaria cerca de 12,6 mil pessoas e traria impactos ambientais de proporções catastróficas numa área de mata atlântica, o bioma mais devastado do Brasil.

Planejadas durante a ditadura civil-militar e interrompidas por intensas mobilizações sociais durante o início da década de 1990, essas duas obras, uma no extremo norte e outra no extremo sul do país, voltaram para o centro das discussões e das políticas dos governos “neodesenvolvimentistas” do Partido dos Trabalhadores (PT). Nos governos Lula e Dilma elas foram inseridas nas cartilhas da Iniciativa de Integração Regional Sul Americana (IIRSA) e dos Programas de Aceleração ao Crescimento (PAC I e II). A usina hidrelétrica Kararaô, combatida bravamente por Tuíra em 1989, foi inserida no PAC com o nome de Usina Hidrelétrica de Belo Monte e apesar de toda mobilização que gerou nos dois momentos que foi anunciada, teve sua construção iniciada em 2011 e sua planta inaugurada em 2019. A construção do complexo hidrelétrico de Garabí-Panambi, no rio Uruguai, – agora inserida na cartilha de projetos da



IIRSA e do PAC 2 – voltou a ser disputada juridicamente em 2014 e os moradores da região temem pela sua implementação.

Infelizmente o medo que atinge a população que vive próxima do que pode vir a ser o Complexo Hidrelétrico Garabí-Panambi é compartilhado com inúmeras comunidades no Brasil, e em toda a América do Sul, que tem seus territórios atravessados por esses grandes empreendimentos infra estruturais que buscam reconfigurar econômica, social e geograficamente o subcontinente e aprofundar o neoextrativismo a partir de suas lógicas utilitaristas da natureza.

Partindo das categorias marxianas e do desenvolvimento teórico operado por Istvan Mészáros<sup>1</sup>, o objetivo geral deste trabalho é realizar a crítica do caráter desses megaprojetos como a Iniciativa de Integração Regional Sul Americana e os Programas de Aceleração ao Crescimento I e II, aprofundados pelo Estado “neodesenvolvimentista” dos governos do Partido dos Trabalhadores que ocuparam a presidência do Brasil por um pouco mais que uma década.

Para isto, buscarei traçar os nexos causais entre a IIRSA, o PAC I e II, o *modus operandi* do capitalismo central e periférico, a doutrina econômica neoliberal que engloba o “neodesenvolvimentismo”, o papel do Estado na acumulação capitalista, a crise estrutural do capital e seus fenômenos decorrentes. Tudo isso a fim de denunciar as atrocidades que o imperialismo em associação com as burguesias nativas e os governos chamados progressistas, têm perpetrado às populações indígenas, camponesas, quilombolas e ribeirinhas, através de projetos como estes em questão.

Para lograr esse objetivo, partirei de um método ontológico marxista que consiste em ir de encontro à realidade efetiva, os megaprojetos de infraestrutura, a IIRSA e o PAC I e II, buscando apreender suas determinações mais gerais e essenciais, capturar e traduzir teoricamente o processo histórico e social concreto, articulando-os, através da perspectiva da totalidade, às dinâmicas locais e internacionais.

Para isso, voltarei às obras marxianas com o intuito de compreender o *modus operandi* do capitalismo nos países centrais. Tomarei como fontes as

---

<sup>1</sup> Filósofo húngaro que atualiza o debate da crítica da economia política e da crítica do Estado, fundamentando o período histórico como de Crise estrutural do capital, categoria chave para o desenvolvimento deste trabalho.

análises de Mészáros, acerca da crise estrutural do capital e de sua incontrollabilidade. Buscarei nas obras de teóricos marxistas da dependência compreender como a dinâmica do capital opera na periferia do planeta. E me aprofundarei nas discussões sobre o caráter do Estado moderno presente na obra de Mészáros e em importantes outros autores da tradição marxista. A discussão sobre o caráter do Estado moderno tem como princípio tornar profícua, e bastante acertada, a análise que configura extrema importância para essa investigação do chamado “neodesenvolvimentismo”, questão essencial para entendimento do processo.

Como suporte empírico utilizaremos os dados e estatísticas da Iniciativa de Integração Regional Sul Americana nos documentos oficiais da plataforma do IIRSA/COSIPLAN, bem como nos documentos oficiais de instituições de fomento nacionais e internacionais, com o intuito de traçar o perfil das obras, quais serão os capitais privilegiados por estes empreendimentos e os conflitos sociais resultantes. Nesse mesmo sentido os dados e estáticas referentes ao PAC I e II serão retirados da plataforma oficial do governo disponível online, bem como das plataformas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Desta forma, a partir de uma análise que logre relacionar como funciona o modus operandi do capital no estágio atual, suas contradições e crises, a condição de dependência que subordina Estados periféricos ao sistema do capital, a função do Estado na reprodução ampliada do capital e a configuração desses megaprojetos, poderei avaliar criticamente quais são as suas funcionalidades para a manutenção do sistema sócio metabólico do capital e, ainda, qual será o papel desempenhado pelos países dependentes sul americanos nessa atual quadra histórica.

Nesse sentido o trabalho será dividido em três capítulos, de modo a possibilitar o aprofundamento das discussões, auxiliar na estruturação de ideias e proporcionar uma maior fluidez na leitura. O primeiro capítulo contará com uma apresentação da situação econômica, política e social mais geral que o Brasil vivenciou nesses quase 14 anos de governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

O segundo capítulo, por sua vez, abrigará uma discussão sobre o Estado moderno e o sistema sociometabólico do capital, uma análise acerca da sua crise estrutural e seus impactos nas economias de capitalismo dependente. O segundo capítulo ainda, à luz sobretudo dos teóricos marxistas da dependência, de Florestan Fernandes e de Caio Prado Júnior, introduz a discussão acerca do desenvolvimento histórico e econômico brasileiro.

Por fim, o terceiro capítulo desta investigação destina espaço para o debate mais aprofundado sobre o “neodesenvolvimentismo” adotado como doutrina econômica e política na metade dos anos 2000, A Iniciativa de Integração Regional (IIRSA) e os Programas de Aceleração ao Crescimento (PAC I e II).

## **CAPÍTULO 1 – Neoextrativismo e Estado “Neodesenvolvimentista”**

O auditório que foi sede em 1989 do Primeiro Encontro dos Povos Indígenas do Xingu se encheu com a coragem e com o som da voz de uma guerreira Kayapó que entoou o grito de guerra *Tenotã-mõ*. Tuíra ameaçou o diretor da Eletronorte em sua língua Kayapó, um dos 274 idiomas sobreviventes à carnificina colonizadora e ao massacre extrativista. O Kayapó, idioma do tronco Macro-Jê, assim como muitas outras línguas originárias da América, não possui em seu léxico linguístico uma determinação específica que corresponda ao conceito de Estado, essa estrutura político social que, segundo Engels em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, é um produto da sociedade de classes que nasce para gerenciar os antagonismos provenientes das sociedades que se organizam a partir de uma complexa divisão social do trabalho (2016).

A ausência de uma expressão particular para o conceito de Estado no vocabulário Kayapó não se dá por uma baixa sofisticação linguística, como um olhar evolucionista e pautado nas ideologias do progresso sobre a questão pode sugerir. A carência do vocábulo está ligada à inexistência de tal estrutura em sua sociedade. Não se pode nomear, atribuir um signo, a algo que na própria dinâmica sociocultural dos Kayapó não pode existir. Sem rastros de propriedade privada, e com a sua base da organização social e econômica alicerçada no trabalho comunal estreitamente vinculado ao cultivo da terra, os Kayapó, bem como muitas outras comunidades originárias inseridas no grande território batizado pelos colonizadores a partir do pau-brasil, pariram uma organização social completamente distinta e contrária à lógica de produção e acumulação de excedente trazida pelos europeus.

Sem classes sociais, essa sociedade viu nascer das suas entranhas um sistema político que não dispõe de poder coercitivo, no qual as decisões são tomadas através do aconselhamento, do convencimento e da construção do consenso. Nesta sociedade, o poder de organização da vida social não é alienado do seu corpo, inexistente uma burocracia e uma estrutura que rege “de fora” as atividades de produção. A organização dessa sociedade indígena, conforme argumentou o antropólogo francês Pierre Clastres, consistiu não

apenas na formação de uma sociedade sem Estado, mas, mais que isso, conformou, segundo sugere o título de sua obra lançada em 1977, uma sociedade contra o Estado. Ou seja, estas sociedades se organizam a partir de uma lógica que repele o aparecimento de estruturas centralizadas de poder.

Os Kayapó são prova material de que o Estado é produto de algo externo à humanidade, fruto de relações sociais concretas. O Estado é resultado do desenvolvimento de um determinado modo de produção e reprodução dos seres humanos, em que o trabalho humano, o intercâmbio orgânico com a natureza, em um momento de escassez, seja por mudanças climáticas drásticas ou aumento populacional além do que os ecossistemas podiam suportar, levou à necessidade da criação de um excedente econômico para sobrevivência dos grupos sociais.<sup>2</sup> A apropriação privada deste excedente constituiu uma estratégia de sobrevivência em tempos de escassez e aos poucos foi-se transformando no fundamento da possibilidade de uma parte bastante restrita dos grupos humanos de se alçar acima e contra o restante de toda a humanidade, ou seja, constituiu o fundamento para formação de uma sociedade de classes.

Em todas as sociedades em que existe tal apropriação privada do excedente econômico por um grupo em detrimento de outro, existem pelo menos duas classes sociais fundamentais: a dos que produzem e a dos que detém os meios de produção, cujos interesses são irreconciliavelmente antagônicos. Toda possível outra classe que possa existir vive em comum do trabalho da classe que produz a riqueza material e se constitui, comumente, exercendo funções de suporte dessa dominação.

Desse antagonismo inconciliável deriva a necessidade objetiva de vir ao plano sócio histórico o complexo do Estado e da política. Ambos correspondem a uma estrutura de poder centralizada, coerciva e corretiva a ser usada para mitigar os eventuais conflitos decorrentes dessa condição.

---

<sup>2</sup> Na realidade o excedente existe em todo modo de produção da história. O excedente em relação às necessidades imediatas dos indivíduos se fará presente mesmo nas fases mais remotas do ser social. O que importa, contudo, é o excedente econômico passível de reprodução em nível acumulativo, isto denota a importância da agricultura para tal. Pois o excedente, além de possibilitar reproduzir os indivíduos que trabalham, são suficientes para reproduzir a existência dos que não podem trabalhar e em quantidade suficiente para sustentarem outros tipos de atividades. Esse excedente só passa a existir com o controle da natureza exercido na agricultura.

Nas palavras de Engels:

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. (ENGELS, 2016, p. 211)

Estado e política nascem umbilicalmente unidos, o que um é para a forma outro é para o conteúdo. Marx, em *Glosas críticas marginais ao artigo "o rei da Prússia e a reforma social". De um prussiano*, revela a natureza de ambos como alienação do poder de decisão dos indivíduos sobre as contradições provenientes diretamente da relação alienada entre indivíduo e sociedade. Aqui se revela aquela estruturação da gênese do Estado como correspondente à propriedade privada. Os interesses privados que agora aparecem como mediação genérica da vida social, através da propriedade privada, precisam tomar a forma de um interesse universal. A política, junto ao direito, nasce para mediar a relação indivíduo e sociedade quando o interesse privado, nascido da propriedade privada e exercido pela classe dominante, precisa ser transvestido em interesse universal.

Esse Estado – que assume características próprias em cada sociedade sobre a qual se edifica – exerce a função de um aparato coercivo e conciliatório através dos complexos do direito e da política junto à burocracia que lhe corresponde. Ele é essencialmente um fator de coesão, ou seja, a estrutura pela qual a classe dominante exerce e perpetua o seu poder. E como um produto da sociedade de classes, o Estado nasce para gerenciar seus antagonismos mais íntimos através da operação de todos os mecanismos que dispõe de seu poder.

Durante toda a história humana anterior às sociedades de classes os seres humanos organizaram sua produção sem qualquer estrutura parecida com o Estado. Isso significa dizer que a humanidade se originou longe dessa formação política e assim se manteve por aproximadamente 90% de sua história. O Estado ganhou corpo pela primeira vez com o modo de produção escravista, passou por uma profunda transformação com o surgimento do modo de

produção feudal e mais uma vez com as grandes revoluções do século XVIII ganhando os contornos mais essenciais que o delimitam até hoje. Esse Estado, que aparece junto da ascensão econômica da burguesia, o Estado Moderno, força social mediadora de conflitos, estrutura que regula e sustenta o modo de produção capitalista, consiste hoje, junto ao capital, no principal antagonista das sociedades originárias, como a dos Kayapó que com admirável teimosia resistem há séculos aos constantes ataques e avanços do extrativismo capitalista impulsionado pelo Estado.

Nas últimas décadas inúmeros conflitos ambientais floresceram em toda a América Latina provocados pelo acirramento das contradições do capital e pelo aprofundamento das atividades predatórias extrativistas. As aguerridas comunidades indígenas, ribeirinhas, camponesas e quilombolas, bem como os movimentos sociais populares têm colocado suas integridades físicas à prova diariamente, encabeçando manifestações, protestos, fechando rodovias, bloqueando pontes, ocupando canteiros de obras de Usinas Hidrelétricas, marchando centenas de quilômetros, empunhando facões, ou mesmo fazendo greve de fome, para impedir a construção de uma quantidade inédita de megaprojetos de infraestrutura, travestidos pelos Estados “progressistas” latino americanos como vetores do desenvolvimento, e que carregam a “tiracolo” desastrosos impactos ambientais.

Na região sul do Peru, em março de 2010, 1800 manifestantes tomaram por 48 horas as ruas da cidade de Puno para protestar contra a construção da Usina Hidrelétrica de Inambari. Localizada a apenas 300 quilômetros da fronteira com o Brasil, a Usina de Inambari seria a primeira de um pacote de, a princípio, 6 hidrelétricas a serem construídas na Amazônia peruana. Durante os protestos, vários trabalhadores da cidade se juntaram aos 1800 manifestantes, moradores dos 27 centros povoados que seriam inundados pelas águas do lago da usina, para se contrapor à construção. Com custos ambientais e proporções assombrosas, se construída Inambari se tornaria a maior hidrelétrica do Peru, a quinta maior de toda a América do Sul, seu lago teria 41 mil hectares de área inundado (se tornando o segundo maior lago do Peru, atrás apenas do Lago Titicaca), colocaria em risco o Parque Nacional Bahuaja-Sonene e afetaria direta e indiretamente cerca de 8.100 pessoas que vivem em suas cercanias. Nas ruas

de Puno ecoou durante horas o grito “Não à central hidrelétrica de Inambari!”. Os manifestantes, que bloqueavam as ruas e mantinham o comércio da cidade fechado, foram confrontados violentamente pela polícia, alguns manifestantes foram presos, e a polícia respondeu às pedras lançadas pelos manifestantes à delegacia com gás lacrimogêneo.

Em agosto de 2011, a aproximadamente 870 quilômetros da cidade de Puno, um grupo de aproximadamente 400 indígenas saíram em marcha por 60 dias da cidade de Trinidad, na Bolívia, até a capital do país, La Paz. O grupo caminhou cerca de 600 quilômetros como protesto em oposição à construção da rodovia Villa Tunari - San Ignacio de Mojos, projeto complementar integrante do Eixo de Integração e Desenvolvimento (EID) Interoceânico Central da Iniciativa de Integração Regional Sul Americana (IIRSA). A “rota trágica” anunciada pelo presidente Evo Morales cortaria longitudinalmente o Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure (TIPNIS) e facilitaria o avanço das dinâmicas do capital sobre o território, que abriga cerca de 12 mil indígenas de diferentes etnias, sendo os Yuracares, Tsimanes, e Mojeños-Trinitarios, as mais expressivas.

Cercados por cocaleiros, imbricados “no meio do caminho” entre a produção de grãos do centro-oeste e norte brasileiros e a costa do oceano pacífico, e repletos de recursos naturais, sobretudo de hidrocarbonetos e madeira, os 12 mil indígenas que habitam o TIPNIS estão encurralados pelos interesses do capital transnacional e temem que a construção da rodovia Villa Tunari – San Ignacio de Mojos facilitará investidas das atividades extrativistas no seu território.

A despeito da repressão policial, a VIII Marcha Indígena conseguiu, ainda que por um curto período de tempo, barrar a construção da rodovia. No entanto, pressionado, o Estado boliviano, 6 anos depois, através da lei número 969, revogou a intangibilidade do território. A revogação configurou uma grande violência política aos povos originários que habitam o território e abriu novamente possibilidade para o capital de realizar todo tipo de dinâmica destrutiva para sua acumulação sob um véu de geração de desenvolvimento econômico.

No Brasil, no sudoeste do Pará, um ano depois do início da construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte, indígenas de diversas etnias se juntaram a pescadores e ribeirinhos para protestar pedindo a suspensão das



obras da UHE instalada nas águas do rio Xingu. Em 2012 foram vários os protestos que acabaram com a ocupação dos canteiros das obras. Acampados os manifestantes usaram picaretas para destruir as barragens provisórias de terra construídas pelo Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM) deixando o rio correr, destruíram computadores, mobília e documentos de um dos seus escritórios, e confiscaram chaves de carros, tratores e rádios. Toda essa movimentação se ergueu em resposta à construção da Usina e ao descumprimento pela Norte Energia, empresa vencedora do leilão de concessão realizado dois anos antes, em 2010, dos acordos realizados com o Ministério Público Federal (MPF). Logo no ano seguinte em 2013 os protestos voltaram a surgir e mais uma vez os indígenas, pintados para a guerra, pescadores e ribeirinhos afetados pela obra, invadiram o canteiro onde estava sendo construída a casa de força principal da UHE, exigindo a realização da consulta prévia, que mesmo assegurada pela Constituição Federal (CF) e pela convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) lhes foi negada, e a imediata suspensão da construção e dos estudos de riscos ambientais já realizados.

Na região de Altamira inúmeros protestos se juntaram a estes na tentativa de barrar Belo Monte. Entre esses, centenas de cientistas das principais universidades brasileiras encaminharam à presidenta Dilma Rousseff cartas evidenciando que os impactos sócios ambientais estariam em total desproporção com o tímido potencial de exploração energético da UHE, manifestantes bloquearam trechos da Transamazônica em protesto contra a construção da represa da UHE Belo Monte e mais uma vez indígenas saíram de suas terras para bloquear alguns acessos à obra. Apesar de todo o esforço, as obras de Belo Monte seguiram sem grandes perturbações com a ajuda do Estado que ignorou os clamores e gritos da comunidade local e enviou em inúmeras ocasiões a Força Nacional para dispersar os manifestantes.

Ainda no Brasil, um pouco mais ao sul, na divisa entre os estados do Pará e do Mato Grosso, cerca de 200 indígenas montaram acampamento e paralisaram as obras da Usina Hidrelétrica de São Manuel instalada no Rio Teles. Assim como seus parentes mais ao norte, os indígenas do médio e alto Tapajós, sobretudo Kayabi, Apiaká e Munduruku, se organizaram, pintaram e

invadiram o canteiro de obras da UHE São Manoel. Em protesto, os indígenas exigiam a interrupção das obras da usina, que faz parte da carteira de projetos do PAC II, pois não teriam sido previamente consultados sobre a sua construção e ainda porque a obra estava sendo realizada em um local sagrado para os indígenas da etnia Munduruku, local onde estão depositadas as urnas funerárias de seus antepassados.

As áreas ocupadas pelos indígenas Kayabi, Apiaká e Munduruku estão inseridas numa região que coincide com a rota de desmatamento entre os dois estados, possuem preços relativamente baixos, que são extremamente propícios para a elevação da lucratividade das atividades do agronegócio, e é riquíssima em recursos minerais. Nesse sentido, para abastecer energeticamente a produção do setor primário exportador, sobretudo mineral e agropecuário, o Estado tem empenhado grandes esforços na construção de empreendimentos energéticos na bacia do Tapajós. A construção desses empreendimentos tem gerado grandes e inconciliáveis conflitos entre os indígenas e o Estado nos últimos anos, que têm sido mitigados mediante o uso de violência e da força policial.

É certo que nem a extraordinária resistência dessas comunidades e desses movimentos, ou tão pouco os conflitos ambientais, configuram uma novidade, uma peculiaridade dos últimos anos. Em virtude do modelo de desenvolvimento econômico extrativista implementado pelas coroas ibéricas há mais de meio milênio, os países inseridos nessas terras, que se convencionou denominar América Latina, foram palco desses processos desde a colonização.

Em todos esses territórios, em razão das estruturas e dinâmicas herdadas do contexto colonial e da vigência dos mecanismos de transferência de valor, não foi possível a autoconstituição de uma burguesia industrial e competitiva, capaz de seguir os passos das burguesias industriais dos países centrais e levar a cabo um projeto de desenvolvimento efetivamente nacional. Em contraposição, consolidou-se nessas terras uma classe dominante, uma burguesia, majoritariamente ligada ao setor primário exportador, essencialmente

dependente, que se reproduz a partir da superexploração da força de trabalho<sup>3</sup> e do extrativismo, e que transformou todo o território da América Latina num verdadeiro mapa de conflitos socioambientais.

O extrativismo, que junto à superexploração da força de trabalho, reproduz e sustenta a classe dominante dos países latino-americanos, segundo o uruguaio Eduardo Gudynas,

[...] corresponde a um tipo de apropriação de grandes volumes de recursos naturais com alta intensidade, os quais, a maioria são exportados como matérias-primas, sem processamento industrial ou com processamento industrial limitado. (GUDYNAS, 2018, p. 62) [tradução própria]<sup>4</sup>

O autor, através do seu artigo lançado em 2011 “*Alcances y contenidos de las transiciones al post-extractivismo*”, completa ainda que os empreendimentos extrativistas exigem, normalmente, vultuosos investimentos, e ao passo que criam expressivos e relevantes efeitos macroeconômicos, provocam, em contrapartida, graves impactos sociais, ambientais e culturais nos territórios que atravessam.

Nos primeiros anos do século XXI, o extrativismo, herança da dominação e colonização ibérica na América Latina, que reduz toda a complexidade da natureza em meros recursos disponíveis à exploração e mercantilização (ACOSTA e BRAND, 2018) passou por uma importante transformação que resultou em sua versão mais contemporânea, o neoextrativismo.

Essa significativa transformação é fruto de uma conjuntura regional e internacional muito específica, que se desenvolveu a partir de um grande amálgama de diversas dinâmicas, cujas principais consistem na crise estrutural do capital que se inicia na década de 1970, na elevação da demanda internacional e do preço das matérias-primas produzidas ou encontradas na América Latina, e nas vitórias eleitorais quase que simultâneas de partidos “progressistas” na grande maioria dos países da região do Cone Sul.

---

<sup>3</sup> A categoria superexploração da força de trabalho, criada por Ruy Mauro Marini, um dos pesquisadores mais importantes da Teoria Marxista da Dependência, será explicada no próximo capítulo para ilustrar o modo de reprodução do capital no capitalismo dependente.

<sup>4</sup> [...] corresponde a un tipo de apropiación de recursos naturales en grandes volúmenes y/o la alta intensidad, donde la mitad o más son exportados como materias primas, sin procesamiento industrial o procesamientos limitados.

Esse fruto, o neoextrativismo, segundo Gudynas (2009), é uma modalidade de extrativismo levada a cabo e aprofundada pelos governos ditos “progressistas” que alcançaram o controle dos Estados latinoamericanos nesse alvorecer do século XXI. Ou seja, a nova modalidade de extrativismo, que ganha o prefixo “neo”, se diferencia da sua versão anterior através da transformação do Estado em um ator determinante para esses setores. Ou ainda para ficar mais claro, o Estado deixa de atuar apenas de maneira indireta na promoção dos setores extrativistas. Ele “deixa de ser um mero espectador e passa a constituir-se em um ator chave para esses setores” (Gudynas, 2009, p. 193).

Nesse sentido, o Estado passa a concentrar, nessa nova conjuntura, para além dos tradicionais instrumentos que constantemente manipula para criar um ambiente favorável aos negócios extrativistas e atrair investimentos de ordem privada, mecanismos de capitalização e desoneração para os setores estratégicos a partir de uma volumosa oferta de crédito, de expressivas renúncias fiscais, da implementação de regimes tributários especiais para determinados setores ou regiões e, por último mas igualmente importante, do financiamento de grandes obras de infraestrutura de transportes, energia e comunicação.

O Brasil não escapou dessa dinâmica. Assim como todos os seus vizinhos do Cone Sul, com exceção da Colômbia e do Peru, o “progressista” Partido dos Trabalhadores venceu a corrida presidencial em 2002, e o país em 2003 foi apresentado a nova versão de um velho conhecido.

Como resultado das eleições do ano 2002, o país adotou no ano seguinte uma doutrina econômica, aparentemente nova, batizada por “neodesenvolvimentismo”. Com extraordinário apoio popular, o PT alcançou pela primeira vez o comando do executivo brasileiro. Luiz Inácio Lula da Silva levou o cargo de presidente da república em sua quarta campanha eleitoral, e em sua primeira entrevista após a confirmação do resultado obtido nas urnas, afirmou que a esperança havia vencido o medo.

A frase emblemática do ex-presidente fazia referência aos turbulentos anos que seguiram às crises das dívidas latino-americanas geradas a partir da enxurrada de investimentos externos na década de 1970 para a industrialização para substituir importações. O medo representava o cenário econômico instável

que o país, junto aos vizinhos, experimentava e as implacáveis políticas de austeridade que atravessavam e atormentavam principalmente as classes populares brasileiras. Vindas diretamente do Fundo Monetário Internacional (FMI) as políticas antissociais de austeridade, que nos países Sul Americanos fizeram “vender até os leões dos zoológicos”, buscavam impedir o “naufrágio” das contas e dos negócios nacionais vestindo a classe trabalhadora com coletes salva-vidas recheados de chumbo.

Com o “discurso de combater as desigualdades, os governos “progressistas” aproveitando o momento em que as matérias-primas alcançaram preços elevados no mercado mundial, fomentaram [com intensidade inédita] o extrativismo.” (ACOSTA e BRAND 2018, p. 58). No Brasil o estímulo ao modelo extrativista propiciado pelo Estado, em decorrência da elevação do preço das *commodities*, pôde ser observado facilmente nos superávits primários das receitas nacionais puxados pelo setor primário exportador extrativista, nos volumosos incentivos fiscais aos setores agropecuário e mineral, no expressivo crédito rural, nas inúmeras tentativas dos poderes legislativo e executivo de alterar as leis e os códigos relacionados à preservação do meio ambiente, nos megaprojetos de infraestrutura, no avanço da fronteira agrícola e também, nos gigantescos impactos socioambientais que marcaram profundamente sociedades e territórios inscritos neste país.

Nesse sentido, como resultado da pressão do crescimento da demanda mundial por *commodities* agrícolas e minerais sobre a natureza, de 2003 a 2016, anos em que se deu a gestão do Estado brasileiro, foram desmatados aproximadamente 161,6 mil km<sup>2</sup> de floresta no território que compreende a Amazônia Legal brasileira, e nesse mesmo período, o cerrado, bioma que cobre principalmente o centro-oeste brasileiro, teve cerca de 204 mil km<sup>2</sup> de vegetação arrancada segundo dados coletados por satélites do projeto PRODES do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Cabe destacar que o projeto PRODES, criado em 1988, está desde 2005 inserido no Grupo Permanente de Trabalho Interministerial para a redução dos índices de desmatamento da Amazônia legal (GTPI) criado pelo governo Lula em julho do mesmo ano, como reflexo da divulgação dos históricos índices de desmatamento constatados pelo sistema de monitoramento via satélite em 2004. É oportuno levantar esse dado para demonstrar que durante os governos do PT, em diferentes graus, foram desempenhadas políticas de fiscalização, prevenção e proteção ao meio ambiente. No entanto, a política ambiental dos governos do partido ficou sempre subordinada aos interesses do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, até 2008 foi

Nesse mesmo período a produção de minério de ferro cresceu em 80%, segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a produção de rebanhos bovinos elevou-se em aproximadamente 11% segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e a produção de soja brasileira, que já ocupava o segundo lugar no ranking mundial em 2003, ficando atrás apenas dos Estados Unidos da América, cresceu neste período cerca de 119,64%. Apenas no ano agrícola de 2016/2017, último ano da gestão de Dilma Rousseff (PT), o Brasil coberto por crateras, bois e pela folhagem rasteira da oleaginosa, extraiu cerca de 421,358 milhões de toneladas de minério de ferro – dados do DNPM –, totalizou 218.225.177 cabeças de boi – dados obtidos no portal do IBGE – e produziu aproximadamente 114 milhões de toneladas de soja segundo o portal da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e assim emplacou mais uma vez o título de maior produtor de soja do mundo.

O autor Gilberto de Souza Marques aponta em seu livro *“Amazônia: riqueza degradação e saque”* que “a partir de 2002, 32% da perda florestal da região amazônica foi impulsionada pela soja.” (2019, p.241) O cultivo do grão se expandiu junto à elevação do seu preço nos mercados internacionais. Contudo, não seria justo fixar uma simples relação causal com apenas estas duas variáveis. O vertiginoso crescimento da produção de soja brasileira contou com mais um, e crucial, determinante: a infalível assistência do governo federal.

Durante toda a história econômica e social brasileira, o Estado promoveu sem qualquer cerimônia o avanço dos empreendimentos extrativistas pelo território de leste a oeste, derrubando um a um os “obstáculos” para alcançar o “progresso”, mesmo quando os ditos “obstáculos” se materializaram em comunidades indígenas, camponesas, ribeirinhas ou quilombolas. O Estado “neodesenvolvimentista” seguiu a mesma tradição espoliadora que herdou desde seu mais remoto passado colonial. É nesse sentido, como promotor do extrativismo, que o Estado brasileiro “neodesenvolvimentista” se afirmou como

---

conformada uma política ambiental extremamente contraditória, que ora deu passos à frente e ora atrás. No entanto, como efeito da crise mundial, a partir de 2009 o governo brasileiro perdeu sua margem para realizar quaisquer políticas de proteção ao meio ambiente. O acirramento da crise estrutural experimentado no pós-2008 e a necessidade constante e desesperada do capital de maximizar seus lucros foi pouco a pouco traçando todos os limites às políticas de prevenção e de proteção ao meio ambiente. Assim, progressivamente, todas estas foram sendo consumidas pela ânsia da maximização dos lucros do capital impulsionada pelo Estado.

um Estado contra as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, camponesas e de trabalhadores e trabalhadoras agrícolas.

Através da retórica de construir um expressivo crescimento econômico nacional, independente, inclusivo, com responsabilidade social e equitativo, e ignorando as contradições estruturais que condicionam o capitalismo dependente brasileiro e os mecanismos de transferência de valores que penetram e sarrupiam parte da mais-valia produzida e acumulada na periferia, pode se dizer que a doutrina política e econômica dos governos petistas operou uma “grosseira apologia à ordem” (SAMPAIO JR, 2017) abrindo caminho para os grandes empreendimentos para o capital monopolista nativo e transnacional. E mais que isso, o “neodesenvolvimentismo”, a partir do seu discurso inclusivo e políticas assistencialistas insuficientes e imediatas, mascarou os defeitos estruturais do modo de produção do capital e embarcou o país numa espécie de ânsia modernizadora que geraram ganhos substanciais apenas para as elites nativas e, sobretudo, estrangeiras.

O “neodesenvolvimentismo”, segundo Plínio de Arruda Sampaio Jr, “é um fenômeno recente e localizado, indissociável das particularidades da economia e da política brasileiras na segunda metade dos anos 2000” (2017, p. 154) que tinha como desafio combinar os aspectos “positivos” oriundos da normativa do Consenso de Washington – austeridade fiscal, oblíqua abertura para o capital internacional, busca por competitividade internacional e compromisso com a estabilidade da moeda – com os pontos “auspiciosos” do velho desenvolvimentismo – papel regulador do Estado, sensibilidade social, compromisso com o crescimento econômico e industrial.

Mantendo absoluto comprometimento com a totalidade dos ajustes neoliberais firmados na década anterior, sobretudo, como aponta Fábio Luis Barbosa dos Santos, com a “liberalização, desregulamentação e privatização, estabilidade da moeda, lei de responsabilidade fiscal, superávits primários, limite ao endividamento do setor público, desregulamentação das relações de trabalho redução e cortes de direitos” (2016, p. 50), o “neodesenvolvimentismo” petista buscou retomar o crescimento econômico a partir da criação de um “ambiente favorável” aos negócios extrativistas do setor primário exportador.

Assim, com mais elementos de continuidade do que de ruptura com o neoliberalismo, observando a constante elevação da demanda e dos preços das *commodities* agrícolas e minerais, os governos petistas orquestraram um “novo” modelo de desenvolvimento econômico, através de uma série de medidas e políticas, baseado na marcada intensificação e desoneração do extrativismo em estreita consonância com as necessidades da expansão do grande capital nacional e dos ainda maiores capitais dos conglomerados monopolistas internacionais.

Nesse sentido, com o intuito de promover desenvolvimento nacional e crescimento econômico baseado na ampliação das exportações do setor primário exportador, o Estado “neodesenvolvimentista”, através dos seus anuais Planos Agrícolas e Pecuários executados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), divulgou um vertiginoso crescimento do total dos recursos disponíveis para financiar a produção e apoiar a comercialização agropecuária brasileira de 2003 a 2016, como pode ser visto através da tabela a seguir.



Tabela 1 - Oferta de crédito rural federal em bilhões de reais.

	Crédito rural empresarial	Crédito rural agricultura familiar	Total do investimento federal
2003-2004	27,1	3,5	30,6
2004-2005	39,40	4,60	44,05
2005-2006	44,35	6,40	50,75
2006-2007	50,00	7,10	57,10
2007-2008	58,00	8,10	66,10
2008-2009	65,00	10,60	75,60
2009-2010	92,50	12,60	105,10
2010-2011	100,00	13,30	113,30
2011-2012	107,20	15,30	122,50
2012-2013	115,25	18,60	133,85
2013-2014	136,00	22,30	158,30
2014-2015	156,10	24,10	180,20
2015-2016	187,70	28,90	216,60
2016-2017	185,00	30,00	215,00

Fonte: Planos Agrícolas e Pecuários 2003-2016 e Planos Safra da Agricultura Familiar 2003-2016. Elaboração própria.

Nesses anos, o crédito rural passou de 30,6 bilhões de reais no ano agrícola de 2003/2004, alcançando 215 bilhões de reais em 2016/2017, somados o crédito rural empresarial e o crédito destinado à agricultura familiar (PRONAF). Ou seja, do primeiro ano da gestão petista até o último, o crédito rural teve um aumento maior que 600%.

Durante esses quase 14 anos uma porção de linhas federais de crédito rural foram alteradas para simplificar o acesso e contemplar uma maior quantidade de produtores e, nesse mesmo sentido de ampliação da oferta de crédito, várias outras linhas específicas foram cunhadas. E ainda nessa mesma perspectiva, no ano agrícola de 2004/2005 o Estado, através da lei de número 11.076/04, criou uma série de mecanismos para atrair o capital privado para o financiamento da atividade e apoio à comercialização da produção agropecuária. Assim, para além dos instrumentos tradicionais de crédito, a partir de 2004, o crédito rural federal passou a contar também com instrumentos financeiros como a: (i) cédula do produtor rural; (ii) nota promissória rural e duplicata rural; (iii) certificado de depósito agropecuário e warrant agropecuário; (iv) letra de crédito

agropecuário; (v) certificado de direitos creditórios do agronegócio; e (vi) certificado de recebimento do agronegócio<sup>6</sup>.

O Estado ainda buscou promover, conforme relata o Plano Agrícola e Pecuário de 2004/2005, um maior acesso ao seguro rural e elaborou planos emergenciais para produtores inadimplentes através da negociação, prorrogação e descontos em seus débitos.

Ademais, para a safra correspondente ao ano agrícola de 2007/2008 e para as seguintes, o governo determinou pela diminuição das taxas de juros provenientes do crédito rural, alterando os 8,75% fixados desde 1998/1999 para 6,75% acompanhando os movimentos de queda da inflação, da taxa Selic (taxa básica de juros) e da taxa de juros de longo prazo (TJLP).

Somados, os números do crédito rural federal durante os anos da administração de Lula e Dilma, chegaram à cifra de 1,569 trilhão de reais. Desse montante, cerca de 87% (ou seja, 1,363 trilhão de reais) foi destinado aos grandes e médios proprietários e somente 13% (algo como 206 bilhões de reais) foi destinado à agricultura familiar.

Para além do trilionário crédito rural concedido pelo governo federal aos setores extrativistas do agronegócio, diversas outras ferramentas foram postas em prática durante a gestão petista para desonerar as grandes empresas ligadas ao setor primário exportador. Uma das mais expressivas, e que carrega cifras tão astronômicas quanto o crédito rural, é a renúncia fiscal e tributária brasileira operada nestes 13 anos e 8 meses.

O Estado “neodesenvolvimentista” através dos seus anuais demonstrativos de gastos tributários publicados pela Receita Federal anunciou um imenso crescimento dos gastos tributários entre 2003 e 2016. Nesse período, as renúncias fiscais, excluindo as já previstas no texto da Constituição Federal, passaram de 23,957 bilhões de reais no ano de 2003 e alcançaram 271,006 bilhões de reais em 2016. Ou seja, do primeiro ano que correspondeu a gestão de Lula até o último ano da gestão de Dilma os gastos tributários, a renúncia fiscal, tiveram um aumento maior que 1000%, como pode ser visto através da tabela a seguir.

---

<sup>6</sup> Todos estes fazem parte do novo pacote de instrumentos de oferta de crédito criados pelo governo federal.

Tabela 2 - Renúncia Fiscal da União de 2003 a 2016 (em bilhão de reais)

Ano	Total das Renúncias Fiscais
2003	23,957
2004	24,211
2005	31,288
2006	42,499
2007	52,739
2008	76,055
2009	101,956
2010	113,875
2011	116,082
2012	145,977
2013	170,015
2014	249,761
2015	282,437
2016	271,006
Total	1.701,86

Fonte: Demonstrativos Anuários de Gasto Tributário da Receita Federal. Elaboração própria.

No decorrer desse período de pouco mais de uma década inúmeras alterações legais foram implementadas a partir de medidas provisórias (MPs), leis e planos nacionais, no sentido mais direto de promover a máxima desoneração do setor primário exportador que aprofundou ainda mais o seu caráter de esteio da balança comercial brasileira, sobretudo durante o período do “*boom das commodities*”.

Nesse sentido, o Ministério da Fazenda, junto às secretarias estaduais, prorrogou religiosamente, ano após ano, o Convênio nº 100 de 1997 do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), que reduz em 60% o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) das saídas interestaduais de agrotóxicos, sementes, mudas e insumos para a produção agrícola e 30% do ICMS dessas mesmas saídas para fertilizantes e rações para rebanhos. Não houve um momento sequer durante a administração “neodesenvolvimentista” em que este convênio perdesse sua validade.

Para além do convênio, através da lei de número 10.925 de 2004, o governo federal reduziu a zero as alíquotas dos Programa de Integração Social

e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre as vendas da agroindústria, e ainda sobre os seus insumos mais essenciais, os agrotóxicos e suas matérias primas, defensores pecuários, fertilizantes, sementes e mudas. Ademais da isenção dos impostos da seguridade social, o setor agropecuário ainda foi beneficiado por uma série de decretos que regulam sobre a tributação de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos agrotóxicos e de suas matérias primas importados. Alguns exemplos que merecem ser citados são o decreto nº 7.660 de 2011 que isenta totalmente de IPI 23 substâncias relacionadas a agrotóxicos, e o decreto nº 8950 de 2016 que amplia expressivamente essa quantidade de substâncias. É oportuno destacar que somente em 2016, último ano de Dilma no comando do Executivo, o Brasil comercializou cerca de 551 mil toneladas de agrotóxicos, e segundo a projeção da NOTA AUDITDIAEX, o governo renunciou algo como 1,441 bilhão de reais referentes a alíquota zero do PIS/PASEP e COFINS dos agrotóxicos.

Também vale pontuar que o setor primário exportador também foi extremamente beneficiado através dos decretos nº 4.955 e nº 5.173, ambos de 2004, e da Medida Provisória (MP) 252 de 2005. Todos esses dispositivos legais impulsionaram a modernização e a produtividade do setor reduzindo as alíquotas do IPI e zerando por 3 anos as alíquotas da seguridade social (PIS/PASEP e COFINS) sobre a compra de máquinas e equipamentos novos.

Essas medidas apontadas são apenas uma pequena parcela dos inúmeros mecanismos legais implementados nos anos da administração Lula-Dilma. Não foram pequenos os esforços do Estado no sentido de criar um ambiente propício à acumulação capitalista. Diversos setores foram contemplados por renúncias fiscais da União e a título de ilustração, de 2009 a 2014, no imediato pós crise mundial de 2008, as renúncias tributárias cresceram 114,5% em valores nominais, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB), nesse mesmo intervalo, variou apenas 72,91%. Ou seja, a renúncia fiscal e tributária federal brasileira cresceu o dobro do crescimento do PIB brasileiro no mesmo período.

Devido ao caráter da política de desenvolvimento nacional adotada pelos governos “neodesenvolvimentistas”, os setores produtivos brasileiros ligados à exportação estão entre os maiores beneficiários das medidas de desoneração tributária brasileira criadas, ou mantidas sem alterações, no período. Toda essa desoneração que, entre 2003 e 2016, chegou a somar 1,701 trilhão de reais, excluindo os já previstos constitucionalmente, foram certamente essenciais para minimizar os impactos da crise de 2008 e da queda da demanda, e conseqüentemente, dos preços, das *commodities* extrativas agropecuárias e minerais.

Da mesma forma que o agronegócio, de acordo do Rodrigo Salles P. Santos (2013), a atividade mineradora contou com importantes esforços que objetivavam a simplificação de procedimento no seu processo produtivo e com inúmeros incentivos fiscais e creditícios provenientes da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) de 2003, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) de 2007, da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) de 2008, do Plano Brasil Maior de 2010, entre outras iniciativas federais. No entanto, é necessário ressaltar que para além das impressionantes renúncias fiscais da União, as tributações que persistem, sobretudo no setor minerador, são extremamente baixas quando comparadas internacionalmente com seus competidores de maior potencial.

Um exemplo cristalino dessa baixa tributação é a tarifa de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Também conhecida como *royalties* da mineração, esse imposto é um tributo recolhido exclusivamente pelas empresas que realizam atividade mineral. No Brasil ele é distribuído majoritariamente entre municípios e estados e durante os anos da gestão “neodesenvolvimentista” variou entre 0,2% e 3%, a depender do minério, do faturamento líquido das empresas mineradoras. Taxa bem modesta se comparada às da Austrália Ocidental, que arrecada os seus royalties através de porcentagens do valor “na mina”, ou da China e da Índia, que arrecadam as suas tarifas através de porcentagens do valor da venda, conforme a tabela abaixo.

Tabela 3 - Taxas e formas de incidência dos Royalties minerais em diferentes países

Mineral	Austrália*	China	India	Brasil
Cobre	mina" 5% do valor "na	venda 2% do valor de	de venda 4% do valor	2% do faturamento líquido
Bauxita	venda 7,5% do valor de	de venda 2% a 4% do valor	valor de venda 3,25% do	3% do faturamento líquido
Diamante	mina" 7,5% do valor "na	venda 4% do valor de	de venda 6,5% do valor	0,2% do faturamento líquido
Ouro		venda 2% do valor de	valor de venda 3,75% do	1% do faturamento líquido
Minério de ferro	"na mina" 5% a 7,5% do valor	venda 2% do valor de	de venda 3% do valor	2% do faturamento líquido
Magnesita	mina" 5% do valor "na	de venda 2% a 4% do valor	N.E	2% do faturamento líquido
Zinco	mina" 5% do valor "na	N.E	N.E	2% do faturamento líquido

\* Western Australia

Fonte: Setor Mineral: rumo a um novo marco legal. Elaboração de Paulo César Ribeiro Lima

Os demais impostos incidentes sobre a atividade mineradora brasileira seguem a mesma linha do CFEM quando comparados com a carga tributária que incide sobre os demais países com relevante potencial mineral, como podem ser vistos através da Tabela 3. A nível nacional a produção mineral é tributada em tímidos 35% da receita bruta das empresas, sendo a atividade na região da Amazônia Legal<sup>7</sup> – riquíssima em minerais – ainda menos tributada devido às reduções especiais do Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica (IPRJ) – principal imposto incidente sobre a atividade mineradora – possibilitadas pelos planos e desenvolvimento regional da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) recriada em 2007, que buscam atrair o “progresso” para a região.

<sup>7</sup> A Amazônia Legal é um conceito criado no governo de Getúlio Vargas através da já extinta Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPEVEA). Esse conceito foi elaborado com o objetivo de delimitar uma área que historicamente compartilham desafios econômicos, políticos e sociais semelhantes para receber políticas específicas para a promoção do desenvolvimento. A Amazônia Legal consiste numa área de 5.217.423 km<sup>2</sup>, corresponde a cerca de 61% do território brasileiro, engloba integralmente os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e ainda parte do estado do Maranhão.

Tabela 4 - Ranking da Taxação Mineral Efetiva no Mundo (2010)

Principais produtores	Taxa de Tributação efetiva
Ontário (Canadá)	63,8%
Uzbequistão	62,9%
Costa do Marfim	62,4%
Gana	54,4%
Mongólia	51,0%
Groenlândia	50,2%
Zâmbia	50,0%
México	49,9%
Arizona (EUA)	49,9%
Polônia	49,6%
Indonésia	48,0%
Canadá	48,0%
Tanzânia	47,8%
Peru	46,5%
África do Sul	46,0%
Filipinas	45,3%
EUA	45,0%
Bolívia	43,1%
Papua Nova Guiné	42,7%
Argentina	40,0%
Zimbábwe	39,8%
Austrália	39,0%
Austrália Ocidental	36,4%
Congo	36,0%
Rússia	35,0%
Brasil	35,0%
China	32,0%
Cazaquistão	32,0%
Suécia	28,6%
Chile	28,0%

Fontes: UBS (2010); OTTO et al. (2006). Apud. SANTOS, Rodrigo P. Salles (2013)

Nota: No caso de países/regiões iguais, optou-se por manter os valores – consistentemente mais baixos – definidos por UBS (2010), por serem mais recentes

Para tornar ainda mais visível essa questão das reduções, pode-se tomar o caso da Companhia de mineração Vale, que atuando em diversos territórios do Brasil e da Amazônia Legal, sobretudo no estado do Pará, recolheu, segundo Santos (2013), em 2010 apesar dos 35% estipulados nacionalmente, apenas

12,5% da sua renda bruta na forma de impostos, encargos, *royalties* e participações especiais.

Na sua constante busca por aperfeiçoar o “ambiente de negócios” e garantir a maximização dos lucros das empresas extrativistas instaladas no território nacional, o governo “neodesenvolvimentista” não se conteve apenas nos trilionários crédito rural e renúncia fiscal. “Entusiasta do capital internacional, do agronegócio e dos negócios extrativistas” (SAMPAIO Jr, 2017 p. 161), o Estado “neodesenvolvimentista” operou ainda uma série de alterações de códigos e leis ambientais, que atingem sobretudo a Amazônia, para viabilizar as implacáveis investidas do capital sobre os territórios passíveis à exploração de riquezas naturais.

Todas essas alterações, que se deram sem grande pudor, durante os quase 14 anos do PT no comando do Executivo, ilustram com exatidão que a defesa do meio ambiente esteve completamente subordinada ao desenvolvimento econômico e a uma ideia de “progresso” baseada em um padrão produtivo-extrativista altamente destrutivo.

Nesse sentido, interpretando o contexto internacional e a elevação da demanda mundial, e sobretudo chinesa, e dos preços das matérias-primas, o PT orquestrou, de modo geral, uma política para o meio ambiente extremamente conservadora, que ora operou com vista grossa frente às dinâmicas destrutivas do capital sobre o meio ambiente, e ora atuou ativamente o sentido de flexibilizar as normas ambientais.

Contrariando suas próprias prioridades elencadas nas campanhas eleitorais que os elegeram, o governo “neodesenvolvimentista” de Lula e Dilma, marcadamente permeável à pressão dos ruralistas, deu pouquíssima atenção para a reforma agrária e para a demarcação de terras indígenas, optou pela não intervenção no processo de compra de terras brasileiras por estrangeiros – dinâmica que apenas entre os anos de 2003 e 2007 cresceu cerca de 347% –, travou uma midiática queda de braço com os órgãos responsáveis pelo meio ambiente por mais agilidade nos licenciamentos ambientais, utilizou leis herdadas da ditadura militar para passar por cima de decisões do Supremo Tribunal Federal contrárias à construção de grandes empreendimentos que geraram desastrosos impactos para o meio ambiente, flexibilizou antigos códigos



ambientais e lançou uma série de medidas para viabilizar a marcha do capital sobre territórios pouco, ou ainda, inexplorados pertencentes ao país.

A medida mais destacada dos governos do PT quanto à flexibilização das normas ambientais seguramente foi a flexibilização do código florestal. Proposta em 2008, durante o governo Lula, e aprovada à revelia da opinião pública, dos movimentos sociais populares e das organizações progressistas da sociedade civil em 2012, durante o primeiro mandato de sua sucessora, Dilma Rousseff a lei nº 12.651 efetivamente sancionou a criação de um novo código florestal, cujas mudanças mais importantes refletiram na anistia ao desmatamento ilegal em terras privadas, na redução do grau de proteção ambiental das áreas de reserva legal e permanente, na redução das áreas de proteção aos biomas brasileiros e criou o conceito de “terra rural consolidada” para imóveis rurais com ocupação anterior a 22 de julho de 2008.

A implementação do novo código regularizou uma série de imóveis rurais irregulares, permitiu a comercialização das mercadorias nelas produzidas sem respeitar o código anterior, adquirir crédito junto às instituições financeiras públicas e privadas, a valorização e especulação de imóveis rurais e o aprofundamento do desmatamento da vegetação, sobretudo do Cerrado e da Amazônia.

Fora dos holofotes, vários outros projetos de leis (PLs), medidas provisórias (MPs), portarias, e projetos de emenda constitucionais (PECs) de caráter flexibilizador tramitaram nas duas casas – Câmara dos Deputados e dos Senadores.

Durante o primeiro mandato do governo Lula, por exemplo, ainda em 2005, foi aprovada a lei nº 11.105, também chamada de lei da biossegurança, que entre suas atribuições propiciou maior agilidade à pesquisa com transgênicos e uma análise menos rigorosa dos pedidos de liberação desses Organismos Geneticamente Modificados (OGMs). Questionado pelos movimentos sociais populares, sobretudo aqueles ligados à questão agrária, o texto da nova lei concedeu à recém-criada Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) todos os poderes para decidir de maneira definitiva sobre a liberação de quaisquer atividades relacionadas aos agrotóxicos no Brasil. Excluindo a participação dos órgãos ligados ao meio ambiente e à saúde

no processo de liberação dos OGMs, a lei de biossegurança efetivamente foi implementada para agilizar, flexibilizar e legalizar o desenvolvimento, plantio e comercialização desses organismos e beneficiou imensamente os grandes latifundiários de monoculturas e os ainda maiores laboratórios internacionais que os comercializam.

Já no segundo mandato do governo Lula, em 2009, foi publicada a MP 458 que, depois de um polêmico processo, ainda no mesmo ano, foi transformada na lei nº 11.925, que anunciou a transferência das competências de coordenar, normatizar, e supervisionar, pelo período de 5 anos, o processo de regularização fundiária de áreas rurais e urbanas na Amazônia Legal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Com o discurso de promover um grande reordenamento geográfico e sanar o caos fundiário que pairava sobre os territórios que compõem a Amazônia Legal, o MDA deu luz ao Programa Terra Legal que efetivamente atuou com objetivos bem distintos dos anunciados. O Programa, através das suas novas atribuições, emitiu títulos de terras de até 1,5 mil hectares da União na região da Amazônia Legal, sem licitações, sem vistorias e com prazos de inalienação muito inferiores ao determinado pelo texto da Constituição Federal. Dessa forma, o Programa não promoveu um grande reordenamento fundiário, mas uma grande regularização do crime de apropriação do patrimônio público, impulsionou a grilagem<sup>8</sup> das terras e a especulação financeira sobre os terrenos, aprofundando a fronteira extrativista na Amazônia Legal.

Poucos anos depois, em janeiro de 2012, o governo na sua ânsia desenfreada por implementar grandes empreendimentos energéticos na região da Amazônia lançou a MP nº 558, transformada em Lei nº 12.678 em junho do mesmo ano, que excluiu ilegalmente 86.000 hectares de área de Unidades de Conservação (UCs) na região para acomodar a construção das grandes hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio, Tabajara e Tapajós.

---

<sup>8</sup> Grilagem é o termo utilizado pela literatura para denominar a prática de ocupação ilegal de terras públicas. O termo grilagem foi empregado para denominar essa prática ilegal, pois no passado a prática de apropriação privada de terras públicas era comumente realizada através de um método de falsificação e envelhecimento de documentos que fazia uso dos insetos.

Ainda em 2012 a presidente Dilma Rousseff lançou a Portaria 303 da Advocacia Geral da União (AGU) que permitiu “abrir” as Terras Indígenas (Tis) para empreendimentos em geral, a partir da determinação das condicionantes utilizadas no caso da TI Raposa Serra do Sol como regra geral para todas as demais Tis. A portaria considerada inconstitucional pelos movimentos sociais populares, ainda paralisa as demarcações e ampliações nessas terras e obriga a uma revisão das demarcações existentes.

Igualmente no governo Dilma, foi lançado em 2015, como síntese de inúmeros outros PLs que objetivavam substituir e flexibilizar a Lei nº 7.802 de 1989, o PL nº 3.200 que tinha como objetivo alterar substancialmente o sistema normativo dos agrotóxicos no Brasil. Aprovado, no entanto, somente em 2018, o projeto de lei que iniciou sua tramitação 3 anos antes, tinha como objetivo retirar do Ministério da Saúde (MS) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA) as atribuições para a aprovação dos venenos agrícolas e concentrar essa função em um único órgão a ser criado, a Comissão Técnica Nacional de Fitossanitários (CTNFito). Essa comissão seria composta majoritariamente por pessoas de notório saber técnico e científico indicados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) através de uma dinâmica bastante similar ao processo de normatização dos organismos transgênicos instituído pela Lei nº 11.105 de 2005. Vale destacar que o Brasil desde 2009 até o fim da gestão dos governos “neodesenvolvimentistas” nunca perdeu o posto de campeão mundial no consumo de venenos agrícolas graças às vultosas renúncias fiscais aplicadas aos produtos, ao generoso crédito rural e à expansão das grandes monoculturas que utilizam de sementes transgênicas.

Entre as medidas legais para flexibilizar as leis ambientais, se faz necessário deixar um espaço para a discussão do sucateamento e da perda de atribuições dos órgãos públicos responsáveis pela fiscalização das normas e proteção do meio ambiente. Desde o governo Lula, o Estado brasileiro vinha pressionando o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) acerca dos processos e dos prazos da emissão das licenças ambientais às grandes empresas extrativistas, e em 2007 se inicia o processo de desmembramento do órgão com a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e divisão das suas

atribuições originais. A despeito dos ataques do governo à instituição e dessa divisão, as investidas cabais ao órgão têm início com a LC nº 40 de dezembro de 2011, que retira diversas atribuições do órgão e as transfere para Órgãos Estaduais do Meio Ambiente (OEMAs), e se intensificam em 2014 com a vertiginosa queda do orçamento discricionário endereçado ao órgão. De acordo com o relatório elaborado pela InfoAmazonia, entre o primeiro e o segundo mandato da presidente Dilma a política de prevenção ao desmatamento na Amazônia caiu aproximadamente 72%.

Para além dessas medidas destacadas, várias outras PLs, PECs e LCs<sup>9</sup>, que buscavam alterar a legislação ambiental, foram cunhadas, entraram em processo de tramitação, ou foram relançadas durante esses 13 anos e 8 meses, sobretudo no período pós crise de 2008, que evidenciam o grau de permeabilidade do governo petista à pressão dos ruralistas.

Em adição à manutenção do tripé macroeconômico<sup>10</sup> herdado da doutrina econômica neoliberal, todas essas políticas adotadas ou aprofundadas pelos governos “neodesenvolvimentistas”, mesmo cobertas por camadas e camadas de um verniz discursivo progressista e algumas políticas sociais para administrar a crise, não conseguiram, ao menos completamente, esconder seus mais essenciais objetivos de beneficiar o grande capital internacional e a burguesia nacional que, em estreita parceria, operam dinâmicas renovadas de saque sobre os territórios brasileiros. Apesar do significativo esforço aplicado pelos governos “progressistas” de Lula e Dilma, todas essas medidas, manobras, políticas e leis citadas até este momento – que correspondem apenas a uma pequena parcela de um conjunto bem mais numeroso que, se faz impossível de tratar

---

<sup>9</sup> No período de administração petista, ainda tramitaram pela câmara dos deputados e dos senadores inúmeros projetos de lei recheados da (ir)racionalidade capitalista que a tudo subordina em nome da maximização da lucratividade. Alguns exemplos baseados nessa (ir)racionalidade são: o projeto de lei complementar (PLP) nº 272, o PL nº 3682, a proposta da PEC nº 65, todos de 2012, o projeto de lei do senado (PLS) nº 349 de 2013 e o relançamento da PEC 215 de 2000. Que, respectivamente, pretendia criar uma lei complementar ao artigo 231 da Constituição Federal indicando exceções ao direito exclusivo dos indígenas sobre suas terras tradicionais em caso de relevante interesse público da União, propunha abrir a mineração dentro de terras indígenas, levantava a possibilidade de liberação de obras apenas com a apresentação de estudos iniciais que poderiam ser realizados pela própria empresa, indicava que áreas de conflito não poderiam ser demarcadas como Tis, e por fim, que fazia a proposta de transferência ao congresso nacional a atribuição de demarcar Tis.

<sup>10</sup> O tripé macroeconômico herdado da doutrina econômica e política neoliberal consiste na manutenção de um câmbio flutuante, das metas fiscais e das metas inflacionárias.

integralmente nesta investigação por escassez de tempo e espaço – foram, de modo geral, interpretados precisamente e com mais facilidade pelas camadas populares, movimentos sociais e classe trabalhadora em geral, como medidas dotadas de um intuito exclusivo de favorecer o grande capital monopólico internacional e a burguesia nativa extrativista. Em outras palavras, os interesses mais essenciais de todas essas medidas destacadas, ainda que em alguns casos estiveram anuviados a princípio, logo se tornaram mais evidentes, para a classe trabalhadora, e justamente por esse motivo essas medidas receberam apenas esse breve espaço no texto.

Junto de todas essas medidas, figuram ainda os grandes projetos de desenvolvimento e iniciativas de integração, desenvolvidos e/ou financiados com recurso público, baseados na construção de infraestrutura que foram, com maior sucesso, mascarados pelo discurso oficial e apreendidos, sobretudo pela classe trabalhadora urbana<sup>11</sup> brasileira, como políticas que objetivavam um desenvolvimento econômico, social, sustentável e equitativo.

---

<sup>11</sup> Aqui se faz necessário destacar, separar, a classe trabalhadora urbana das demais partes constituintes das camadas populares. Isso porque, de modo mais geral, os movimentos sociais populares do campo, os trabalhadores rurais, os indígenas, ribeirinhos e quilombolas foram desde o princípio capazes de extrapolar a aparência dos megaprojetos de infraestrutura. Estes, inúmeras vezes tiveram sua existência ameaçada pelas grandes obras, e em muitos casos, essa ameaça chegou a se materializar, e esses seres humanos “sentiram na pele” os seus efeitos mais destrutivos. Retomando o início do texto, foi essa ameaça que impulsionou as grandes mobilizações para interromper a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte realizadas pelos indígenas que habitavam a bacia do rio Xingu, e foi essa mesma ameaça que levou a jovem guerreira da etnia Kayapó a empunhar seu facão na defesa de si e dos seus. No entanto, a classe trabalhadora urbana, que via de regra se encontra muito distante dos megaprojetos, não vivenciaram conflitos mais diretos com o Estado ou com o capital privado e, de modo geral, não experimentaram os terríveis impactos imediatos resultantes dessas grandes obras. Na verdade, no sentido mais imediato e aparente da questão, a classe trabalhadora urbana foi, pelo contrário e de certa forma, beneficiada pela realização de obras de saneamento, habitação e mobilidade urbana presentes nas carteiras desses projetos, sobretudo presentes no PAC I e II. E por isso se torna muito mais difícil para que esses trabalhadores ultrapassem a dimensão da aparência desses projetos e como consequência “comprem” a falácia apresentada como objetivo pelos governos progressistas. No entanto, e assumindo os riscos de adiantar a discussão, já que foram levantados aqui alguns ganhos imediatos para os trabalhadores urbanos, é indispensável destacar que todas essas medidas, ao passo que beneficiaram em algum grau a classe trabalhadora urbana, beneficiaram num nível muito mais elevado as grandes empresas da construção civil e as instituições financeiras (grandes financiadoras das campanhas eleitorais vitoriosas e não vitoriosas) que engordam suas poupanças e fundos através do endividamento das famílias. E ainda é imprescindível pontuar que, assim como os trabalhadores rurais, os indígenas, os ribeirinhos e os quilombolas, a classe trabalhadora urbana, no longo prazo, só tem a perder com esses projetos que aprofundam o neoextrativismo, reordenam a estrutura produtiva do país, agudizam a dependência e corroem as condições de vida da classe trabalhadora acentuando a superexploração da força de trabalho.

A Iniciativa de Integração Regional Sul Americana (IIRSA) e os 1º e 2º Programas de Aceleração ao Crescimento (PAC I e II) materializam esses grandes projetos que foram aprofundados e criados pelos governos “neodesenvolvimentistas” que compartilham do mesmo objetivo que a manutenção do tripé macroeconômico neoliberal, a capitalização de empresas estratégicas via bancos públicos, a oferta mais que generosa de crédito rural, a impressionante renúncia fiscal e a flexibilização de uma série de leis ambientais. Ou seja, com o objetivo de criar um ótimo ambiente para os negócios, o governo brasileiro “abraçou” a IIRSA, interpretada em sua gênese como estrutura física da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) – e rejeitada – pelos movimentos sociais, passou a ser seu principal financiador através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e ainda criou em 2007 e 2011 uma espécie de projeto complementar, de âmbito nacional, que recebeu o nome de PAC.

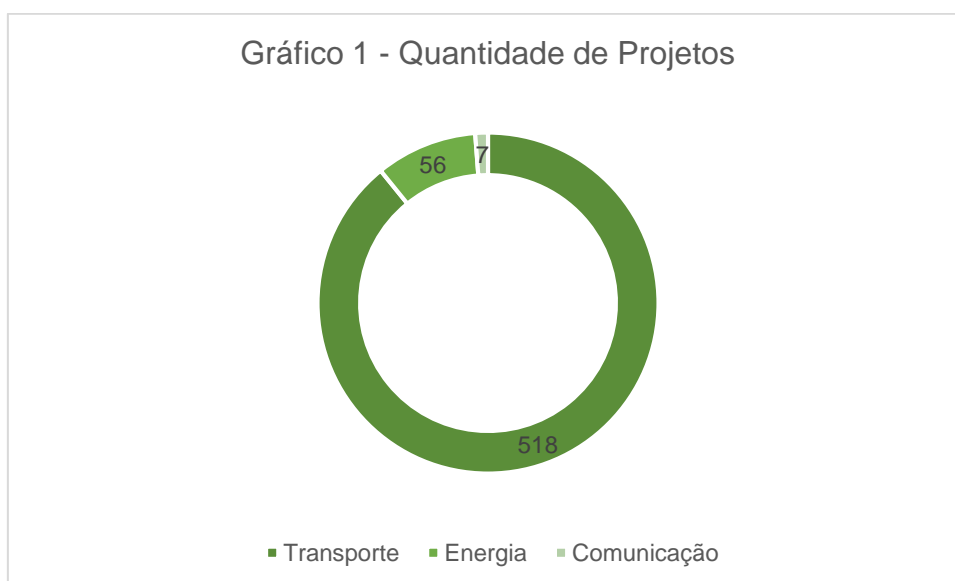
Criada em 2000, em Brasília, a Iniciativa de Integração Regional Sul Americana foi a iniciativa pioneira de construção de obras de infraestrutura para estimular o desenvolvimento econômico atual e potencial dos negócios e das cadeias produtivas ligadas, sobretudo, ao setor primário-exportador no Cone Sul. A partir de uma visão utilitarista da natureza e das riquezas naturais, a IIRSA, segundo o relatório oficial disponível na plataforma do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), possuía, em 2004, 335 projetos e um investimento estimado de cerca de 38 bilhões de dólares.

No entanto, a carteira da Iniciativa foi progressivamente avolumada, e os 335 projetos descritos na *Carteira de Proyectos de 2004*, passaram a somar, no último ano da gestão petista, 581 projetos em diferentes etapas de execução. São 581 projetos distribuídos por toda a região do Cone Sul que, em diferentes níveis, põe em risco fauna, flora, vidas humanas, sociabilidades e modos de vida inseridos na região. Retomando o início do texto, a Usina Hidrelétrica de Garabí, que se construída afetará uma região que abriga o bioma mais devastado do Brasil e cerca de 12,6 mil vidas humanas, é apenas uma entre os 13 empreendimentos de geração de energia hidroelétrica que se planejava expandir ou construir inseridos na carteira da Iniciativa em 2016.

Dentro da Iniciativa foram indicadas, até 2016, sobretudo pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pela Comissão Andina de Fomento (CAF) e pelo Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), instituições que concentram o poder para pautar a agenda de projetos, 581 projetos. Divididos entre os setores de transportes, energia e comunicação, a IIRSA, através dos seus projetos, cria uma enorme oferta de energia e verdadeiros corredores de mercadorias que ignoram fronteiras nacionais, atravessam florestas densas e montanhas e penetram áreas de conservação, reservas e terras indígenas, parques nacionais.

De acordo com os dados oficiais da Iniciativa, até 2016 a carteira contava com cerca de 89% de projetos no setor de transportes, 10% no setor de energia e ainda 1% dos projetos no setor de comunicações, como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Projetos IIRSA 2016 divididos por setor.

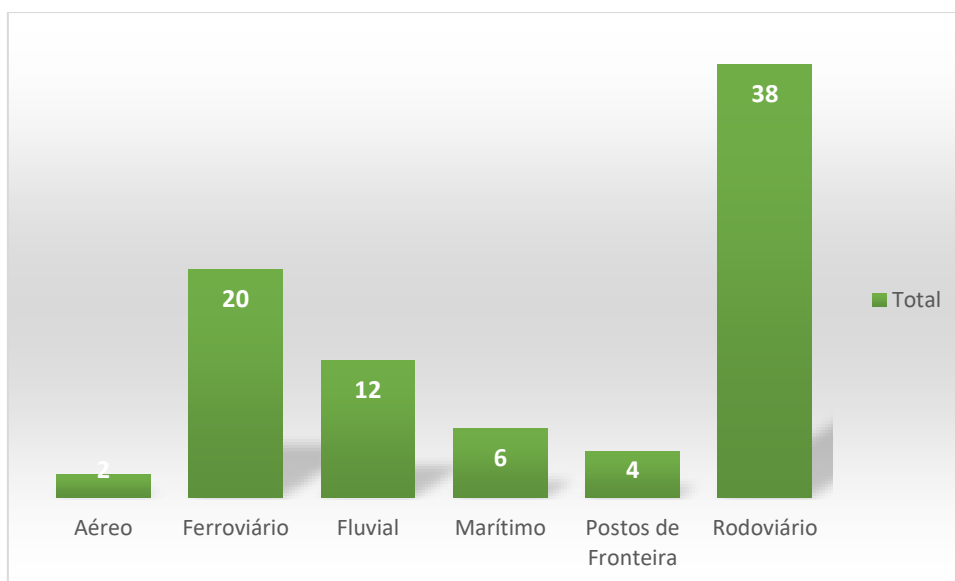


Fonte: Carteira de Projetos IIRSA-COSIPLAN 2016. Elaboração Própria.

Com impressionantes estímulos e financiamentos estatais, sobretudo brasileiros, foram adicionados anualmente à carteira da Iniciativa uma média de 20 projetos e 12 bilhões de dólares. No total, entre 2004 e 2016, a Iniciativa cresceu aproximadamente 73,5% em número de projetos e mais de 400% em investimentos estimados, atingindo 191,420 bilhões de dólares.

Em 2016, apenas no Brasil, território atravessado por 7 dos 10 EIDs da IIRSA, foram projetadas 94 obras de infraestrutura, sendo 82 pertencentes ao setor de transportes, 10 ao setor de energia e apenas 2 ao setor de comunicações. A carteira ainda nos dá mais dados que podem ser absorvidos através dos gráficos abaixo.

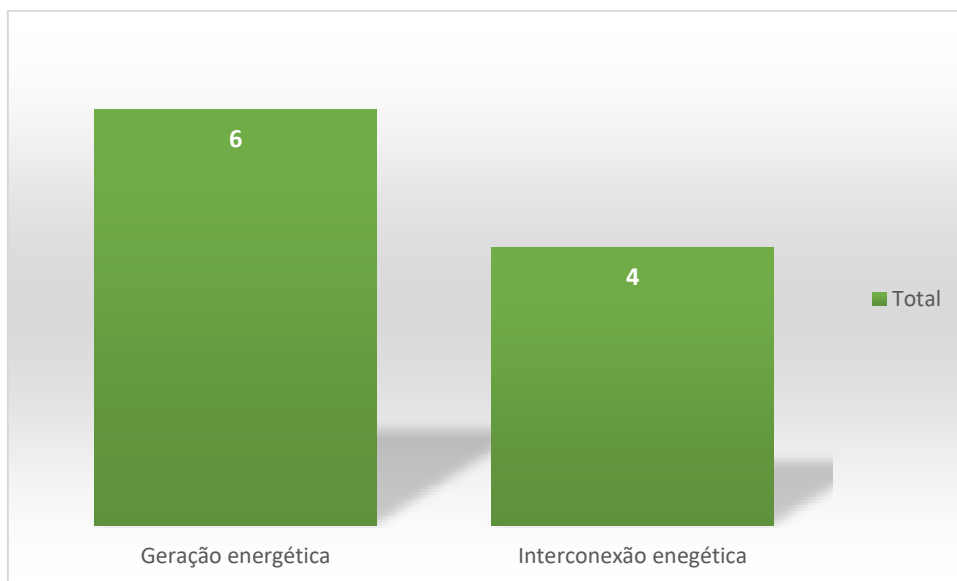
Gráfico 2 – Projetos IIRSA do setor de transportes no Brasil (2016)



Fonte: Cartera de Proyectos IIRSA-COSIPLAN 2016

Gráfico 3 – Projetos IIRSA do setor de energia no Brasil (2016)





Fonte: Cartera de Proyectos IIRSA-COSIPLAN 2016

Gráfico 4 – Projetos IIRSA do setor de comunicação no Brasil (2016)



Fonte: Cartera de Proyectos IIRSA-COSIPLAN 2016

Somado à IIRSA, capturada e aprofundada pelos governos “neodesenvolvimentistas” e seus 94 projetos que atingem diretamente o território, os negócios, as cadeias produtivas, a natureza e as comunidades

brasileiras, o Brasil conta ainda com as abundantes obras de infraestrutura inseridas nos primeiro e segundo Programa de Aceleração ao Crescimento.

Lançado no final de janeiro de 2007, o Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC) constituiu o principal instrumento de política econômica elaborado pelos governos “neodesenvolvimentistas”. Anunciado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva como um importante vetor de um “crescimento correto”, o PAC tinha a imprescindível missão de elevar as tímidas taxas de crescimento que o país vinha apresentando até a ocasião. Em resposta à pressão do mercado, e viabilizado pelo crescente superávit comercial decorrente dos altos preços das *commodities* o presidente Lula e a então ministra chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, anunciaram a criação do programa e quatro anos depois, a sua “versão 2.0”, o PAC II.

Os dois programas de aceleração ao crescimento lançados pela gestão petista contavam com uma série de medidas institucionais, sobretudo de estímulo ao crédito e ao financiamento, uma quantidade numerosa, de igual forma, a que atribuem a nomenclatura de “medidas de gestão”, de leis que flexibilizam as normas ambientais, até leis que aprofundam a renúncia fiscal para determinados setores estratégicos, e ainda as suas abundantes obras de infraestrutura.

Apoiados na premissa do desenvolvimento econômico, ambos programas, somente nos setores de transporte e energia, contaram, ao longo dos seus 8 anos de duração, com cerca de 534,1 bilhões de reais de investimentos, majoritariamente compostos de recursos públicos, e resultaram principalmente, segundo os próprios informes dos programas, em 11.477 quilômetros de rodovias<sup>12</sup>, 1.997 quilômetros de ferrovias<sup>13</sup>, 44 empreendimentos portuários, 29 empreendimentos aeroportuários<sup>14</sup>, 29 novos terminais em hidrovias, implementação de mais de 24 mil quilômetros de linhas

---

<sup>12</sup> Além destes 11.477 quilômetros concluídos, os dois programas anunciaram 12.118 quilômetros de rodovias em andamento, sendo 5.116 km no PAC I e 7.002 km no PAC II, e somando no total 23.596 km.

<sup>13</sup> Além destes 1.997 quilômetros de ferrovias concluídos até a data de lançamento dos 11<sup>os</sup> Balanços do PAC e I e do PAC II, os programas ainda anunciaram 7.522 quilômetros de ferrovias em construção, sendo 3.757 km referentes ao PAC I e 3.765 km referentes ao PAC II, e somando no total 9.519 km.

<sup>14</sup> Ademais dos 29 empreendimentos aeroportuários apontados como concluídos, os 11<sup>os</sup> Balanços dos programas anunciaram o andamento da construção de mais 15 empreendimentos, todos inclusos na carteira de projetos do PAC I, somando no total 44 empreendimentos.

de transmissão de energia<sup>15</sup>, construção de 37 empreendimentos em refino e petroquímica, na inauguração de 1.077 poços exploratórios de combustíveis fósseis, 103 Usinas Termelétricas (UTES)<sup>16</sup>, 143 Usinas Eólicas (UEEs)<sup>17</sup> 71 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs)<sup>18</sup> e na construção de 30 Usinas Hidrelétricas (UHEs).

Para além das 30 UHEs concluídas pelos dois programas no momento de lançamento de seus balanços finais, seus informes oficiais atentaram para o andamento de ainda 19 usinas hidrelétricas em todo o Brasil, 11 delas parte do PAC I e 8 constituindo parte da carteira do PAC II. E somadas às obras já concluídas totalizam 49 novas Usinas de Matriz Hidroelétrica construídas ou, ainda em construção pelos programas. A UHE de Belo Monte, por exemplo, está inserida nestas obras cuja construção excedeu a duração dos programas.

Belo Monte é, emprestando as palavras do procurador da República do estado do Pará, Felício Pontes Jr, em entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos em 2019<sup>19</sup>, “o grande símbolo da relação inescrupulosa entre o governo federal e as empreiteiras” e do setor ligado à produção extrativista. Desde a ditadura militar já se realizavam estudos acerca da viabilidade da construção do empreendimento, cujos primeiros resultados foram apresentados durante o governo Sarney – geração de 11 mil MV e lesão à vida de aproximadamente 20 mil indígenas – e combatidos com bravura pelas comunidades indígenas e ribeirinhas que habitavam seus entornos.

Apesar da suspensão da obra em 1989, devido ao fim do financiamento da obra decorrentes das intensas mobilizações sociais e às divergências acerca

---

<sup>15</sup> Além dos 24.451 quilômetros de linhas de transmissão instalados, o governo anunciou o andamento da instalação de mais 10.670 quilômetros, sendo 5.491 parte do PAC I e 5.188 parte do PAC 2, somando um total de aproximadamente 35 mil km de linhas de transmissão de energia instaladas ou em instalação.

<sup>16</sup> Somando as 103 Usinas Termoelétricas já concluídas, os programas anunciam ainda a construção de 34 UTEs, sendo 31 delas parte do PAC I e apenas 3 parte do PAC II, totalizando 134 UHEs.

<sup>17</sup> Para além das numerosas 143 Usinas de matriz eólica concluídas nos 8 anos dos projetos, seus relatórios ainda indicavam o andamento da construção de 100 UEEs, sendo 11 parte do PAC I e 89 do PAC II, somando 243 UEEs construídas ou em construção.

<sup>18</sup> Por fim, Junto às 71 PCHs concluídas, os textos oficiais apontam o andamento da construção de outras 9 Pequenas Centrais Hidrelétricas, sendo 5 parte do PAC I e 4 do PAC II, e somando um total de 80 Pequenas Centrais Hidrelétricas.

<sup>19</sup> Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/584432-belo-monte-o-simbolo-da-relacao-inescrupulosa-entre-o-governo-federal-e-as-empreiteiras-entrevista-especial-com-felicio-pontes-jr>>

do impacto socioambiental da obra, em 1994, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), foi feita uma revisão dos estudos de viabilidade das obras da UHE que apresentavam como resultado uma área inundada menor e ainda, a garantia de não inundação de terras indígenas. Nesse sentido, compondo como obra de destaque do Programa Avança Brasil, um novo projeto para a construção da planta hidrelétrica foi apresentado, cujo cálculo indicava que uma área de 400 km<sup>2</sup> seria alagada para a construção de Belo Monte.

A despeito da prévia suspensão em 1989, inserida no Programa Avança Brasil, os Estudos de Impacto Ambiental (EIAs) se seguiram e só foi suspenso mais uma vez em 2002 a pedido do Ministério Público (MP).

Porém, três anos depois, em 2005, sem dar ouvidos a nenhum movimento social e sob a orientação do governo Lula, o Congresso Nacional aprovou um projeto que autorizou a empresa Eletrobrás finalizar os EIAs com o objetivo de dar continuidade à obra da Usina de Belo Monte. E dois anos depois, em 2007, a obra passou a fazer parte do Programa Nacional de Aceleração ao Crescimento (PAC), criado no mesmo ano.

A partir desse momento, e do desenvolvimento dos EIAs das obras, o MPF moveu uma série de ações judiciais contra a União e as empresas envolvidas, buscando declarar a nulidade dos processos que foram realizados com inúmeras irregularidades quanto à legislação ambiental. Não obstante, todas as 24 ações judiciais movidas pelo MPF com o intuito de parar a construção da obra foram barradas, uma a uma, pelo presidente do Tribunal, baseando-se na Lei da Suspensão de Segurança, que integra a Lei de Segurança Nacional, que argumenta que se uma decisão for contrária à economia e à ordem pública, ela pode ser sustada, sem mesmo precisar entrar em seu mérito.

Nesse sentido, através de uma lei herdada da ditadura, a lei da suspensão de segurança, foram mantidos os processos para a execução da obra e em 2010 foi realizado o leilão de concessão para a construção e operação da UHE Belo Monte por 35 anos.

De acordo com dados oficiais, os gastos estimados da construção da UHE em Altamira, foram orçados em 31 bilhões de reais, e 80% do montante, cerca de 25 bilhões de reais, foi financiado pelo BNDES.

Em junho do ano seguinte, 2011, o IBAMA emitiu as licenças de instalação que permitiram o início da construção, que sem perder mais tempo, iniciou na mesma data. Inaugurada somente no ano de 2019, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte conta com um lago de aproximadamente 500 kms<sup>2</sup> e consegue gerar efetivamente muito menos energia do que apontavam os estudos oficiais<sup>20</sup>. Projetada para gerar 11.233,1 MW de energia, as turbinas da usina só conseguem produzir essa quantidade de energia durante o período de pico das chuvas, que duram cerca de 2 ou 3 meses e no restante do ano alcança uma média muito mais baixa de 4.751 MW de energia.

A maior usina hidrelétrica totalmente brasileira, que carrega uma ineficiente geração de energia e elevadíssimos impactos sócio ambientais, é apenas uma dentre as numerosas hidrelétricas espalhadas pelos rios do Brasil. A volta do Xingu é também apenas uma dentre as tantas regiões que tiveram suas fauna, flora e história afogadas. As comunidades ribeirinhas, Tuíra e seus tantos parentes Kayapó e de outras etnias que vivem ali e dali, não são os únicos despejados de suas terras e dos seus modos de vida neste país.

Tudo é passível de ser afogado em nome da edificação de um ambiente favorável à reprodução do capital. Vidas humanas, animais e vegetais, culturas, histórias e modos de vida, são sem qualquer parcimônia tragadas pelo irrefreável “moinho satânico capitalista” que agora, em plena crise, avança aceleradamente sobre os territórios com uma “mãozinha” do Estado.

---

<sup>20</sup> Contestados inúmeras vezes por numerosos estudos publicados e manifestações assinadas por pesquisadores das instituições científicas brasileiras de maior “prestígio”.

## Capítulo 2 – Estado, Crise Estrutural do Capital e os Impactos nas Economias Dependentes.

Os últimos anos do século XX foram bastante conturbados para as economias latino americanas. Ainda atordoada pelas fortes pancadas das crises das dívidas e encarando a encruzilhada pavimentada pela crise estrutural do capital, não sobraram outras opções para os Estados latino-americanos se não ampliar ainda mais a hegemonia econômica dos setores extrativistas e do agronegócio.

No Brasil, frente à nova e hostil conjuntura econômica mundial, o Estado, sistema político do capital, não mediu esforços para impulsionar a acumulação capitalista, deixando, por vezes, reflexos, retratos, da sua real essência nas medidas mais antissociais implementadas nesses períodos.

No entanto, essa relação de complementaridade ineliminável entre Estado e capital que mostra cada vez mais seus contornos, não configura uma peculiaridade dos novos tempos e tão pouco se limita a essa porção do continente americano. Na verdade, Estado Moderno e Capital são estruturas homólogas e não podem existir separadamente.

### 2.1 ESTADO MODERNO

O Estado, de modo geral, consiste na mais importante força social mediadora dos conflitos provenientes dos antagonismos mais inconciliáveis que eclodem no interior das sociedades divididas em classes sociais. Segundo Jaime Osório, em *O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder*, ele é a “única instituição que tem a capacidade de fazer com que interesses sociais particulares passem a aparecer como interesse de toda sociedade.” (2019, p.18) Constitui o centro do poder político, no núcleo de articulação de todas as redes e relações de poder que atravessam a sociedade. E “sintetiza costumes e valores compartilhados e projeta rumos e metas comuns para os membros da sociedade” (OSÓRIO, 2019, p. 18) que expressam os interesses sociais das classes dominantes.

De forma genérica, o Estado, de acordo com o autor mexicano, é uma instituição composta por uma esfera “visível”, o aparato estatal – formado por um conjunto de instituições, por um corpo de funcionários, por leis e normas –, e ainda por uma esfera “oculta”, que remete ao Estado como relação social – que se constitui numa particular condensação de relações de forças, poder e laços comunitários que atravessam a sociedade.

Emprestando as palavras de Osório,

a presença de instituições, corpo de funcionários, leis e normas que organizam a convivência humana em sociedade pode ser uma exigência marcada pela complexificação da vida societária. *Mas damos o nome de Estado apenas quando esta tarefa está atravessada pelas funções de dominação e poder de classes sociais.* (OSÓRIO, 2019, p. 19)

Dessa forma, Osório aponta que a origem do Estado está diretamente associada ao surgimento da propriedade privada e à consolidação das sociedades dispostas em classes. E seu elemento específico e essencial é o poder e a dominação de classes.

O Estado moderno, ou o Estado capitalista, por sua vez, surge “no momento de emancipação política burguesa” (RIBEIRO, 2014, p. 77). Essa formação político social tem origem no século XVIII com as revoluções burguesas que tem como palco o continente europeu e estão inseridas no período de franca ascensão econômica da burguesia na dissolução do mundo feudal.

Conforme aponta István Mészáros, a consolidação da burguesia como classe dominante, e a ampliação das relações de produção capitalistas se deram de forma “inseparável e simultânea” à criação do Estado moderno. Mészáros exprime a relação de complementaridade ineliminável entre Estado moderno e sua base material ao afirmar que essa formação político social é a dimensão política do capital e ela

[...] surge da absoluta necessidade material da ordem sociometabólica do capital e depois – por sua vez – na forma de uma reciprocidade dialética – torna-se uma condição essencial para a subsequente articulação de todo o conjunto. (MÉSZÁROS, 2011, p. 108).

O Estado moderno constituiu um ponto fundamental para o desenvolvimento do modo de produção capitalista,

na medida em que a centralização do poder permitiu não apenas resolver questões dos âmbitos político e ideológico – como o controle e disciplinamento das classes (e etnias) dominadas –, mas resolveu também questões do âmbito econômico – como o estabelecimento de moedas únicas no interior das “nações”, o que favoreceu a troca de mercadorias. (OSÓRIO, 2019, p. 32)

Este tipo particular, assim como todos os demais Estados que já foram “erguidos” sobre as suas respectivas sociedades de classes, tem, segundo Marx, suas raízes associadas aos antagonismos sociais que compõem a sociedade civil. Ele surge através das lutas políticas da burguesia que, gozando de um imenso poder econômico, buscava a todo custo se soltar das “amarras da aristocracia feudal” e constituir um sistema político próprio em conformidade com a nova ordem social que se instalava a partir do profundo revolucionamento da técnica e da conseqüente aurora da grande indústria.

Esse sistema político próprio, é bastante complexo e corresponde à dimensão política da base material dessa nova sociedade que se constitui a partir de irreconciliáveis antagonismos de classe que se dão principalmente entre a classe detentora dos meios de produção e a classe dos despossuídos, ou a classe trabalhadora. A estrutura reprodutiva do modo de produção do capital é constituída por unidades atomizadas, microcosmos anarquicamente ordenados, numa permanente situação de concorrência, que necessitam de uma estrutura centralizadora para assegurar objetivamente o desenvolvimento do capital social total. Emerge, desse modo, o Estado moderno exercendo a função mediadora para assegurar o capital como força social objetiva e alienada. De acordo com Mézáros, “a formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema” (MÉSZÁROS, 2011, p. 106) através, sobretudo, do “controle abrangente sobre as forças centrífugas insubmissas que emanam de unidades produtivas isoladas do capital, um sistema reprodutivo social antagonicamente estruturado”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 107)



Sem a emergência do Estado moderno, o modo espontâneo de controle metabólico do capital não pode se transformar num sistema dotado de microcosmos socioeconômicos claramente identificáveis [...]. Tomadas em separado, as unidades reprodutivas socioeconômicas particulares do capital são não apenas incapazes de coordenação e totalização espontâneas, mas também diametralmente opostas a elas, se lhes for permitido continuar seu rumo disruptivo, conforme a determinação estrutural centrífuga de sua natureza. Paradoxalmente, é esta completa “ausência” ou “falta” de coesão básica dos microcosmos socioeconômicos constitutivos do capital [...] que faz existir a dimensão político do controle sociometabólico do capital na forma do Estado moderno.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 123)

O Estado moderno, segundo Mézszáros, é condição indispensável para a conservação permanente do sistema do capital. Essa estrutura política “constitui a única estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p.107) e sua função mais essencial é corrigir a falta de unidade entre produção e controle, produção e consumo, produção e circulação e seus defeitos decorrentes.

Acerca da contradição que se desdobra entre produção e controle, o Estado moderno põe em funcionamento a sua máquina jurídica, de modo a assegurar a manutenção da correlação de forças que permeiam a esfera do trabalho sempre favoráveis à expropriação de mais-valia dos trabalhadores pelas personificações do capital. O Estado, sistema político do capital, sustenta toda uma estrutura jurídica que cria uma série de códigos para manter os meios de produção radicalmente separados dos trabalhadores e conseqüentemente salvaguardar o sistema social do capital que se estrutura, fundamentalmente, sobre o trabalho explorado. Nas palavras de Mézszáros, “A estrutura legal do Estado moderno é uma exigência absoluta para o exercício da tirania nos locais de trabalho” (2011, p. 107) reforçando “a dualidade entre produção e controle e também a divisão hierárquica/estrutural do trabalho, de que ele próprio é uma clara manifestação” (MÉSZÁROS, 2011, p. 122).

Junto à manutenção da correlação de forças que permeiam a esfera do trabalho através da manipulação da máquina jurídica, fica sob responsabilidade do Estado moderno, neste mesmo plano da contradição entre produção e controle, a crucial função de regulamentar a passagem da propriedade entre as

gerações através das suas leis, conservando igualmente a alienação do controle da produção pela classe dominante.

E ainda, de modo a retificar a carência de unidade entre produção e controle, cabe ao Estado a intervenção política e legal, direta ou indireta “[...] nos conflitos constantemente renovados entre as unidades socioeconômicas particulares” (MÉSZÁROS, 2011, p. 108) que compõem o sociometabolismo do capital “[...] de acordo com a dinâmica mutante de expansão e acumulação do capital, facilitando a prevalência dos elementos e tendências potencialmente mais fortes até a formação de corporações transnacionais gigantescas e monopólios industriais” (MÉSZÁROS, 2011, p. 108).

A segunda contradição que o Estado precisa corrigir apontada por Mézáros no *Para além do capital*, se refere à falta de unidade entre produção e consumo. No que concerne a esse segundo defeito estrutural, o Estado deve atuar de modo a garantir a “irrestringibilidade das unidades reprodutivas particulares” (MÉSZÁROS, 2011, p. 128). Para objetivar o consumo constante e crescente das mercadorias produzidas, o Estado deve transmitir uma “contínua afirmação ideológica da ordem estabelecida por meio do apelo ideológico ao consumo” (ANDRADE, 2012, p. 22) e ainda assumir ele próprio a função de comprador/consumidor atuando de maneira direta na promoção desse consumo constante e crescente.

Nessa função, cabe a ele [Estado] prover algumas necessidades reais do conjunto social (da educação à saúde e da habitação e manutenção da chamada “infraestrutura” ao fornecimento de serviços de seguridade social) e também a satisfação de “apetites em sua maioria artificiais” (por exemplo, alimentar não apenas a vasta máquina burocrática de seu sistema administrativo e de imposição da lei, mas também o complexo militar industrial, imensamente perdulário, ainda que diretamente benéfico ao capital) - atenuando assim, ainda que não para sempre, algumas das piores complicações e contradições que surgem da fragmentação entre produção e consumo. (MÉSZÁROS, 2011, p. 110)

O Estado é também estrutura fundamental para retificar a contradição existente entre produção e circulação. Mézáros aponta que a busca por minimizar essa desagregação impele ao Estado à “necessidade de criar a circulação como empreendimento global das estruturas internamente

fragmentadas do sistema do capital". (2011, p. 111). Através da intenção de sustentar uma relativa unidade entre esses dois processos, produção e circulação, o sistema político do capital precisa extinguir todas as barreiras locais e regionais ao desenvolvimento global do capital através de um "desenvolvimento de um sistema internacional de dominação e subordinação [...] que corresponde ao estabelecimento de uma hierarquia de Estados nacionais" (MÉSZÁROS, 2011, p.111) desiguais entre si.

Contudo, apesar de todo o esforço do Estado em extinguir todas as barreiras locais e regionais ao desenvolvimento global do capital a partir do desenvolvimento do Sistema Internacional e da Divisão Internacional do trabalho, os Estados "permanece[m] nacionalmente limitado[s] em seus empreendimentos, tanto política como economicamente [...], independente de sua[s] posiç[ões]" (MÉSZÁROS, 2011, p.131) na ordem global. Essa limitação se demonstra potencialmente explosiva na medida em que a orientação expansiva que jaz na natureza do capital, verdadeiramente universalizante, se choca com o caráter particular da estrutura de centralização política do capital, limitada à particularidade nacional.

Apesar dessa limitação decorrente do choque entre universal e nacional é tarefa imprescindível do Estado salvaguardar o seu capital transnacional através de políticas específicas que alternam entre um protecionismo no ambiente interno e pressão pela maior liberalização possível externamente. Se estabelecendo, portanto, como uma estrutura de centralização política sempre parcial sobre a totalidade do sistema do capital, com os limites inerentes às fronteiras nacionais.

Esse padrão do Estado moderno de apoio aos capitais transnacionais se constitui a partir de medidas que assegurem a todo momento a coesão interna das unidades fragmentadas do sistema do capital. Essas medidas se conformam por tendências privatistas ou estatistas de acordo com as necessidades do capital social total vigentes, mesmo quando isso significa sacrificar os anéis para salvar os dedos.

Essas tendências internas de complementaridade na base entre Estado e o sistema do capital foram exitosas - durante todo o período de ascendência histórica do capital - retificando todos os defeitos estruturais do sistema

metabólico do capital decorrentes de suas contradições mais internas, lhe conferindo um terreno fértil para o seu desenvolvimento e expansão. Entretanto, aos finais do século XX o sistema do capital atinge o seu ponto de maturação. Ativando todos os seus limites absolutos, inibe as capacidades do seu sistema social de retificar eficazmente as relações entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação.

Tais limites absolutos que se expressam a partir da aurora dos anos 1970 sinalizam o fim do período de ascendência histórica do sistema sociometabólico do capital, atingindo o zênite de contradição e iniciando sua fase de decadência que se arrasta até os dias atuais. Essa decadência, que consiste em uma crise estrutural, incide de modo irreversível nos fundamentos do sistema do capital. A crise estrutural se caracteriza fundamentalmente pela impossibilidade de se valer dos expedientes específicos de atenuação das contradições internas entres as distintas esferas que compõem o sistema do capital. Tal impossibilidade se processa na medida em que a totalização inerente à natureza do capital bloqueia os deslocamentos de contradição que até então tinham obtido algum sucesso em refrear as tendências centrífugas do sistema sociometabólico do capital como um todo. Esgotadas essas possibilidades históricas, o capital adentra em seu *continuum* de crise.

## 2.2 CONTINUUM DEPRESSO

A crise estrutural do capital é a séria manifestação da colisão do sistema do capital com seus limites particulares mais íntimos e inalienáveis. Ela é a marca de um período em que, nem mesmo através das suas mediações corretivas mais eficientes, o capital consegue contornar os obstáculos à sua reprodução, de modo a realizar a sua espiral crescente e constante de acumulação. Para compreender essa crise irremediável dentro dos limites do capital e de proporções catastróficas é necessário conduzir a discussão para o entendimento do sistema do capital em suas minúcias.

Assim como Estado, capital, é uma expressão que não existe na língua Kayapó, ou língua indígena alguma. Como “coisa” exótica não ganhou nenhum signo sequer. O capital não “nasceu” nas Américas. Ele é uma relação social que

chegou por aqui através da invasão europeia levada a cabo sobretudo, e a princípio, pelas coroas de Portugal e Espanha. Através das naus ibéricas, “criatura[s] híbrida[s] entre água e terra, entre peixe e ave” (COUTO, 2008, p. 19), essa relação social – fruto da produção destinada à troca, que cria o trabalho abstraído de suas qualidades – vai transformar radicalmente o território, as dinâmicas de produção e a vida dos povos originários do continente que nos derradeiros anos do século XV e início do século XVI fora violentamente invadido.

Nesses violentos séculos, nos quais se consolidaram as explorações coloniais, o capital ainda não estava plenamente desenvolvido. A produção voltada à troca e realizada pelo trabalho abstrato não estava, de modo algum, generalizada, nem mesmo no interior das fronteiras europeias. No continente europeu coabitavam ainda, junto aos ascendentes capitais comercial e usurário e as tímidas manufaturas, as resistentes unidades produtivas autossuficientes típicas do modo de produção feudal. O capital ainda não havia logrado subverter toda ordem social a partir da transformação da força de trabalho humano em mercadoria. Todavia lhe faltavam condições para que pudesse transformar radicalmente a organização do trabalho e atingir sua plena potência. Todas essas pré-condições foram gradualmente postas sobre os muitos corpos de camponeses e indígenas que ousaram obstaculizar a trilha de ascensão do capital.

A gênese do capitalismo industrial está alicerçada sobre violentos processos de espoliação que formam a assim chamada Acumulação Primitiva. A acumulação primitiva, que preparou o terreno e ofereceu as condições necessárias para o pleno desenvolvimento do modo de produção capitalista, envolveu uma série de processos truculentos que se desenrolaram dentro e fora das fronteiras do continente europeu espalhando sangue por toda parte.

Na Europa, a concentração de capital necessária para a libertação do capital das suas formas mais rudimentares se deu através do

roubo dos bens da igreja, [d]a alienação fraudulenta dos domínios estatais, [d]o furto da propriedade comunal, [e d]a transformação usurpatória, realizada com inescrupuloso terrorismo, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, [...]. Tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre. (MARX, 2014, p. 804)

Por sua vez, fora dos limites do continente europeu a acumulação primitiva assumiu dinâmicas distintas, conservando, porém, a mesma virulência. No restante do mundo, ao menos nos rincões em que a carabina europeia desempenhou eficazmente sua atroz diplomacia, a acumulação primitiva, essa concentração que abriu os caminhos para a emancipação do capital, se deu de maneira brutal por meio do roubo das terras antes ocupadas pelos povos originários, do saque dos recursos naturais disponíveis, “[d]o extermínio, [d]a escravização, [d]o soterramento da população nativa nas minas, [d]o começo da conquista, [do] saqueio das Índias Orientais, [e d]a transformação da África numa reserva para caça comercial de peles-negras” (MARX, 2014, p. 821).

Foi a partir desses processos, nada plácidos, que as comunidades originárias das terras latino-americanas foram apresentadas ao capital. Extraídos pelas dinâmicas da acumulação primitiva, o suor e o sangue dos povos originários, atuaram como determinantes catalisadores do amadurecimento do modo de produção do capital. Nas palavras de Marx,

O sistema colonial amadureceu o comércio e a navegação como plantas num hibernáculo. [...] Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíram à metrópole e lá se transformavam em capital. (MARX, 2014, p. 823)

A sistemática exploração colonial, o tráfico negreiro e a inescrupulosa expropriação das terras comunais e clânicas na Europa, corresponderam ao estabelecimento das condições necessárias, mas não suficientes para o funcionamento do modo de produção que se baseia na crescente valorização do valor através da constante exploração da mais-valia extraída dos trabalhadores no interior das fábricas. Foi através desses mecanismos atroztes que o capital conseguiu não somente desapropriar uma enorme massa de seres humanos na Europa, nas Américas e na África, separando o produtor direto dos seus

instrumentos e meios de vida, mas também dar início a uma forma particular de dominação política, indireta e impessoal, baseada na ideologia do contrato entre livres e iguais, portanto velada e ainda mais exploradora que formas sociais precedentes, transformando a sociabilidade humana de maneira inédita e radical com o aparecimento da força de trabalho como mercadoria.

A partir de sua sangrenta origem, o modo de produção capitalista se constituiu plenamente com o revolucionamento da técnica e constituição da grande indústria. No século XVIII todas as condições necessárias para a radical transformação da sociedade estavam postas e o capital pôde emancipar-se de suas formas mais rudimentares atingindo toda a sua potência, decompondo assim, e de uma vez por todas, o que restava do modo de produção feudal baseado no trabalho servil. As unidades produtivas autossuficientes cederam espaço aos microcosmos particulares de reprodução do capital que têm como única finalidade a extração da mais-valia a partir da realização das mercadorias produzidas pelo trabalho humano indiferenciado.

Esse novo modo de produção que emergia deu origem à uma sociedade em que a mercadoria é única forma de mediação entre todas as relações humanas e aparenta – no sentido da categoria marxiana [*erscheint*] – ser a fonte de toda a riqueza da sociedade. A captura da totalidade dos meios de produção por uma restrita parcela da população, possibilitada pela acumulação prévia, esculpiu uma nova estrutura social. O sequestro das terras comunais e clônicas criou uma moderna sociedade de classes estruturada antagonicamente sobre a exploração do trabalho abstrato da parcela da população que pôde conservar apenas a sua profunda carência. Despojada de suas terras e de seus instrumentos de trabalho e impedida de transformar a natureza para seu sustento, essa volumosa parcela da sociedade, em busca da preservação de sua própria vida, inundou as cidades, polos industriais, conformando uma nova classe, o proletariado. Nessa toada, essa classe de despossuídos, conduzida por seus imperativos fisiológicos, precisou se submeter à imposição pelo capital de uma violência estrutural e objetiva que se apresenta como um poder externo sobre eles não deixando nenhuma outra alternativa a não ser o da luta cotidiana

pela reprodução das suas vidas e transformar a sua única posse remanescente, a força de trabalho, também em mercadoria<sup>21</sup>.

A mercadoria, essa “coisa” em que vai ser transformada a força de trabalho, e que atua como intermediária de todas as relações humanas na sociedade capitalista, possui, segundo Marx, um caráter duplo. Ela “é antes de tudo valor de uso, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer.” (Marx, 2014, p. 113) O valor de uso de uma mercadoria corresponde às suas características mais específicas e particulares, à sua utilidade, está intimamente colado ao corpo material da mercadoria e aparece, nessa sociedade cuja produção é orientada para a troca, como suporte material do segundo caráter do seu segundo caráter, o valor de troca.

Por sua vez, de acordo com a argumentação de Marx, o valor de troca, “aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo...” (2014, p. 114). O valor de troca, essa relação quantitativa que regula as trocas entre os mais distintos valores de uso, é a expressão do valor cristalizado no interior de cada mercadoria.

Ao analisar sistematicamente como se davam as trocas de diferentes mercadorias no interior do modo de produção do capital, Marx pôde constatar que essas relações não se davam de maneira arbitrária. Elas respondiam à uma determinada lógica que concedia algum grau de estabilidade e previsibilidade aos intercâmbios entre as mercadorias dos mais distintos valores de uso. Assim, tornou-se claro para Marx que existe, no interior das mercadorias, um elemento geral, comum a todas elas, que possibilita essas relações e as ordena, suprimindo as arbitrariedades que pudessem recair sobre essas relações.

Para Marx esse elemento comum é o valor. O valor, por seu turno, possui como substância, o trabalho humano indiferenciado, o trabalho abstrato, ou o trabalho que objetiva exclusivamente à troca. A substância do valor corresponde a essa a característica mais geral das mercadorias, todas elas, sem exceção,

---

<sup>21</sup> Situação que se torna o núcleo central da alienação que perpassa as relações entre os indivíduos no interior do modo de reprodução do capital.



são frutos do trabalho humano. É, portanto, o trabalho humano (indiferenciado) que cria o valor. E esse valor criado é medido, quantificado, através do “tempo de trabalho socialmente necessário [...] para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho” (MARX, 2014, p. 117). O valor tem, portanto, como substância o trabalho (humano indiferenciado), e como grandeza, sua medida, o tempo de trabalho (socialmente necessário).

Marx ainda destina espaço em sua obra para expor que valor e preço não são categorias idênticas, expressões que se remetem sem qualquer prejuízo quanto ao conteúdo. Efetivamente, valor e preço são coisas distintas, sendo o último, a expressão monetária do primeiro e pode variar em relação a ele. Marx vai evidenciar que existem outros elementos, sobretudo a disposição da concorrência, e as leis da oferta e da procura, que podem fazer com que o preço se afaste do valor mesmo quando haja uma tendência a ambos se aproximarem.

Desde a constituição da propriedade privada e do nascimento da sociedade de classes, portanto desde os tempos já quase imemoriais em que eram vigentes as relações de produção baseadas no trabalho escravo, já existia a mercadoria. Seria um engano atribuir o surgimento da mercadoria ao modo de produção do capital. No entanto, ainda que ela não consista numa novidade histórica, produto desse modo de produção, a mercadoria ganha um inédito grau de importância no modo de produção regido pelo capital. Isso porque, nos modos de produção pré-capitalistas, enquanto a produção possuía um elevado grau de autossuficiência e controle, um modesto desenvolvimento técnico e estava predominantemente colada às necessidades humanas, sobrava pouquíssimo espaço para o aparecimento das condições necessárias à universalização da mercadoria. É certo que, mesmo com esses grandes entraves, já existia uma produção orientada a troca de mercadorias no interior desses modos de produção anteriores ao do capital, no entanto, essa produção cumpria apenas papéis acessórios.

A separação do “caracol de sua concha”, ou seja, dos homens de seus instrumentos de trabalho e da terra, que impôs a transformação da força de trabalho humana em mercadoria, mudou radicalmente o modo de produção e

reprodução social através da generalização da produção de mercadorias. Nas palavras de Mészáros,

Graças à desumanização do próprio trabalho vivo, transformado em *mercadoria* que só pode funcionar (como uma força produtiva) e biologicamente se sustentar (como um organismo) adentrando a estrutura – e se submetendo às exigências materiais e organizacionais – das *relações de troca* dominantes, os principais obstáculos que limitavam pesadamente o escopo e o dinamismo dos sistemas produtivos anteriores são removidos com sucesso. [...] É exatamente este processo de redução quantificadora e reificação do trabalho vivo que traz a difusão e a dominação *universal* da estrutura de mercadoria [...]. a estrutura de mercadoria capitalista se torna *universalizável* – no sentido de que absolutamente tudo pode ser submetido à ela – precisamente porque, sob as novas circunstâncias, o trabalho vivo mercantilizado pode ser utilizado e controlado com grande flexibilidade e dinamismo. (MÉSZÁROS, 2011, p. 622)

Isto é, a transformação da força de trabalho humana em mercadoria criou um modo de produção inteiramente novo, uma distinta divisão do trabalho (extremamente fracionada e especializada), um mercado profundamente polarizado – no qual, os seres humanos passaram a se relacionar apenas como compradores e vendedores de mercadorias – e universalizou a relação mercantil. Nesse novo modo de produção, o capital constitui a base da realidade social, tudo se torna objeto de compra e venda, a mercadoria se liberta do caráter contingente que desempenhava nos modos de produção pré-capitalistas e se universaliza. Segundo José Paulo Netto e Marcelo Braz, "É nesse sentido que estruturalmente, ele [o modo de produção do capital] pode ser caracterizado como o modo de produção de mercadorias". (2012, p. 98)

Esse modo de produção, cuja produção e a circulação de mercadorias é central, se caracteriza pela disjunção e subordinação do valor de uso à produção do valor, se orientando pela reprodução alienada do trabalho humano indiferenciado. A produção, descolada das necessidades humanas, converte por essa via a riqueza na sua finalidade. O capital abre uma forma de produção que será "orientada para a multiplicação da riqueza material por meio da autoexpansão do valor de troca." (MÉSZÁROS, 2011, p. 606)

Essa orientação se fundamenta pela constituição de microcosmos em permanente concorrência entre si através da produção e apropriação privada

parametrada pela produtividade social do trabalho. Os microcosmos produtivos constituídos singularmente são incessantemente impelidos a aumentar a produtividade social do trabalho pela diminuição do tempo necessário à produção das mercadorias individualmente consideradas para se tornarem viáveis em relação à totalidade do sistema do capital.

Como já fora apontado, o capital é uma relação social. Como relação social ele não tem sua existência atrelada a uma materialidade específica que garanta a sua existência. Como não constitui uma “coisa”, um objeto, sua existência está integralmente condicionada à sua constante reprodução. Por isso o capital só pode existir se for assegurada a sua reprodução de forma crescente e constante. Essa relação social, que subordinou toda a sociabilidade humana através da subordinação do trabalho – categoria fundante do ser social, protoforma de todos os atos humanos que possibilita a objetivação de todos os demais complexos da vida humana – aos seus ditames, está orientada para a produção de mercadorias, e em última instância à sua própria reprodução, e tem como único imperativo essencial a busca pela máxima lucratividade.

Somente através do lucro, proveniente da extração da mais-valia através da exploração da força de trabalho humana, que o capital consegue se sustentar como modo de produção que a tudo sujeita. No sentido de extrair a maior quantidade de lucro possível, os capitalistas, personificações do capital no interior da relação de trabalho, buscam a qualquer custo elevar a produtividade no interior de seus microcosmos de produção para dilatar a porção de mais-valia explorada de seus trabalhadores. Historicamente os homens que detinham a posse dos instrumentos de produção, vestindo as máscaras econômicas do capital e invariavelmente subjugados aos imperativos da lucratividade, buscaram aumentar a produtividade das suas fábricas através da extorsão da mais-valia absoluta que se dava, sobretudo, em função do prolongamento da jornada de trabalho desempenhada pelos seus trabalhadores e da imposição de um controle do trabalho que intencionava aniquilar a “indolência<sup>22</sup>” no interior das fábricas.

---

<sup>22</sup> Termo adotado por Frederick Taylor para indicar vadiagem na sua obra *Princípios da Administração Científica*.

Contudo a exploração da mais-valia absoluta logo apresenta seus limites. O capital e os operadores da sua lógica, em busca do constante incremento da produtividade, prontamente vão ser travados pelos limites fisiológicos intransponíveis dos trabalhadores. Nem mesmo o mais eficiente controle das “indolências” do trabalho ou a mais extenuante possível jornada de trabalho podem elevar de maneira constante a acumulação de capital. Impelidos a aumentar a produtividade, os controladores do processo produtivo precisam encontrar meios de driblar as limitações humanas de modo a perpetuar a espiral de acumulação do capital. Dessa forma, aspirando a maior taxa de lucro possível, esses controladores despenderam parte da mais-valia extraída de seus trabalhadores das rodadas anteriores da produção para incorporar novas tecnologias no processo produtivo. Uma vez que esbarra com as limitações humanas à constante acumulação, o capital é obrigado a “revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho.” (MARX, 2014, p. 390)

Essa incorporação de técnicas e tecnologias no processo produtivo possibilita a redução do tempo em que cada unidade de mercadoria é produzida, acelerando o processo de produção e aumentando conseqüentemente a quantidade de mercadorias produzidas em uma determinada jornada de trabalho. Quando essa incorporação das inovações tecnológicas atingem a produção de mercadorias diretamente ligadas à reprodução da mercadoria força de trabalho estão dadas as condições objetivas para a propulsão da mais-valia relativa como o método de exploração universal do capital sobre o trabalho. Dessa forma, reduzindo a porção de valor pago à força de trabalho e aumentando, em contrapartida, o valor de que se apropria o capitalista, a mais-valia relativa reduz o valor de troca da mercadoria força de trabalho. Nesse sentido, esse método de exploração aumenta a mais-valia de todos os setores capitalistas ao diminuir de maneira universal o valor da reprodução da força de trabalho e o faz sem ampliar a jornada de trabalho sem saturar os limites fisiológicos dos trabalhadores. É dessa forma que se constitui como a ferramenta mais poderosa de extração de mais-valia.

Ao mesmo tempo, do ponto de vista dos trabalhadores, esse método de exploração ocorre de forma dissociada de qualquer alteração nos salários recebidos. Isso porque o salário é a remuneração em dinheiro – equivalente

universal das mercadorias – do valor de uso da mercadoria força de trabalho, e não possui qualquer relação com a quantidade de mercadorias que a força de trabalho cria no processo produtivo levando a uma situação em que o trabalhador não é remunerado de acordo com a ficção de equivalências que a própria sociedade burguesa estabelece, ou seja, o trabalhador é remunerado aquém do valor que cria. O incremento de novas tecnologias no processo produtivo, ao passo que propicia um enorme estímulo à acumulação capitalista – a partir do incremento da extorsão da mais-valia dos trabalhadores –, possibilita a completa subsunção do capital sobre o trabalho através do aprofundamento da mecanização e da fragmentação extrema do trabalho humano.

Contudo, “No processo de acumulação de capital, [para auferir lucros] os capitalistas não têm apenas que explorar a força de trabalho; devem ainda competir entre si.” (NETTO e BRAZ, 2012, p. 141) Para além da mais-valia relativa, o incremento de tecnologias no processo produtivo pode ser a fonte de uma mais-valia expropriada fora de suas plantas produtivas, ou seja, uma mais-valia que não é explorada dos seus trabalhadores, mas dos trabalhadores de seus pares. Essa terceira forma de expropriação de mais valor leva o nome de mais-valia extraordinária e é capturada pelos microcosmos de produção mais produtivos em relação à totalidade do sistema do capital.

A mais-valia extraordinária consiste numa singular forma de extorsão de mais-valia propiciada pela configuração do sistema do capital que se constitui em “componentes incorrigivelmente *centrífugos*, em cuja base se encontra a igualmente incorrigível ligação estrutural *conflitiva* comum a todos os seus componentes.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 839)

O implemento de inovações tecnológicas no processo produtivo reduz a incorporação de valor em cada mercadoria unitária e, portanto, o custo das mercadorias propiciando uma apropriação de uma mais-valia adicional que consiste na diferença entre a quantidade de trabalho cristalizado nas mercadorias dos processos produtivos cuja composição orgânica do capital é mais elevada, e na quantidade média de trabalho socialmente necessário para a produção dessas mercadorias em uma dada sociabilidade com um determinado grau de desenvolvimento social e produtivo.

É certo dizer que “o processo de acumulação estimula e, ao mesmo tempo, é estimulado por inovações tecnológicas” (NETTO e BRAZ, 2012, p.143), e está intimamente ligado à elevação da composição orgânica do capital. Os capitalistas, personificações do capital mais importantes no processo produtivo, no sentido de reproduzir a acumulação e não serem tragados pelos seus concorrentes, buscam energicamente a elevação da composição orgânica do capital nas suas plantas produtivas – ou seja a elevação da proporção do trabalho morto (máquinas), sobre o trabalho vivo (força de trabalho humana). A partir do implemento das técnicas e da maquinaria, esses capitalistas conseguem produzir suas mercadorias num menor tempo em relação ao tempo de trabalho socialmente necessário, capturando assim, a partir do processo de circulação no mercado, um valor que é maior ao que de fato se encontra cristalizado em suas mercadorias.

A pressão da concorrência exige que os capitalistas não se mantenham estacionários e se imbriquem constantemente na busca pela maior produtividade possível. No entanto, no momento em que essa novidade produtiva, essa tecnologia, é generalizada entre os demais capitalistas – impulsionados pelo imperativo da lucratividade – a vantagem experimentada pelo “capitalista inovador” desaparece, e dessa generalização gesta-se a queda dos preços de mercado das mercadorias.

Junto à queda dos preços – resultado da queda do tempo socialmente necessário para a produção das mercadorias e do aumento da oferta em relação à demanda –, a elevação da composição orgânica do capital – produto da elevação do trabalho morto em relação ao trabalho vivo – engendra uma situação que traz sérias consequências para a dinâmica de acumulação do capital. A tendência à expulsão dos trabalhadores do processo produtivo e a crescente implementação de trabalho mecânico, ou seja, realizado por máquinas, cria um cenário em que os lucros totais das empresas podem até aumentar durante certo período, mas a tendência é que eventualmente, se outras medidas não são tomadas pelo capitalista, a lucratividade irá diminuindo. Esse processo, que leva o capital como sistema a uma crise aprofundada, foi previsto por Marx ainda no final do século XIX como uma tendência inescapável do sistema do capital, cuja única finalidade é a manutenção da sua reprodução ampliada.

Essa tendência assinalada por Marx recebe o nome de queda tendencial da taxa de lucro e é resultado da expulsão da única mercadoria capaz de criar valor no processo produtivo. Dessa forma, com cada vez menos valor sendo criado, os capitalistas precisam produzir em escalas crescentes para manter positiva a espiral de acumulação do capital, saturando o mercado com as suas mercadorias e arquitetando um cenário desastroso que combina uma superprodução de mercadorias, um crescente desemprego e a destruição ecológica dos ecossistemas e biomas do planeta.

O resultado desse cenário desastroso que combina, sobretudo, a anarquia da produção, com a queda da taxa de lucro, com uma superprodução de mercadorias, com o subconsumo das massas trabalhadoras e com a impossibilidade de valorização dos capitais se cristaliza nas crises cíclicas do modo de produção capitalista.

As crises cíclicas são fenômenos próprios do capitalismo – constituem a expressão das contradições deste modo de produção – e realizam um papel de extrema importância na dinâmica de acumulação do capital, que consiste em enxugar a abundância e restaurar “sempre em níveis mais complexos e instáveis” (NETTO e BRAZ, 2012, p.174), as condições necessárias para a reprodução ampliada do capital. Segundo os autores do livro “*A economia da sociedade capitalista e suas crises recorrentes*”:

A crise é inerente ao próprio funcionamento do sistema. E mais, tais situações são funcionais ao capitalismo, já que preparam o terreno para novas fases de desenvolvimento, que terão, por certo, seus problemas e suas contradições como fases do desenvolvimento capitalista. (FOLADORI, MELAZZI e KILPP, 2016, p.226)

“Essas grandes tempestades” são fenômenos constituintes desse modo de produção que se estrutura sobre antagonismos inconciliáveis. Elas são por um lado fruto da concentração de todas as contradições do modo de produção, e por outro, constituem o seu próprio ajuste compulsório. Ainda de acordo com Mézáros, compõem parte natural da existência do capital, e “constituem maneiras d[a acumulação de capital] progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação.” (2011, p. 795)

A crise opera como uma eficiente alavanca para uma nova rodada de acumulação quando os limites relativos do sistema são atingidos, e pode ser sintetizada de maneira genérica da seguinte forma:

a)os capitalistas mais débeis não suportam essa situação e são os primeiros a quebrar; b)diminuem os salários dos trabalhadores e aumentam o desemprego e o subemprego; c)os ritmos de produção (intensidade do trabalho) aumentam, já que os capitalistas estão ansiosos para compensar suas dificuldades, aumentando a produção, e porque os trabalhadores não têm alternativas senão aceitar estas imposições, se querem manter os seus empregos; d)o valor do capital constante diminui, seja porque há superprodução de maquinaria e matérias primas, seja porque se põe à venda os meios de produção das empresas falidas; e; e) se concentram e centralizam os meios de produção (em mãos dos capitalistas mais fortes). (FOLADORI, MELAZZI e KILPP, 2016, p.225)

A cada conjuntura de crise o grande capital ingere o pequeno. A sucessão das crises cíclicas do modo de produção capitalista transformou a modalidade concorrencial em capitalismo monopolista. Segundo José Paulo Netto e Marcelo Braz, “na segunda metade do século XIX, especialmente na sequência imediata da grande crise de 1873, [...] as tendências do capital [...] à concentração e à centralização confluíram na criação dos monopólios.” (2012, p.190)

No decorrer do século XIX as personificações do capital foram se diferenciando em razão dos volumes e da composição orgânica do seu capital. A pressão da concorrência conduziu a uma gigantesca concentração e centralização de capital que ensejou o surgimento dos grandes conglomerados monopólicos. Em *economia política – uma introdução crítica*, José Paulo Netto e Marcelo Braz apontam que o aparecimento desses “grupos capitalistas nacionais controlando ramos industriais inteiros, empregando enormes contingentes de trabalhadores e influenciando decisivamente nas economias nacionais alterou de modo extraordinário a dinâmica econômica.” (2012, p.190)

Com dimensões inéditas e condicionados pela imperiosa necessidade da autoexpansão, os grandes conglomerados monopólicos criaram um sistema econômico realmente mundial e uma divisão internacional do trabalho através, sobretudo, da exportação de capitais, seja na forma de capital de empréstimo ou de capital produtivo. Dessa forma, juntos ao capital bancário, que também passou por um processo de concentração e centralização, os grandes



monopólios promoveram uma espécie de “partilha territorial do mundo” através do estabelecimento de relações de domínio e exploração provenientes dessa exportação de capitais.

Esse novo, e mais complexo, cenário, atravessado pelas dinâmicas e contradições do modo de produção capitalista, agora imperialista, requer um Estado – uma estrutura reguladora e corretora – hipertrofiada para retificar, conforme for possível, as explosivas contradições e disfunções que são fruto do aprofundamento da carência de unidade entre a produção e controle, produção e consumo, e produção e circulação neste modo de produção.

Para garantir a viabilidade desse novo estágio do modo de produção capitalista, no qual os monopólios e os bancos atuam como protagonistas, o Estado teve que passar por uma profunda *refuncionalização*. Para além das funções que já desempenhava na fase anterior, que consistiam principalmente na manutenção das condições externas à produção, o Estado precisa, de modo a garantir a sobrevivência dos seus grandes capitais nacionais, intervir de maneira muito mais direta sobre a economia para deslocar, sem resolver, as contradições do sistema.

A princípio consistia sua obrigação imprescindível conceber garantias ao desenvolvimento interno e imperturbado de seus capitais no interior da sua escala nacional fundamentadas através da elaboração de uma série de legislações protecionistas. E a partir de uma lógica completamente invertida, o sistema político do capital tinha o compromisso de buscar condições para que o seu capital nacional penetrasse as esferas nacionais dos demais Estados, viabilizando dessa forma a expansão e a acumulação da produção dos seus capitais em escala global. Na aurora desse estágio do modo de produção do capital também fazia parte das novas atribuições do Estado a diligência de organizar um complexo militar industrial capaz de assegurar os interesses dos seus grandes capitais na exploração neocolonial que incidiu sobre os Estados periféricos e que se deu a partir da “partilha territorial do mundo”, da construção de um sistema econômico efetivamente mundial e da nova Divisão Internacional do Trabalho.

Passadas as guerras, no período em que consistiram os anos dourados do capitalismo monopolista, ou do imperialismo, o Estado, a mediação mais

fundamental, ganhou uma série de novas funções essenciais para a sustentação do modo de produção do capital. No imediato pós-guerra assumiu a imprescindível tarefa de assegurar os inéditos superlucros dos conglomerados monopólicos através de uma intervenção muito mais profunda e contínua na dinâmica econômica.

Nesse sentido, o sistema político do capital passou a desempenhar as seguintes funções de: a) Assumir o papel de “Estado empreendedor”, justamente nos setores mais básicos e menos rentáveis, e sobretudo, nos setores de insumos e de matérias-primas consumidos pelos monopólios, reduzindo assim os custos da produção das suas mercadorias; b) Nacionalizar as empresas capitalistas que apresentassem acentuadas dificuldades financeiras, recuperando-as economicamente, através da injeção de volumosos fundos financiados pela tributação geral, e devolvendo-as, posteriormente, ao mercado, pelo mecanismo das privatizações; c) Ofertar crédito aos monopólios garantindo-lhes a elevação de suas taxas de lucro; d) Exercer o papel de “Estado consumidor” atuando de maneira direta na realização das mercadorias produzidas pelos seus monopólios; e) Renunciar à carga tributária incidente sobre os monopólios nacionais; f) Aplicar vultuosos investimentos em pesquisa, investigação, planejamento, meios de transporte e infraestrutura. g) Preservar de maneira enérgica o controle contínuo da força de trabalho; e ainda, h) Desonerar o capital de expressiva porção dos ônus referentes a preservação da força de trabalho a partir da prestação de serviços públicos universais e essenciais financiados pela arrecadação tributária que incide na própria massa de trabalho. Ou seja, o Estado se transforma em mais um meio de aprofundamento da mais-valia relativa.

Mesmo com todo esse estímulo à acumulação desempenhado pelo Estado – através da adoção de medidas anticíclicas de combate às crises, da exportação de capitais para outros Estados em troca de condições especiais para o comércio com suas burguesias nacionais, do aumento das despesas com armamentos e militarismo, da transformação do capital estatal como capital de esteio do capital monopolista, da promoção das “condições gerais de produção”, do ataque à consciência proletária através da disseminação de ideologias manipulatórias que visam integrá-lo à ordem e das relações desiguais e

exploratórias com os países periféricos – o capital monopolista não consegue transpor os limites à acumulação necessária para sua sadia reprodução. Ou seja, “o estágio imperialista não apresenta qualquer solução efetiva para nenhuma das contradições imanentes ao modo de produção capitalista.” (NETTO e BRAZ, 2012, p. 215) E nem poderia fazê-lo, pois

seu modo normal de lidar com contradições é intensificá-las, transferi-las para um nível mais elevado, deslocá-las para um plano diferente, suprimi-las quando possível, e quando elas não puderem mais ser suprimidas, exportá-las para uma esfera ou um país diferente. (MÉSZÁROS, 2011, p. 800)

Nem sua nova configuração imperialista, nem o Estado, tocam na contradição mais essencial do modo de produção que se enraíza na contradição entre a *socialização da produção* e a *apropriação privada do excedente*.

Mantendo tal contradição incólume, nem o capital, nem seu sistema político, puderam resolver de fato as crises deste modo de produção ao longo do século XX. Por mais que nesse período não tenham irrompido “grandes tempestades” que causassem grandes perturbações ao sistema, as contradições do capital nunca foram resolvidas, muito pelo contrário, foram apenas deslocadas e acumuladas para um momento futuro. Assim quando o capital esbarra na impossibilidade de seguir expandindo-se pelo mundo de forma lucrativa, quando nem mesmo os processos produtivos mais tecnológicos conseguem sustentar uma mais-valia relativa no grau necessário para a reprodução crescente do modo de produção capitalista e quando o aumento da composição orgânica do capital intensifica os problemas da realização das mercadorias, o capital encontra suas barreiras absolutas.

Na década de 1970 o capital finalmente encontra seus limites absolutos à autoexpansão. Foi neste momento, nos finais do século XX que o capital, nem mesmo com a ajuda imprescindível do seu sistema político, conseguiu seguir deslocando as suas contradições para realizar a sua espiral de acumulação crescente e constante. A crise estrutural do sistema do capital, “a séria manifestação do encontro do sistema com seus próprios limites intrínsecos” (MÉSZÁROS, 2000, p. 8), é, sinteticamente, fruto da superacumulação – em todas as formas sociais – do capital, da agudização da queda da taxa de lucros

na totalidade dos setores produtivos, do esgotamento das possibilidades de absorção da superprodução, da impossibilidade de expansão do sistema econômico pelo mundo e do desemprego estrutural provocado pela expulsão da força de trabalho dos processos produtivos, reflexo da elevação da composição orgânica do capital.

Diferente das crises cíclicas, a crise estrutural do capital não aparece como uma alavanca para uma nova rodada de acumulação do capital, ela se mostra efetivamente como um bloqueio intransponível a sua reprodução ampliada. Isto é, a crise estrutural do capital irrompe como um *continuum depressivo*, uma crise permanente, rastejante, crônica, endêmica, de alcance global e efetivamente sistêmica, atingindo não uma parcialidade restrita, mas a totalidade do sistema.

Frente ao “bloqueio sistemático das suas partes constituintes vitais” (MÉSZÁROS, 2011, 798), o capital, a partir de 1970, só consegue se reproduzir através de uma produção, cuja lógica está completamente desassociada das reais necessidades humanas e que se faz, portanto, destrutiva. Segundo Mézáros,

O capital não pode ter outro objetivo que não sua própria autorreprodução, à qual tudo, da natureza a todas as necessidades e aspirações humanas, deve se subordinar absolutamente. Assim, a influência civilizadora encontra seu fim devastador no momento em que a implacável lógica interna da autorreprodução ampliada do capital encontra seu obstáculo nas necessidades humanas. (MÉSZÁROS, 2011, p. 800-801)

Carente totalmente de uma ética, o capitalismo na sua invariável busca pela autoexpansão, adota uma lógica completamente predatória, destrutiva e irracional. Desde 1970 o constante avanço da produtividade deixa de ser sinônimo de desenvolvimento humano. Gesta-se a partir de então um cenário catastrófico no qual tudo deve ser subjugado à reprodução do capital. Nesse sentido, a natureza fica à mercê da sistemática exploração do capital, se intensifica a exploração dos trabalhadores, crescem os níveis de subordinação das mulheres, os direitos conquistados pelos trabalhadores através da luta de classes são, um a um, atacados, eleva-se a patamares obscenos a produção do complexo militar industrial e se agudiza a dependência e o “subdesenvolvimento

forçado” dos países periféricos na lógica hierárquica da Divisão Internacional do Trabalho.

Junto a todos esses métodos para elevar as taxas de lucro – que teimam ao decrescimento – que evidenciam, como discorre Mészáros, o caráter irracional desse sistema, o capital precisa, de maneira crescente, estimular a sua rotação através da inversão da taxa de utilização decrescente das mercadorias. Interessado em aumentar as possibilidades de realização das mercadorias, o capital precisa, sobretudo, se transformar em um “verdadeiro inimigo da durabilidade”. Dessa necessidade de incitar o consumo para garantir a sua irrefreabilidade o capital precisa transformar a

proporção segundo a qual o tempo disponível total de uma dada sociedade será distribuído entre a atividade necessária para o seu intercâmbio metabólico básico com a natureza e todas as outras funções e atividades nas quais se engajam os indivíduos da sociedade em questão. (MÉSZÁROS, 2011, p. 639)

Historicamente, o desenvolvimento das técnicas produtivas e das tecnologias transformaram a maneira pela qual os seres humanos realizam seu intercâmbio metabólico com a natureza. A cada nova tecnologia implementada esses seres humanos puderam reduzir a proporção de tempo empregada para a produção dos valores de uso que lhes eram necessários. No capitalismo, especificamente em seu momento de plena ascendência, a composição orgânica do capital foi elevada extraordinariamente, contribuindo para o decrescimento dessa proporção. No entanto, quando esse modo de produção atinge seus limites absolutos, essa proporção é completamente invertida. A inversão da taxa de utilização decrescente, no capitalismo avançado, se faz essencial para garantir a aceleração da rotatividade do capital. Nesse sentido, diminuindo a vida útil das mercadorias e tornando-as descartáveis, através da obsolescência programada e da subutilização do capital constante, o capital elabora mecanismos para incitar um consumo constante e enxugar a abundância característica da totalidade de seus setores produtivos.

Em suma, ao topar com a impossibilidade de deslocar temporalmente as contradições que impedem a sua reprodução ampliada, o capital inaugura uma produção cuja lógica se assenta na produção destrutiva absolutamente

desconectada das necessidades humanas. Os efeitos dessa crise sem parâmetros na história, é certo, atingem o conjunto de países de maneira bastante distinta.

### 2.3 CRISE ESTRUTURAL E CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO

A América Latina, em função da sua particular inserção subalterna na divisão internacional do trabalho, bem como os demais países periféricos, serão os primeiros a experimentar as tendências regressivas e destrutivas da crise estrutural. Por aqui, o esgotamento da possibilidade de deslocar as contradições entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação, serão expressos através da implementação de uma política econômica neoliberal de ajuste estrutural – que combina a privatização dos bens e serviços públicos, com as antipopulares desregulamentações comerciais, financeiras e dos mercados de trabalho e dos serviços, e ainda com as implacáveis políticas de austeridade –, da transformação do capital estatal em capital de esteio do capital monopolista, da elevação da repressão estatal, do desemprego estrutural, da elevação da desigualdade, do ataque aos avanços conquistados pela classe trabalhadora, do fim do paradigma industrialista e da reprimarização da economia, do avanço da fronteira neoextrativista sobre os territórios, da destruição ambiental, da aniquilação dos povos originários, camponeses, ribeirinhos e quilombolas, do aprofundamento da dependência, da intensificação dos mecanismos de transferência de valor e da superexploração da força de trabalho.

Os países da América Latina entraram para os circuitos de acumulação do capital ainda no final do século XV, através dos bárbaros processos coloniais implementados pelas coroas ibéricas, campeãs das corridas navais em mar aberto. Partindo do extremo ocidente do continente europeu, as pioneiras naus ibéricas foram delimitando os novos contornos e extensões do nascente modo de produção capitalista e implementaram nestas terras, cujas riquezas naturais existentes, segundo o Eduardo Galeano, humilhavam a imaginação e superavam as fábulas, processos e dinâmicas desprovidas de qualquer princípio orientador ético, que objetivavam unicamente as suas máximas acumulações de

metais preciosos como o ouro e a prata. Em busca de grandes lucros, Portugal e Espanha, gozando de seus poderes outorgados pela igreja católica e pela pólvora, transformaram estes territórios em um grande palco para a realização da acumulação originária, e implementaram um sistema colonial-exportador, essencialmente extrativista em um primeiro momento, baseado na utilização de mão-de-obra escrava, integralmente voltado para abastecer as demandas externas, que financiou o início da manufatura europeia.

O sistema colonial implementado nas Américas pelas coroas ibéricas deixou profundas feridas no continente. Feridas que seguiram escancaradas mesmo após os processos de independência, que no século XIX, como uma epidemia, foram tomando os quase 20 milhões de km<sup>2</sup> da América Latina transformando-os em novas nações.

Os processos de independência latino-americanos não lograram fechar as feridas coloniais, promover bem-estar às massas de explorados, reverter a dependência e derrubar os entraves ao desenvolvimento econômico. Lideradas, com exceção à ocorrida no Haiti, pela aristocracia latifundiária e conservando importantes estruturas arcaicas existentes, as revoluções de independência latino-americanas formaram nações invariavelmente dependentes, que ingressaram na Divisão Internacional do Trabalho desde o início especializadas em perder.

O ingresso das novas nações latino-americanas à economia mundial se deu mais ou menos em coordenação com o período de desenvolvimento da grande indústria europeia, que segundo Ruy Mauro Marini (1973), estabeleceu com bases sólidas a Divisão Internacional do Trabalho e o mercado mundial, deu início ao imperialismo, e reeditou radicalmente a forma de incorporação dos países latino-americanos à economia capitalista mundial.

Politicamente independentes, fragmentados, dirigidos por uma aristocracia latifundiária essencialmente conservadora, os países ex-colônias de Portugal e Espanha, desenvolveram um padrão de reprodução do capital bastante particular. Segundo Vânia Bambirra, o capitalismo latino-americano, de modo geral,

assumiu formas específicas que, sem negar as leis gerais do movimento do sistema, configuraram no continente tipos específicos de capitalismo dependente, cujo caráter e modo de funcionamento estão intrinsecamente conectados à dinâmica que assume o capitalismo nos países centrais. (BAMBIRRA, 2015, p. 33).

Conservando estruturas e dinâmicas essencialmente arcaicas, “o modo de produção capitalista nunca foi transportado de maneira completa e homogênea para as regiões e países [que como a América Latina foram] submetidos à dominação.” (QUIJANO, 1970, p. 28) Em decorrência disso, se constituiu no subcontinente um capitalismo *sui generis*, cujo padrão de reprodução do capital é bastante diverso do típico padrão de reprodução das grandes potências econômicas centrais. A manutenção do latifúndio, da escravidão, dos violentos processos de acumulação primitiva e a imensa defasagem tecnológica – resultado do próprio modo de inserção desses territórios nos ciclos de acumulação do capital – foram os elementos fundamentais responsáveis pela particularidade do padrão reprodução do capital dos países latino-americanos, cuja excentricidade fica a cargo dos obstaculizantes mecanismos de transferência de valor imperantes.

Estruturalmente subordinada, ocupando um espaço periférico no sistema econômico mundial, e vestindo a “camisa-de-força” dos mecanismos de transferência de valor, criou-se na América Latina uma forma específica de capitalismo, na qual parte da mais-valia produzida pela classe trabalhadora e explorada pela classe dominante é acumulada pelas burguesias estrangeiras centrais, obstruindo, assim, a acumulação interna do capital nestes rincões. Esse afluxo de mais-valia em direção aos países que compõem o centro do sistema econômico mundial, criou nos países periféricos, e, portanto, na América Latina, uma dinâmica especial que se tornou a base da reprodução do capital para compensar as perdas das burguesias periféricas. Essa dinâmica especial consiste na superexploração da força de trabalho da classe trabalhadora.

Dessa forma, em razão dos mecanismos de transferência de valor, ainda que politicamente independentes, os países latino-americanos não conseguiram levar a cabo uma independência econômica. Economicamente dependentes esses países, desde a sua formação, expressam uma relação de subordinação frente às nações de capitalismo mais desenvolvido, na qual, segundo Ruy Mauro



Marini (1973), a totalidade das suas relações de produção são constantemente modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada do capital das economias centrais e da própria dependência.

Agentes da dependência e da heterogeneidade do capitalismo latino-americano, os mecanismos de transferência de valor, ou seja, as transferências de parte do excedente produzido nos países periféricos para os países centrais, se dão através de diferentes processos e podem assumir, entre outras, as formas de lucros, juros, patentes, royalties e deterioração dos termos de troca.

Operando no plano do comércio internacional essa transferência de valor pode-se dar de duas formas, através da concorrência intersetorial e intrasetorial. No primeiro caso esse afluxo de excedente ocorre em razão dos diferentes setores e produtividades sociais do trabalho cujas economias nacionais se encontram majoritariamente assentadas.

Faz-se necessário recorrer a uma pequena abstração e retomar alguns pontos já discutidos para entendimento do processo. Como já fora apontado, de modo geral, os capitalistas estão constantemente em busca da elevação da produtividade, e para isso percorrem o caminho que perpassa invariavelmente sobre as constantes revoluções técnicas no processo produtivo. Nesse sentido, e de forma individual, as personificações do capital procuram a todo custo elevar a composição orgânica do seu capital, substituindo parte da força de trabalho humano (capital variável) por maquinário (capital constante).

Tendencialmente os setores que apresentam a possibilidade de revolucionar as suas forças produtivas, e com isso elevar as suas composições orgânicas do capital e produtividades sociais do trabalho, fazem parte dos setores que predominam economicamente, e que possuem, portanto, maior capital acumulado, e/ou dos setores que recebem estímulos externos via Estado. A relação entre esses setores que obtiveram sucesso neste processo e os setores que pela debilidade de seus capitais foram impedidos de, por essa mesma via, elevar suas composições orgânicas do capital, produz uma inescapável transferência de valores.

Na medida em que os setores mais produtivos diminuem o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria em seus processos produtivos, cristalizam, portanto, uma menor massa de valor nas suas

mercadorias unitariamente consideradas. No entanto, a redução da massa de valor cristalizada unitariamente nas mercadorias não é refletida, ao menos imediatamente, em seus preços de mercado. A manipulação dos preços de mercado das suas mercadorias pelos setores mais produtivos implica numa dinâmica de transferência de valores provenientes dos setores econômicos que não lograram elevar as suas produtividades sociais do trabalho.

Como já fora destacado, apenas o trabalho humano produz novos valores. E, portanto, a manipulação dos preços de mercado das mercadorias produzidas pelos setores produtivos cuja composição orgânica do capital é mais elevada, a despeito da expulsão de parte da fonte de valorização do valor desses mesmos processos, gera invariavelmente tal dinâmica de transferência de valores.

No mesmo sentido da abstração, os processos econômicos e sociais herdados do contexto colonial pelo Brasil e seus vizinhos latino-americanos, inviabilizaram o desenvolvimento de setores produtivos dinâmicos, com elevados níveis de produtividade social do trabalho. As conservadoras aristocracias latifundiárias que levaram a cabo os processos de independência em quase toda a América Latina, que “do dia para a noite”, e, através de uma “revolução pelo alto” se transformaram em burguesias, pariram economias baseadas em setores produtivos de baixa composição orgânica do capital. Isto é, desde suas formações nacionais, com economias fundamentadas em setores de baixos níveis de produtividade social do trabalho, os Estados latino-americanos são “alvos” das dinâmicas de transferência de valores que surrupiam parte da mais-valia explorada e obstaculizam o padrão de reprodução do capital.

Obstaculizado, o desenvolvimento objetivo do capitalismo por estas bandas gerou mecanismos próprios compensatórios que viabilizaram o duplo movimento de manutenção das dinâmicas de transferência de valores e da própria conservação das burguesias latino-americanas como tais. O mecanismo compensatório em questão consiste no que Ruy Mauro Marini chamou de superexploração da força de trabalho.

A superexploração da força de trabalho se caracteriza na captação de parte dos fundos de consumo dos trabalhadores pelas burguesias nativas. Isto é, de modo a compensar suas perdas, a burguesia latino-americana, burla a lei

do valor e paga aos seus trabalhadores salários abaixo do valor da reprodução de suas forças de trabalho.

Assim, como na América Latina de modo geral, a acumulação de capital no Brasil, cuja economia na passagem do século XIX para o XX se assentava sobretudo na produção de café, só pôde se desenvolver sobre o fundamento basilar da superexploração da força de trabalho, categoria que determina a particularidade *sui generis* do seu padrão de reprodução do capital.

No entanto, este não é o único mecanismo de transferência de valor que acometeu, e ainda acomete, as economias brasileira e do restante dos países latino-americanos. Apesar da predominância do setor primário exportador em tais economias, ainda nos finais do século XIX, uma parcela dos países que compõem o subcontinente já apresentava um significativo setor industrial. O surgimento de setores industriais, ainda que acessórios, nessa parcela de países introduziu mais uma via para a acumulação estrangeira da mais-valia produzida pela força de trabalho latino-americana.

O Brasil faz parte desta fração de países e segundo Vânia Bamberga, começou a apresentar “seus primeiros germes industrializantes de maior significado [...] nas últimas décadas do século XIX.” (BAMBIRRA, 2015, p. 57) Ainda que no período em questão, a economia brasileira estivesse fundamentalmente assentada sobre o setor primário exportador, como aponta Vânia, desde os finais do século XIX, e sobretudo em decorrência da elevação da demanda externa por matérias-primas em razão da 2ª Revolução Industrial que revolucionou o continente europeu, se edificaram no país uma série de setores produtivos industriais com uma maior composição orgânica do capital.

A elevação da demanda externa pelas mercadorias produzidas pelo setor primário-exportador na segunda metade do século XIX impulsionou a produção, modernização e a absorção de mão-de-obra do setor. Uma importante consequência deste processo, em conjunto com a recente abolição da escravidão e com a expressiva imigração europeia, se cristalizou na formação de um mercado interno robusto, formado por trabalhadores assalariados. Proletarizados, essa massa de seres humanos, aumentaram a demanda por todo o tipo de mercadorias para satisfazer as suas necessidades de subsistência, criando assim um significativo estímulo para a formação de setores

industriais, sobretudo têxtil e alimentar, complementares ao setor primário exportador.

A formação de um mercado interno significativo foi o elemento fundamental que, em associação com a desvalorização cambial, a progressiva elevação das tarifas alfandegárias e um crescente investimento externo, possibilitou o estabelecimento da indústria moderna no Brasil. Em *História Econômica do Brasil*, Caio Prado Júnior ilustra o crescimento exponencial dos setores industriais brasileiros que passaram da tímida cifra de 62 empreendimentos industriais no decênio posterior a 1850, para um total de 3.258 estabelecimentos industriais em 1907, segundo dados coletados pelo primeiro censo geral e completo das indústrias brasileiras.

Essa dinâmica de expansão do setor industrial brasileiro foi significativamente intensificada durante o período em que as grandes potências capitalistas estiveram concentradas nas disputas geopolíticas que marcaram a segunda década do século XX. Segundo Caio Prado, a grande guerra mundial, que cavou trincheiras em toda Europa entre 1914 e 1918, deu um significativo impulso à indústria brasileira. Somente no quinquênio de 1915 - 1919 foram fundados no Brasil, em função da suspensão das importações de manufatura provenientes dos países envolvidos nos conflitos e da queda do câmbio, 5.936 estabelecimentos comerciais segundo o primeiro grande censo de 1920. Esse mesmo censo constatou a presença de um total de 13.336 estabelecimentos industriais em 1920 e um total de 275.512 operários ocupados nestes setores. No entanto, apesar do crescimento ilustrado pelos dados do censo apresentados por Caio Prado, o desenvolvimento desses setores se deu, segundo Ruy Mauro Marini, de maneira “subordinada à produção e exportação de bens primários, que continuam estes sim, o centro vital de acumulação.” (MARINI, 1973, p.)

Como resultado do desdobrar das leis de movimento do setor primário-exportador, e ainda com caráter acessório, a indústria brasileira, que se expressava com maior preponderância no setor têxtil, assim como os setores produtivos tradicionais de baixa produtividade social do trabalho, também foi afetada pelas restritivas dinâmicas de transferência de valores.

Dotados de uma grande disponibilidade de mão-de-obra extremamente barata e recursos financeiros limitados, os capitalistas industriais brasileiros só

puderam dar origem a setores industriais com composições orgânicas do capital muito mais baixas que seus pares internacionais. Aplicando muito mais trabalho vivo (força de trabalho humano) do que o custoso trabalho morto (maquinaria) nos processos produtivos industriais nacionais, a burguesia brasileira atingiu níveis de produtividade social do trabalho significativamente menores dos atingidos pelos seus concorrentes internacionais dedicados aos mesmos setores. De modo bastante sumário, produzindo mercadorias através de um tempo maior, e portanto, cristalizando mais valor em cada mercadoria, a burguesia industrial nascente brasileira contribuiu para elevar o tempo socialmente necessário para a produção das mercadorias de seus setores e alçar, nesse mesmo sentido, a acumulação de valores pelos capitalistas mais produtivos.

Sendo assim, a tímida e tardia industrialização brasileira que se desenvolveu a partir da segunda metade do século XIX, ainda que voltada apenas para abastecer o mercado interno brasileiro, não ficou livre da apropriação da mais-valia extraordinária pelas burguesias provenientes dos países centrais. Isto é, apresentando grande desnível técnico e tecnológico em relação aos setores de mesmo tipo presentes nas potências centrais, a indústria brasileira já nasce sob a vigência dos mecanismos de transferência de valor. E a parcela da burguesia que se aventurou no processo produtivo industrial brasileiro, assim como a burguesia latifundiária – isso quando não coincidem –, não pôde escapar de tais dinâmicas obstaculizantes e experimentou os mecanismos de transferência de valor.

Cabe apontar que a industrialização brasileira neste início de século ainda foi impulsionada por um outro fator externo de peso. Nesses primeiros anos do século XX os censos oficiais apontaram para a crescente instalação de indústrias subsidiárias de grandes empresas estrangeiras no território brasileiro contribuindo para a intensificação da industrialização da economia nacional e para o surgimento de novos mecanismos de transferência de valor entre os países. Fazendo proveito de uma série de particularidades brasileiras e driblando alguns importantes obstáculos à lucratividade, as grandes empresas estrangeiras iniciaram a implementação de filiais menores no Brasil, processo

que sobretudo no pós-Segunda Guerra Mundial ganha maior vulto e se torna, segundo Caio Prado, uma das principais vias de penetração do imperialismo.

Em suma, na tentativa de contornar as dificuldades provenientes das onerosas tarifas alfandegárias, minimizar os gastos com transportes, aproveitar o baixo custo da mão-de-obra brasileira e conquistar o mercado nacional, as grandes empresas internacionais “transferiram para o país, na medida do possível e das suas conveniências próprias, parte e às vezes mesmo todo o processo de produção estabelecendo [no Brasil] indústrias subsidiárias” (PRADO JR, 1973, p. 274).

No entanto, ao contrário do que se imaginou por muito tempo por importantes teóricos latino-americanos inseridos nos debates promovidos pela CEPAL, a industrialização resultado da consolidação destes braços de empresas estrangeiras no país não gerou uma revolução nas estruturas econômicas do país ou um grande desenvolvimento econômico.

Meramente braços de empresas estrangeiras, as filiais implementadas no Brasil, transferiram de volta aos seus países de origem grande parte do capital acumulado a partir da produção e realização das suas mercadorias. Mesmo que ainda em germe, esse tipo de industrialização já evidenciava que não poderia transformar a estrutura econômica do país, ou mesmo estimular a produtividade do setor industrial nacional em níveis mais elevados do que seus concorrentes internacionais, acabando com as dinâmicas de transferências de valor inter e intrasetoriais. Efetivamente este processo particular de industrialização que apenas se inicia nos primeiros anos do século XX, e ganha corpo no período pós-Segunda Guerra Mundial, corresponde a mais um tipo de dinâmica de transferência de valores produzidos na periferia e acumulados nos países centrais, que aprofunda a situação de dependência brasileira.

É certo que no Brasil, ainda neste momento histórico, outro mecanismo de transferência de valor também começa a ganhar proeminência. Para além dos mecanismos de transferência que incorrem do plano do comércio e da implementação das indústrias subsidiárias, passa a ganhar certa relevância, em associação com a elevação dos investimentos internacionais na economia brasileira, os mecanismos de transferência de valor ligados à remuneração do capital. Ou em outros termos, os pagamentos de juros.

Caio Prado Júnior levanta em sua obra a discussão acerca da transformação do comportamento das finanças internacionais no estímulo às atividades produtivas brasileiras ainda nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX.

Nesses anos de transição entre os séculos, através de um movimento que teve origem a partir da década de 1870, grandes bancos internacionais criaram filiais em solo brasileiro e se verifica uma grande transformação do comportamento dos investimentos estrangeiros. Este capital internacional que especialmente após as reformas de financeiras de 1898 invadem o Brasil e se infiltram em todos os setores produtivos que indicavam promessas de elevados lucros. No entanto, neste período esses capitais influíram, segundo Caio Prado, majoritariamente sobre dois setores específicos e complementares. O primeiro deles foi o setor cafeeiro brasileiro, base de sustentação da economia nacional, extremamente lucrativo e fundamental para o equilíbrio das contas públicas. Junto ao setor cafeeiro, os grandes empreendimentos de infraestrutura conformam o bloco de setores predominantemente infiltrados pelas finanças internacionais. Tomados como complementares ao setor cafeeiro, e indispensáveis ao desenvolvimento econômico produtivo de modo geral, uma expressiva parcela do capital financeiro internacional no Brasil se empenhou no financiamento e na construção de “estradas de ferro, serviços e melhoramentos urbanos, instalações portuárias, fornecimento de energia elétrica.” (PRADO JR, 1973, p. 273) O investimento no setor de infraestrutura, ao passo que pôde dinamizar e estimular a economia nacional, gerou enormes lucros para seus investidores através da remuneração dos juros acordados. Caio Prado demonstra tamanha participação destes capitais nessas obras de infraestrutura quando aponta que, em decorrência da debilidade dos capitais nacionais, “praticamente tudo que se fez neste terreno [construção de obras de infraestrutura] desde a segunda metade do século passado [XIX] é de iniciativa do capital estrangeiro, ou financiado por ele.” (1973, p. 273 – 274)

Nesse sentido, ainda nas duas primeiras décadas do século XX, atingindo, em diferentes graus, quase a totalidade dos setores econômicos brasileiros, as finanças internacionais passaram a ser multiformes, e muito mais ativas. Em suas palavras, “procurando [uma] participação efetiva, constante e

crecente em todos os setores que oferecessem oportunidades e perspectivas de bons negócios” (PRADO JR, 1973, p. 210), os capitais internacionais praticavam o prelúdio da dinâmica que se tornou regra décadas mais tarde, no período posterior a Segunda Guerra Mundial.

Em síntese, ao fim do período marcado pela Primeira Grande Guerra Mundial, a economia brasileira se encontrava em crescimento e modernização. A primeira guerra mundial criou importantes barreiras para as importações de mercadorias manufaturadas e estabeleceu condições bastante favoráveis para os diversos setores industriais da economia nacional. A confluência de importantes determinantes como a impossibilidade de importar mercadorias para abastecer o crescente mercado interno brasileiro em razão do conflito, as elevadas tarifas alfandegárias adotadas pelo Brasil ditadas pelas necessidades do Tesouro Público, a depreciação cambial, e o fluxo de investimentos estrangeiros fomentaram expressivamente a industrialização nacional. No entanto, todo esse crescimento e modernização da economia não refletiram, e nem poderiam, na suavização dos mecanismos de transferência de valor que condicionam e subordinam a economia brasileira. Muito pelo contrário, o desenvolvimento da economia brasileira e sua crescente integração ao mercado mundial geraram uma série de novos mecanismos e dinâmicas de afluxo de parte do capital produzido que serão aprofundados nos períodos seguintes.

Sem um grande planejamento nacional e fruto de estímulos estranhos, ou de forças das circunstâncias, a industrialização nacional estava atravessada desde sua gênese por toda sorte de vulnerabilidades. Essa desmedida vulnerabilidade se escancara em 1924 quando se subverteu toda a situação de prosperidade da indústria que o Brasil experimentou até a Primeira Guerra Mundial. Seis anos depois da assinatura do Armistício Compiègne que pôs fim ao conflito, começa-se a inverter o quadro de crescimento das indústrias brasileiras em razão do encontro de alguns elementos. A revalorização da moeda brasileira, junto à retomada da produção e da exportação de bens manufaturados pelos países europeus, atingiu de maneira cabal a indústria nacional que não apresentava quaisquer condições de confrontar a concorrência dos seus pares estrangeiros. Assim, “a importação de artigos manufaturados que vinha em declínio ou permanecia estacionária desde antes da Grande Guerra,



crece subitamente, desbancando em muitos terrenos e atingindo em quase todos a produção nacional.” (PRADO JR, 1973, p. 266) Essa nova conjuntura constituiu um grande golpe à industrialização brasileira, e junto a grande crise de 1929, ensejou no Brasil, segundo Caio Prado, uma fase extremamente difícil e desestimulante para as indústrias nacionais, na qual, a grande maioria fracassou, ou se manteve muito próxima ao nível de subsistência, e apenas algumas poucas indústrias mais eficientes, em especial as subsidiárias das grandes indústrias estrangeiras, seguiram indicando crescentes índices de prosperidade.

Cambaleante desde 1924, a indústria brasileira passou por profundos apuros a partir de 1929. A quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, nos Estados Unidos, atingiu em cheio os importantes centros dinâmicos da industrialização do Brasil. A crise de proporções até então inéditas motivou, para além da total desarticulação da economia mundial, um enorme afluxo de capitais estrangeiros que outrora se aventuravam, em busca de robustas remunerações, no financiamento dos setores produtivos brasileiros, e provocou, em razão do estrangulamento do comércio internacional, uma vertiginosa queda no preço do café - mercadoria que, segundo Werner Baer em *A Economia Brasileira* de 1996, na fase inicial da depressão representava cerca de 71% das exportações nacionais - e um grande desequilíbrio nas contas públicas.

Operando sob a égide dos implacáveis mecanismos de transferência de valor desde a sua gênese, a frágil indústria brasileira contava necessariamente com os financiamentos dos, e com o custeio de despesas de infraestrutura pelos, capitais estrangeiro, estatal e provenientes do setor cafeeiro, todos comprometidos nesta conjuntura de crise. Assim, o período denominado pela historiografia ocidental contemporânea por “entre guerras” marcou um momento de extrema fragilidade para os setores industriais brasileiros, que apenas poderão apresentar algum sinal de alívio e crescimento com as políticas econômicas anticíclicas adotadas por Getúlio Vargas, e sobretudo com a subida dos preços do café e do algodão.

Getúlio Vargas toma o poder em 1930 através de um golpe de Estado e se depara com uma economia submersa em grandes dificuldades. Numa conjuntura econômica extremamente tempestuosa e incerta, o novo presidente

não mediu esforços na defesa do setor primário-exportador, sobretudo do café, setor base da economia brasileira no período. Nesse sentido, segundo Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil* (2005), a partir de 1930 o governo operou, entre outras medidas, progressivas desvalorizações cambiais para impulsionar a realização das mercadorias produzidas<sup>23</sup>, sobretudo o café, no comércio internacional, implementou uma política de valorização da produção cafeeira através da compra de parte dos estoques excedentes<sup>24</sup>, perdoou uma grande parcela das dívidas dos fazendeiros<sup>25</sup>, apostou na emissão de moeda e expansão do crédito para ocupar o vazio deixado pelo afluxo de capitais estrangeiros e suspendeu os serviços das dívidas externas.

Em paralelo à defesa ferrenha do setor primário exportador, o Estado brasileiro também buscou neste período levar a cabo uma política de estímulo à produção industrial. Para isso, para além do rígido controle cambial, que também estimulava em grande medida o setor primário exportador, o Estado brasileiro implementou importantes tarifas protecionistas e uma rigorosa política de controle das importações de mercadorias não essenciais. Dessa forma, o Estado brasileiro, apesar da conjuntura internacional caótica, através das duas medidas anticíclicas, e às custas dos sacrifícios realizados pela classe trabalhadora, conseguiu minimizar os efeitos da crise de 1929, restabelecer algum grau de desenvolvimento econômico já nos anos seguintes e, principalmente a partir da década de 1940, diversificar as atividades econômicas nacionais.

Ainda na década de 1930 a economia brasileira começa a responder aos esforços e estímulos estatais postos em prática no governo Vargas e volta a apresentar alguns sinais de crescimento. No entanto, esses sinais assumiram

---

<sup>23</sup> Para uma melhor ilustração vale apontar que entre 1930 e 1931 a moeda brasileira sofreu uma desvalorização de 55% em relação ao dólar.

<sup>24</sup> Segundo Caio Prado Júnior, a princípio o Estado tinha como estratégia retirar o excedente de café do mercado para reintroduzi-lo num momento de alta dos preços. No entanto, mantendo a oferta de estímulos à produção do artigo, os produtores expandiram suas plantações elevando o volume da produção e rebaixando ainda mais os preços da mercadoria. Graças à essa dinâmica, a desvalorização do artigo atingiu patamares tão elevados que “Depois de 1931, até as vésperas da guerra, incineraram-se ou lançaram ao mar cerca de 80 milhões de sacas, quatro milhões e oitocentos mil toneladas [de café brasileiro]” (PRADO JR, 1973, p. 294)

<sup>25</sup> No ano de 1934 foi aprovada a Lei do Reajustamento Econômico que em síntese reduziu pela metade as dívidas dos cafeicultores contraídas no período anterior à data de 30 de junho de 1930.

proporções consideráveis apenas com a elevação dos conflitos entre os países europeus e com a deflagração da II Guerra Mundial.

A eclosão da guerra na segunda metade de 1939 promoveu condições bastante favoráveis, pelo menos a curto prazo, para o desenvolvimento econômico e industrial nacionais. Por um lado, segundo Caio Prado Júnior, a disputa fez disparar o preço dos produtos primários produzidos pelo Brasil, e por outro, assim como no episódio da I Guerra Mundial, interrompeu quase que completamente o fluxo de mercadorias manufaturadas dos países europeus.

A nova conjuntura inaugurada em 1939, que combinava a suspensão drástica das importações e a elevação dos preços dos produtos primários, resultou para a economia brasileira uma sequência de importantes saldos positivos na balança de pagamentos externos e uma inédita concentração de divisas. Tal concentração, somada aos fundamentais estímulos estatais, à ausência de concorrência externa e à grande demanda do mercado nacional, resultou num expressivo desenvolvimento industrial nacional e em um início de diversificação das atividades econômicas.

No entanto, sem um planejamento nacional, e estimuladas por forças das circunstâncias, o grande desenvolvimento experimentado pelas indústrias nacionais de 1930 até o início de 1945 foi suspenso com o fim do conflito entre as nações. Assim que a guerra termina, desaparecem junto a ela os condicionantes positivos que conferiam vantagens para o desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Tão logo acaba a guerra, os produtos manufaturados europeus tornam progressivamente a penetrar o mercado nacional, e a indústria brasileira, cuja maquinaria há muito não era renovada e se encontrava já bastante desgastada, mais uma vez não conseguiu, mesmo com os impulsos estatais, competir com seus pares internacionais e seu destino foi, via de regra, ser incorporada pelo capital estrangeiro que penetrou a América Latina de maneira inédita a partir de 1945.

Na segunda metade da década de 1940, mas sobretudo na década de 1950, como resultado do processo de integração monopólica e da expansão do capitalismo em escala mundial, a América Latina foi um grande alvo dos capitais estrangeiros que penetravam mundo afora em busca de condições favoráveis para as suas acumulações. Nesse sentido, Vânia Bambirra aponta que

No período entre 1951 e 1955, a América Latina foi a região em que se verificou a maior entrada líquida de capitais, equivalente a 3,28 bilhões de dólares, que representam 30% do total mundial; entre 1956 e 1960, esta cifra subiu para 5,65 bilhões de dólares, superada apenas pela espetacular entrada de capitais no sudeste asiático, que alcançou 8 bilhões de dólares. (BAMBIRRA, 2015, p. 124)

E o Brasil não foi exceção à regra. Segundo Villela (2011), o investimento externo direto (IED) por aqui passou de 340 milhões de dólares no quinquênio 1951-1955 para 700 milhões de dólares no quinquênio seguinte.

Nesses anos, no país, retomando Vânia, o projeto reformista de desenvolvimento nacional autônomo foi explicitamente abandonado, ao passo que foram adotadas “medidas cada vez mais “interdependentes” em relação ao centro hegemônico” (BAMBIRRA, 2015, p. 126-127) e criadas “uma série de facilidades para a penetração do capital estrangeiro.” (BAMBIRRA, 2015, p.127) Isto é, no pós-segunda guerra mundial, o Estado brasileiro buscou uma nova alternativa para promover o desenvolvimento econômico e industrial em conformidade com a nova conjuntura internacional.

Nesse sentido, o Estado empenhou esforços para promover o desenvolvimento através de uma imensa atração do capital internacional e em total alinhamento com os interesses imperialistas. Uma das medidas mais ilustrativas desse processo foi a instrução n. 113, implementada em 1955 pela Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) - fundada 10 anos antes, em 1945 - que concedia grandes vantagens ao grande capital internacional através da permissão de importações “sem licitação prévia nos leilões de câmbio [...] de equipamentos industriais que correspondessem a inversões estrangeiras.” (PRADO JR, 1973, p. 314) Essa instrução, na prática, diminuiu a burocracia para a entrada do capital e estrangeiro e

dava aos inversores estrangeiros o direito de trazerem seus equipamentos sem nenhuma despesa cambial, enquanto os industriais nacionais eram obrigados a adquirir previamente, com pagamentos à vista, as licenças de importações exigidas para trazerem do exterior os equipamentos que necessitassem. (PRADO JR, 1973, p. 314)

A partir de então, a fórmula estatal para o desenvolvimento econômico e industrial brasileiro passou a ter como função o capital estrangeiro, seja através da sua penetração mais direta, pela instalação de empresas estrangeiras subsidiárias no país, seja por meio da importação de capitais estrangeiros para financiar os processos produtivos nacionais.

De maneira bastante sintética, objetivava-se finalmente superar o subdesenvolvimento e crescer o equivalente à décadas em apenas alguns poucos anos, através da implementação de um programa desenvolvimentista fundamentalmente assentado no estímulo à penetração do capital internacional.

No entanto, a alternativa escolhida apesar de ter efetivamente impulsionado um desenvolvimento industrial inédito e expressivo na história econômica do Brasil, não resultou, como gostariam os teóricos da ordem, em ganhos múltiplos e proporcionais para os industriais nacionais, internacionais e para a classe trabalhadora brasileira. Muito menos pôde contribuir para minimizar a dependência ou acabar com os mecanismos de transferência de valor, obstáculos à acumulação capitalista periférica. Pelo contrário, a penetração do capital estrangeiro, seja por via da maciça implementação de empresas subsidiárias, seja pelo imenso fluxo de capitais na forma de investimentos externos diretos, gestou, segundo Vânia Bambirra, uma transferência do controle e da dominação dos setores produtivos mais dinâmicos para o capital estrangeiro, além de uma “intensificação da monopolização, concentração e centralização da economia” (BAMBIRRA, 2015, p. 126) a partir da absorção de empresas nacionais por empresas estrangeiras, e ainda inaugurou um novo caráter à dependência econômica brasileira.

Esse novo caráter da dependência brasileira apontado pela autora é resultado da manutenção e maturação de todos os mecanismos de transferência de valor que influem no plano do comércio internacional e do intenso aprofundamento de mecanismos ligados ao envio de remessas dos lucros pelas subsidiárias internacionais e à colossal remuneração dos capitais estrangeiros que chegavam na forma de investimentos externos diretos e indiretos.

Alinhado com o diagnóstico de Vânia, Caio Prado, argumenta “que as inversões de capitais estrangeiros longe de se apresentarem como solução para o desequilíbrio de nossas contas externas, constituem pelo contrário um fator de

agravamento delas.” (1973, p. 317) Isto porque a entrada dos capitais internacionais, ainda que maciça, não pôde, e nem poderia, compensar todo o capital subtraído por esses empreendimentos e capitais “às finanças brasileiras a título de remuneração direta ou indireta de suas atividades.” (PRADO JR, 1973, p. 316) Segundo o autor, a elevação dos fluxos de capital internacional para o Brasil que se observou no período em questão resultou em expressivos déficits nas finanças externas do país que só puderam ser atenuados através da atração de ainda mais investimentos estrangeiros e da contração de empréstimos internacionais pelo Estado que engordaram ainda mais a dívida externa<sup>26</sup>, e causaram uma ainda maior descapitalização da economia brasileira até os finais da década de 1970.

A década de 1970, vista sob uma perspectiva histórica, delimitou os rumos da economia global. De modo geral, esses anos sinalizaram o fim dos chamados “anos dourados do modo de produção capitalista” e escancararam as suas contradições mais incontornáveis. De forma sintética, a década ficou marcada pela impossibilidade de transpor as contradições mais explosivas do capital, mesmo com os imprescindíveis recursos desempenhados pelos Estados. Todo o desenvolvimento do sistema produtivo global a partir de então tornou extremamente difícil, mesmo com a existência de todos os mecanismos de absorção de valores, a manutenção da acumulação crescente e constante do capital, de modo geral. E engendrou o início de uma dinâmica generalizada e excruciante de queda das taxas de lucro dos capitais.

Essa crise sem precedentes históricos atingiu a princípio, e de modo extremamente duro, os países centrais, cujos capitais se baseavam principalmente na produção de mercadorias com elevado grau de transformação, através da elevação exponencial de suas capacidades produtivas, da conseqüente diminuição das suas taxas de lucro, e do aumento repentino e expressivo dos preços do petróleo, o principal combustível para a produção das suas mercadorias. Gestou-se assim, nesta década, um cenário bastante tempestuoso para o capital que buscou compensar parte de suas

---

<sup>26</sup> De modo a ilustrar tal dinâmica referente ao aumento da dívida pública, é bastante profícuo apontar os dados de Villela (2011) que indicam que os números da dívida externa passaram de menos de 1 bilhão de dólares para a cifra de 3,4 bilhões de dólares em 5 anos, entre 1955 e 1960.

perdas através da penetração ainda mais expressiva nas economias dos países periféricos.

De maneira extremamente sucinta, o capital internacional penetrou nesta década no Brasil, bem como nas demais economias periféricas, de maneira bastante intensa em busca de melhores remunerações e possibilitou um período de grande desenvolvimento industrial que ficou conhecido como “milagre econômico”.

No entanto, *a pari passo* desse grande desenvolvimento, a década de 1970 foi palco de um impressionante aprofundamento dos mecanismos de transferência de valor. Isto é, a proliferação das transnacionais no território brasileiro, a transformação de indústrias de capitais nacionais em indústrias de capitais internacionais e os crescentes investimentos externos diretos que penetraram com ainda mais volume na economia brasileira nesta década aprofundaram de forma inédita os mecanismos de transferência de valor e promoveram uma gigantesca descapitalização da economia. Toda essa dinâmica desencadeou profundos desequilíbrios das finanças externas brasileiras, uma gigantesca inflação e uma estratosférica dívida externa que se tornou impossível de se honrar logo na década seguinte.

#### 2.4 O FIM DO PARADIGMA INDUSTRIALISTA E A VIRADA NEOLIBERAL

No Brasil, bem como nos demais países em desenvolvimento, a década 1980 inaugurou um cenário econômico catastrófico. Com uma estratégia de desenvolvimento sustentada pelo crédito externo e endividado “até o pescoço” o Brasil assistiu a uma interrupção dos fluxos de capitais e à multiplicação das suas dívidas internacionais logo no início dos anos 1980. A transformação da conjuntura experimentada na década anterior tem como causa a abrupta elevação das taxas de juros estadunidenses implementadas por Paul Volcker, presidente do Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos (FED).

Com o intuito de combater a inflação que se avolumava, as consequências das medidas do presidente da intuição norte-americana responsável pela política monetária, contudo não se limitaram ao plano

doméstico estadunidense e atingiram de forma cabal a economia brasileira. A expressiva alta dos juros dos Estados Unidos arquitetada por Volcker, fomentou uma enorme migração de capitais estrangeiros para a economia norte-americana, a qual se tornava um destino muito mais vantajoso que a economia brasileira. A interrupção dos fluxos de capitais para o Brasil, causou um gravíssimo desequilíbrio das contas públicas e interrompeu abruptamente o crescimento econômico brasileiro.

Para além da drástica redução das fontes de financiamento internacionais, a economia brasileira foi atingida em cheio pelo crescimento do custo de pagamento do serviço da dívida pública, resultado da alta da cotação da moeda norte-americana. A título de ilustração, vale destacar que neste início de década a dívida em dólares, que representava quase a totalidade dos empréstimos estrangeiros, dobrou, passando de cerca de um montante equivalente a 27% do PIB em 1979 para 51% em 1984, segundo dados do FMI e do Banco Central do Brasil (BCB).

Dessa nova conjuntura internacional resultou o profundo colapso financeiro brasileiro. Apenas entre 1981 e 1983 o PIB do país encolheu cerca de 8,5%. E no sentido de conter a crise o governo militar apostou numa profunda desvalorização da moeda para estimular as exportações e elevou as taxas juros com o objetivo de atrair as divisas forâneas. No entanto, a estratégia adotada pelo governo não fora capaz de reverter a recessão econômica. O modelo de desenvolvimento operado pelos governos militares mostrava todos os sinais que perdera sua viabilidade, isto é, que deixara de ser compatível com a nova conjuntura que se desenhava no horizonte. E em meio a ineficácia de suas medidas, ao colapso financeiro, à profunda crise doméstica e à agitação da classe trabalhadora, o período de administração política dos militares chegou ao seu fim.

A queda de todos os índices de crescimento econômico levou a baixo os pouco mais de 20 anos de ditadura militar e em meio ao clamor das ruas por “Diretas Já”, Figueiredo deixa o comando político do país e, através de eleições indiretas, Tancredo Neves é eleito o novo presidente do país. Contudo, o candidato lançado pelo PMDB morre nas vésperas de tomar posse do cargo deixando para seu vice, José Sarney tal responsabilidade.



Assumindo as rédeas do Estado em plena tempestade, Sarney adotou uma política econômica que mesclou, durante seus 5 anos de governo, os receituários heterodoxo e ortodoxo em busca de solucionar a recessão que o país enfrentava. Através dos planos Cruzado (1986), Cruzadinho (1986), Cruzado II (1986), Bresser (1987) e Verão (1989), o Estado e as instituições financeiras brasileiras buscaram acima de tudo controlar a inflação, solucionar as dificuldades de solvência da dívida externa e retomar as relações com os credores internacionais. Nesse sentido, o governo Sarney, entre tantas medidas adotadas, iniciou, por fim, um processo de liberalização financeira que fora significativamente aprofundado nos governos seguintes da década de 1990.

A passagem dos anos 1980 para os anos 1990 testemunhou, segundo Marcelo Carcanholo em "*A vulnerabilidade econômica do Brasil*" à retomada de uma expressiva liquidez internacional. Na virada entre as décadas, logo na sequência da eclosão das múltiplas crises de solvência por toda a América Latina e em meio a um cenário de escassez de créditos estrangeiros, o Brasil, com intuito de absorver as abundantes divisas forâneas, iniciou um protocolo de adoção de medidas extremamente ortodoxas e liberalizantes que já vinham operando efetivamente no continente desde a década de 1970.

Nesse sentido, em busca de reconsolidar uma inserção internacional e atrair o capital estrangeiro, o Estado brasileiro operou nos 10 derradeiros anos do século XX, em conformidade às instruções do FMI, profundos processos de liberação comercial e financeira, privatizações de bens e serviços públicos e adotou importantes medidas de austeridade.

Seguindo o ideário neoliberal que prioriza a defesa da disciplina macroeconômica, privatizações, economia de mercado e livre comércio, o Brasil no largo desses 10 anos colocou fim às múltiplas restrições impostas ao ingresso de mercadorias importadas, aboliu progressivamente os regimes especiais de importação, reduziu as alíquotas de importação, criou uma série de novos mecanismos de captação de recursos internacionais, ofereceu de modo crescente títulos públicos com cobertura cambial, facilitou a movimentação de capitais a partir das diversas desregulamentações financeiras, simplificou os procedimentos para remessas de lucros e dividendos, promoveu uma sobrevalorização cambial, elevou as taxas de juros acima das taxas

internacionais, privatizou uma série de importantes empresas estatais<sup>27</sup>, entre outras medidas que, como essas apontadas, aprofundaram enormemente os mecanismos de transferência de valor e a vulnerabilidade externa da economia brasileira.

Seguindo à risca o receituário do Consenso de Washington, o Brasil viu crescer significativamente o seu volume de importações e assistiu ao aparecimento de um preocupante déficit da balança comercial. A abertura comercial somada à queda dos regimes especiais de importação, à revogação de uma série de impostos sobre mercadorias estrangeiras e à valorização cambial produto da implementação do Plano Real<sup>28</sup> em 1994, criou um ambiente de incentivo às importações de toda sorte de mercadorias que “aliado ao ritmo lento de crescimento das exportações provocaram um substancial déficit comercial” (CARCANHOLO, 2005, p. 145) da balança brasileira. Ou ainda em outras palavras,

A apreciação cambial (paridade do real com o dólar) e a abertura comercial estimularam importações, que auxiliaram a conter os preços [e portanto a inflação] mas comprometeram a indústria nacional, provocando déficits comerciais crescentes. (SANTOS, 2018, p. 103)

O déficit comercial experimentado na década de 1990, apontado logo acima por Marcelo Carcanholo e Fabio Luis Barbosa dos Santos, pode ser observado na tabela abaixo que traz dados oficiais do Banco Central.

---

<sup>27</sup> Com o objetivo de diminuir o tamanho da participação do Estado na economia e seguindo os ditames do FMI, o Estado brasileiro, sobretudo nessa década operou uma enorme transferência de valores para o capital privado ao vender importantes indústrias nacionais por preços desproporcionais ao que valiam e à quantidade de valor que poderiam produzir. Para conferir algum grau de precisão, de 1990 até 2002 o Estado brasileiro, de acordo com dados oficiais, transferiu integral ou parcialmente para a iniciativa privada cerca de 165 empresas estatais.

<sup>28</sup> O Plano Real, posto em prática em 1994 pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, foi um programa de estabilização cujo principal objetivo anunciado consistia em restabelecer o controle da inflação que atingia patamares estrondosos no início da década de 1990. Dividido em três etapas e recheado de reformas econômicas, o plano de estabilização implementado no governo de Itamar Franco apresentava linhas mestras que, segundo Fabio Luís Barbosa dos Santos em *Uma história da onda progressista sul americana (1998 - 2016)* “remetem à programas de estabilização monetária em curso no mundo neoliberal, prevendo abertura comercial e financeira, redução do Estado via privatizações, política monetária e fiscal rígidas e taxas elevadas de juros real” (2018, p. 102).

Tabela 5 – Indicadores da balança comercial brasileira na década de 1990 (em U\$ bilhões).

Ano	Exportações	Importações	Balança Comercial
1990	31,4	20,7	10,7
1991	31,6	21	10,6
1992	35,9	20,6	15,3
1993	38,6	25,7	12,9
1994	43,5	33,1	10,4
1995	46,5	49,7	-3,2
1996	47,7	53,3	-5,6
1997	53	61,4	-8,4
1998	51,1	57,6	-6,5
1999	48	49,2	-1,2
2000	55,1	55,7	-0,6

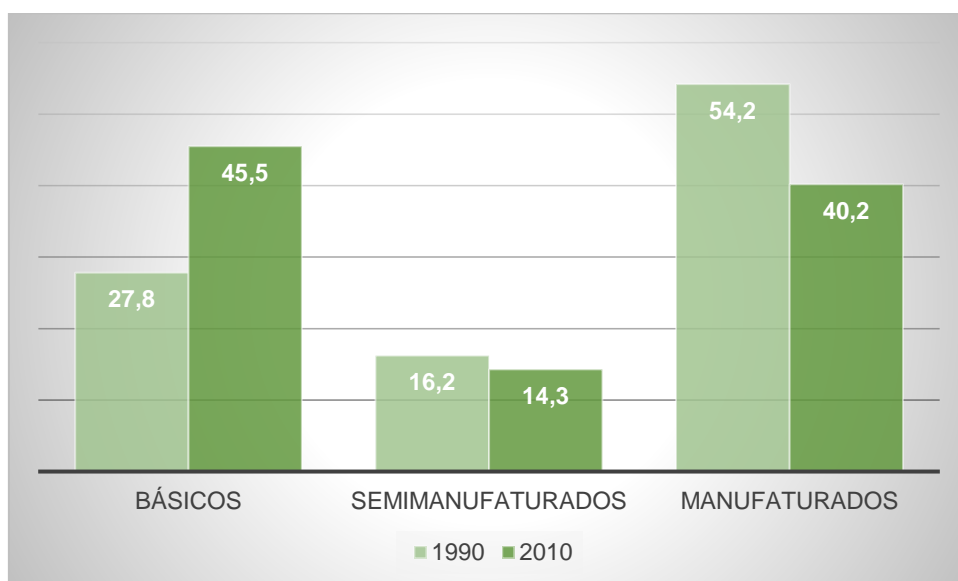
Fonte: Boletim Banco Central, apud CARCANHOLO (2005, p.144)

Como resultado da implementação dessas mesmas políticas, para além do déficit comercial, acentuou-se por aqui a dinâmica de reprimarização da economia com a progressiva transformação da pauta exportadora brasileira. É certo que a reestruturação econômica dos países periféricos é uma dinâmica que começa a despontar desde meados da década de 1970. No entanto, no Brasil essa dinâmica foi substancialmente impulsionada a partir da adoção das medidas liberalizantes conformadas na década de 1990, sobretudo a partir de 1994. Isto é, a implementação do Plano Real, a eliminação das barreiras tarifárias existentes, a intensa abertura comercial, a excessiva e artificial valorização cambial, a elevada taxa de juros e as reformas financeiras liberalizantes adotadas com maior força na década 1990 aprofundaram a dinâmica da reestruturação produtiva brasileira, na medida em que retiraram todas as políticas que salvaguardavam as sobreviventes indústrias nacionais e inauguraram uma série de novas possibilidades de investimentos fora da esfera da produção para os capitais estrangeiros que penetravam o país em busca de fartas remunerações.

Os dados que fazem referência à participação dos produtos manufaturados no Produto Interno Bruto brasileiro não deixam espaço para

contestação dessa dinâmica de reprimarização. Como reflexo das medidas liberalizantes adotadas na década de 1990, o Brasil, duas décadas depois, assistiu a um significativo aumento do peso dos produtos básicos na balança exportadora brasileira e uma conseqüente queda do peso de seus produtos manufaturados, conforme ilustra o gráfico a seguir.

Gráfico 5 – Exportações brasileiras segundo fator agregado 1990 – 2010 (%)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), *apud* CANO (2012)

Ademais, a receita liberalizante oriunda do Consenso de Washington intensificou em grande medida a captação de capitais estrangeiros para o país. Atraídos pela alta taxa de juros, pela abertura do mercado brasileiro de títulos públicos, e pelo profundo comprometimento do Estado brasileiro com os credores internacionais – cristalizado na Lei de Responsabilidade Fiscal<sup>29</sup> –, todos esses capitais, que mais uma vez fluíram sem qualquer comedimento para a economia brasileira, aprofundaram os já crônicos déficits da balança de

<sup>29</sup> De acordo com Fabio Luis Barbosa dos Santos (2018), a lei de Responsabilidade Fiscal consiste na expressão mais acabada da lógica do ajuste estrutural. Ainda segundo o autor, negociada junto ao FMI, a lei de caráter antissocial, firma um grande compromisso com os investidores estrangeiros ao estabelecer “uma hierarquia no gasto orçamentário, consagrando prioridade máxima aos credores financeiros em detrimento de políticas sociais e investimentos públicos” (2018, p. 103).

pagamentos, avolumaram ainda mais a exuberante dívida externa brasileira<sup>30</sup>, bem como os seus serviços de pagamento<sup>31</sup>, e prepararam, logo a seguir, incontornáveis armadilhas de ordem financeira e fiscal para a economia nacional. A massiva entrada de capitais estrangeiros na economia brasileira, aliada às altíssimas taxas de juros asseguradas pelo Estado resultaram prontamente em uma imensa elevação das remessas de lucros e dividendos e do pagamento de juros que refletiu invariavelmente no agravamento do crônico déficit brasileiro nas transações correntes.

Os crescentes déficits na balança externa de pagamentos, frutos da elevação da entrada dos investimentos estrangeiros no país, foram na década de 1990, conforme a “tradição”, financiados por uma ainda maior entrada de capitais internacionais delimitando um cenário de endividamento externo crônico e de grande aprofundamento dos mecanismos de transferência de valor ligados a remuneração de capitais.

Fiel aos compromissos firmados junto ao FMI, O Brasil chega ao século XXI com toda sorte de mecanismos de transferência de valores aprofundados, com taxas de crescimento média baixíssimas<sup>32</sup>, sustentando uma elevada taxa de desemprego<sup>33</sup>, dono de uma dívida externa cavalgar e com uma economia em processo de reprimarização.

---

<sup>30</sup> Segundo dados apresentados por Marcelo Carcanholo em *A vulnerabilidade econômica do Brasil*, a dívida externa brasileira cresceu cerca de 109% entre 1989 e 1999, chegando no último ano da década 1990 em U\$241,2 bilhões.

<sup>31</sup> Já os serviços de pagamento da dívida, mesmo após a sua renegociação em 1994, cresceram cerca de 162%, chegando em 1999 em U\$62,8 bilhões, segundo Carcanholo.

<sup>32</sup> Efetivamente, “entre 1990 e 1999, a taxa média de crescimento da economia foi de 1,78%” (CARCANHOLO, 2005, p. 141), enquanto que na década anterior esta mesma taxa foi cravada em 2,2% ao ano.

<sup>33</sup> A taxa de desemprego durante a década de 1990 também apresentou piora em relação à década anterior. Segundo Marcelo Carcanholo (2005), a taxa de desemprego mais que dobrou no período, saindo da marca de 3,3% de toda a parcela economicamente ativa da população em 1989 para atingir, 10 anos depois, 7,6%.

### **Capítulo III – “Neodesenvolvimentismo”, Neoextrativismo e Megaprojetos de Infraestrutura.**

Não apenas o Brasil, mas quase que a totalidade dos países latino-americanos operaram na última quadra do século anterior um grande ajuste estrutural liberalizante que, para além dos resultados preconizados pelos canais oficiais do Estado e das organismos financeiros internacionais – estabilização inflacionária e monetária –, geraram grandes déficits nas contas correntes, enormes elevações das dívidas públicas, significativas desnacionalizações e progressivas reprimarizações de suas economias.

Com economias e relações de produção marcadas pela dependência e integralmente condicionadas aos caprichos e vicissitudes dos capitais internacionais, os países latino americanos não tiveram, via de regra, outra opção que não adotar o receituário neoliberal que de uma América à outra anunciava, entre outras medidas, a abertura indiscriminada das economias e a desregulamentação dos mercados financeiros. Nesse sentido, em meio a todas as políticas do ajuste estrutural operadas pelos países latino americanos nesse período, que de modo algum “visavam criar condições para o desenvolvimento econômico autossustentável” (MUNHOZ, 2001, p. 96), construiu-se um “novo arcabouço de ideias sobre as quais deveriam ser baseadas os objetivos da integração regional” (HONÓRIO, 2013, p. 17).

As predominantes ideias liberalizantes do período conformaram uma espécie de guias mestras para o regionalismo sul americano na década de 1990 (HONÓRIO, 2013). Objetivando conciliar, uma profunda abertura comercial e uma “integração impulsionada por acordos ou políticas explícitas de preferências a determinados países, especialmente vizinhos” (HONÓRIO, 2013, p. 18) construiu-se na América do Sul um tipo de regionalismo singular que ficou conhecido como regionalismo aberto.

Segundo o Relatório *Beyond Borders: The New Regionalism in Latin America* lançado em 2002 e desenvolvido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), braço no Banco Mundial (BM) que atua na região, “O regionalismo dos anos 1990 emergiu como um componente integral dos

processos de reforma estrutural na América Latina”<sup>34</sup> (BID, 2002, p. 3. Tradução própria). Este novo regionalismo de que fala Enrique Iglesias, presidente da instituição, o regionalismo aberto, em estreita consonância com o ajuste estrutural que operou, de forma geral, em toda a região, transformou “o perfil das políticas de desenvolvimento da região e as iniciativas regionais de apoio a elas.” [Tradução própria]<sup>35</sup> (BID, 2002, p.3.) E assim, em meio a tal conjuntura, a Iniciativa de Integração Regional Sul Americana (IIRSA) foi concebida.

### 3.1 A INICIATIVA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL SUL AMERICANA (IIRSA)

Apresentada pela primeira vez durante a Primeira Reunião dos Presidentes Sul-Americanos – que reuniu em Brasília, à convite do presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, os chefes de Estado Fernando de la Rúa (Argentina), Hugo Bánzer (Bolívia), Ricardo Lagos (Chile), Andrés Pastrana (Colômbia), Gustavo Noboa (Equador), Bharrat Jagdeo (Guiana), Luis Angel González Macchi (Paraguai), Alberto Fujimori (Peru), Ronald Venetiaan (Suriname), Jorge Battle (Uruguai) e Hugo Chávez (Venezuela), e os presidentes das instituições financeiras internacionais Enrique Iglesias (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e Enrique García (Cooperação Andina de Fomento)<sup>36</sup> – nos dias 31 agosto e 1º de setembro de 2000, a IIRSA consiste num ambicioso projeto de planificação territorial para a América do Sul, cujo objetivo central se concentra na construção de uma gigantesca malha de infraestrutura nos setores de transporte, energia e comunicação.

---

<sup>34</sup> “The regionalism of the 1990s emerged as an integral component of the structural reform process in Latin America”.

<sup>35</sup> “the face of development policy and the regional initiatives designed to support it.”

<sup>36</sup> Segundo Karen Honório, “Participaram [ainda] da reunião como observadores, Jorge Castañeda, representante do México, o secretário-geral da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), o secretário-geral da CAN, o presidente do Parlamento Latino-americano (Parlatino), o secretário permanente do Sistema Econômico Latino-americano (Sela), o secretário executivo da Cepal, o presidente da Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata) e o presidente do Conselho Latino-americano de Exportações (Bladex).” (2013, p. 28) Raul Zibechi (2012) aponta ainda a presença de 350 empresários durante a Primeira Reunião dos Presidentes Sul Americanos.

Proposta pelo então presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, e a partir da avaliação de que a infraestrutura seria “um dos aspectos mais custosos a inserção das economias sul americanas no mercado internacional” (HONÓRIO, 2013, p. 34), a Iniciativa de integração regional e desenvolvimento, nomeada IIRSA e formulado pelo BID, em associação à Corporação Andina de Fomento (CAF) e ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), fora apresentada neste contexto como condição crucial para a promoção de uma alavancagem socioeconômica da região austral do continente americano.

Nesse sentido, segundo o discurso elaborado na ocasião da reunião, a construção e ampliação da infraestrutura física da América do Sul, condensadas em um plano de ação consensual e de abrangência regional, consistiria num importante vetor de progresso e desenvolvimento econômico, social, autóctone e sustentável da região. Isto é, na ocasião do lançamento da IIRSA,

A infraestrutura foi apontada como o elemento impulsionador de qualquer mecanismo ou iniciativa de integração regional, sendo condição premissa para as outras iniciativas de cunho político, social ou econômico que surgissem na região (HONÓRIO, 2013, p.34)

Para além de indicar a infraestrutura como condição *sine qua non* para o desenvolvimento da região, os documentos oficiais e iniciais da Iniciativa assinalaram também os setores contemplados pelos projetos, indicaram um cronograma, apontaram a configuração da Iniciativa em cinturões de integração e desenvolvimento e definiram um esboço da sua estrutura organizacional.

De acordo com o 39º parágrafo do Comunicado de Brasília, com a finalidade de promover uma alavancagem socioeconômica da região e estimular a integração regional e o desenvolvimento nos âmbitos político, econômico e sociocultural da América do Sul, a IIRSA consistiria num grande Plano de Ação “com um horizonte de dez anos para a ampliação e modernização da infraestrutura física na América do Sul, em especial nas áreas de energia, transportes e comunicações.” (Comunicado de Brasília, 2000).



No campo de transportes, a Iniciativa regalava prioridade à “conformação de redes multimodais (rodoviárias, ferroviárias, fluviais e marítimas), que facilitariam o trânsito fronteiriço de pessoas, veículos e cargas” (HONORIO, 2013, p.35), e que, sobretudo, dinamizaria o comércio e os investimentos na América do Sul. Segundo seus idealizadores, todas as novas veredas abertas no continente conduziriam ao desenvolvimento econômico e social dos países da região enquanto estimulariam a produtividade das cadeias produtivas existentes, desonerando o capital privado e facilitando a exportação dos recursos naturais, e criariam condições favoráveis a uma maior penetração do capital pelos territórios sul-americanos.

No setor energético, a IIRSA se comprometia, segundo seus arquitetos, em construir uma integração e complementação “dos recursos do continente sul-americano em áreas de combustíveis, como petróleo e gás natural, além da interconexão elétrica” (HONÓRIO, 2013, p.35) entre as regiões. Nesse importantíssimo setor, todo o esforço de implementação de infraestrutura tem como objetivo fundamental, nutrir energeticamente as cadeias produtivas instaladas nos territórios, bem como as potenciais cadeias que poderiam surgir a partir da execução dos novos projetos. Em outras palavras, assim como no setor de transportes, e em estreita conformidade com o perfil das políticas de desenvolvimento em voga no período, os vultuosos investimentos no setor de energia, foram apresentados como pilares essenciais para a alavancagem econômica dos países sul-americanos, pois tornariam viáveis a instalação, o abastecimento energético e o funcionamento de um número crescente de cadeias produtivas, sobretudo extrativistas, nos territórios da América do Sul.

No setor de comunicações, por sua vez, os projetos elencados na IIRSA tinham como objetivo anunciado azeitar a construção de sólidos e eficientes sistemas de logística e a integração dos sistemas energéticos (*Plan de Acción para la Integración de la Infraestructura Regional en América del Sul*, 2000). Efetivamente este setor conta com menor espaço na Iniciativa e em 2004, ano em que foi lançada a sua primeira carteira de projetos, contava com apenas 6 dos 335 projetos distribuídos entre os seus Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs).

Retratada como importante alavanca para superar os entraves econômicos, a Iniciativa, aprovada e posta em marcha ainda em 2000, foi configurada através de, a princípio, 12 EIDs<sup>37</sup>, cinturões de desenvolvimento, de orientação transversal e vertical, e desenho centrífugo, que se estendem das regiões mais centrais do continente às regiões litorâneas. Esses cinturões, batizados como Eixos de Integração e Desenvolvimento, segundo Plano de Ação apresentado em dezembro de 2000, na capital uruguaia, foram arquitetados atentando-se especialmente aos fluxos de comércio e mercadorias existentes e potenciais, à quantidade de investimentos recentes nos territórios, bem como “ao nível de interesse e grau de participação [do capital] privad[o]” (HONORIO, 2013, p. 38) nas cadeias produtivas dispostas no território sul-americano.

O Plano de Ação para a Integração da Infraestrutura Regional na América do Sul, trazia ainda o desenho da estrutura organizacional da Iniciativa. De acordo com o documento elaborado e apresentado em 2000 aos dirigentes sul americanos pelo BID, a IIRSA deveria dispor de um perfil técnico e político e seria composta fundamentalmente por três importantes instâncias, esferas de trabalho, que podem ser visualizadas através da Figura 1.

Figura 1 – Estrutura Organizacional IIRSA (2001)

	CDE	GTE	CCT
	- Representantes de alto	- Funcionários e especialistas	- Representantes do BID,

<sup>37</sup> Segundo o Plano de Ação Para a Integração da Infraestrutura Regional na América do Sul, os 12 EIDs que davam forma a Iniciativa eram: Eixo Mercosul; Eixo Andino; Eixo Interoceânico Brasil – Bolívia – Peru – Chile; Eixo Venezuela – Brasil – Guiana – Suriname; Eixo Multimodal Orinoco – Amazonas – Prata; Eixo Multimodal Amazonas; Eixo Marítimo do Atlântico; Eixo Marítimo do Pacífico; Eixo Neuquén – Concepción; Eixo Porto Alegre – Jujuy – Antofagasta; Eixo Bolívia – Paraguai – Brasil; Eixo Peru – Brasil.

	nível designados pelos	designados pelos governos	CAF e FONPLATA.
	governos.	da região e organismos	
		financeiros internacionais.	
Integrantes		- Cada GTE conta com um	
		gerente designado pelas	
		instituições que coordenam	
		o CCT.	
	- Definir o alinhamento	- Harmonizar os marcos	- Identificar os projetos e
	estratégico da Iniciativa.	normativos.	ações estruturantes.
	- Fixar metas, prioridades	- Compatibilizar os critérios	- Financiar os estudos de
	e procedimentos para a	de preparação e análise dos	viabilidade dos projetos.
	implementação dos planos	projetos.	- Conferir grau de prioridade
Funções	de ação.	- Elencar e agrupar os	aos projetos elencados
	- Aprovar os projetos elencados	projetos mais interessantes.	pelos GTEs.
	pelos GTEs.	- Sugerir alternativas de	- Encaminhar os projetos
		financiamento para os	elencados pelos GTEs ao
		projetos.	CDE.
		- Informar o CCT sobre a	
		evolução dos trabalhos.	

Fonte: HONÓRIO, 2013; Plano de Ação para a Integração Regional na América do Sul (2000).  
Elaboração própria.

Como demonstra o quadro acima, o documento assinalava a criação de um Comitê de Direção Executiva (CDE), um Comitê de Coordenação Técnica (CCT) e, ainda, cada EID contaria com um Grupo Técnico Executivo (GTE). O primeiro deles, o CDE, conformaria, segundo Karen Honório, a instância diretiva, política, composta por “representantes de alto nível designados pelos governos” (HONÓRIO, 2013, p. 44) e desempenhariam funções de definir os “alinhamentos estratégicos da iniciativa, [...] fixar metas, prioridades e procedimentos para a implementação dos planos de ação” (HONÓRIO, 2013, p. 44) e, ainda, aprovar

as propostas elencadas pela segunda instância, os Grupos Técnicos Executivos (GTEs) e enviadas às reuniões pela terceira, o Comitê de Coordenação Técnica (CCT).

Os GTEs, apontados acima, a título de facilitar a exposição, como a segunda instância, configurariam parte da instância técnica da Iniciativa e seriam compostos por um corpo de funcionários e especialistas escolhidos pelos governos da região e pelos organismos financeiros multilaterais. Cada EID da Iniciativa contaria com um GTE específico, cujas funções correspondem à harmonização de marcos normativos, “compatibilização de critérios de preparação e análise dos projetos” (HONÓRIO, 2013, p.44), sugestão de alternativas de financiamento para os projetos, avaliação e relação dos projetos geoeconomicamente mais interessantes e à transmissão da evolução dos trabalhos realizados no âmbito dos grupos à terceira instância de trabalho, o CCT.

O CCT, por sua vez, completa, junto aos GTEs, a instância técnica da IIRSA. Os documentos oficiais indicam que o Comitê de Coordenação Técnica da Iniciativa, composto por representantes das organizações financeiras internacionais envolvidas na sua criação, deteria as atribuições de garantir total assistência aos governos identificando os projetos e ações estruturantes para a integração regional, financiando os estudos de viabilidade dos projetos e atribuindo graus de prioridade às obras elencadas pelo corpo de funcionários dos GTEs. (HONÓRIO, 2013)<sup>38</sup>

Uma breve análise da estrutura organizacional da IIRSA é capaz de evidenciar o enorme papel desempenhado pelos organismos financeiros internacionais na maior Iniciativa de integração regional posta em prática na América do Sul. Com a tarefa de elaborar o primeiro Plano de Ação da Iniciativa, com o poder de conferir prioridade às obras elencadas pelos GTEs, e, sobretudo, a cargo do financiamento dos estudos de viabilidade de todas as obras, os organismos financeiros internacionais, que compõe o CCT, detêm as “rédeas” do processo de integração e desenvolvimento regional sul-americano. Isto é, por baixo do verniz oficial de integração regional e desenvolvimento autônomo, a

---

<sup>38</sup> Segundo Honório, caberia ainda ao Comitê, para além do papel de coordenação técnica, “o papel de secretaria do CDE.” (2013, p. 38)

IIRSA tenta mascarar um grande determinismo externo que caminha acompanhado por um alinhamento integral com as premissas neoliberais e com os interesses do grande capital sobre o território sul-americano.

De acordo com Karen Honório, as propostas apresentadas pelos organismos internacionais de financiamento em dezembro de 2000, compiladas no Primeiro Plano de Ação da IIRSA, “foram ancoradas por uma série de estudos<sup>39</sup> elaborada pelas instituições multilaterais de financiamento a respeito das condições de infraestrutura na região e seus impactos negativos nos resultados comerciais da América do Sul.” (2013, p.38-39).

O conteúdo desses estudos evidencia que a IIRSA consiste num complexo megaprojeto de infraestrutura para a integração regional, de planificação territorial de tipo neoliberal, que se propõe a atender as necessidades e requerimentos das demandas externas dos grandes monopólios através da construção de uma gigantesca malha de infraestrutura nos setores de transportes, energia e comunicação, orientada essencialmente para impulsionar a exploração dos recursos naturais abundantes no continente. Em outras palavras, a IIRSA e suas obras tem como objetivos mais essenciais integrar os territórios e as riquezas naturais sul americanas à economia global em função de fluxos comerciais existentes e potenciais e transformar o território sul americano em uma genuína plataforma de escoamento de commodities e de talhar, como bem destaca Ana Esther Ceceña (2007) fazendo uma menção ao mais fascinante contador de histórias uruguaio, as novas veias abertas de América Latina em direção aos países imperialistas que sediam os grandes capitais monopolistas.

Muito mais do que promover uma integração entre os países sul americanos, a Iniciativa, fruto da reelaboração de um projeto encomendado no fim da década de 1990 por Fernando Henrique Cardoso, elaborado por Eliezer

---

<sup>39</sup> Não será possível, no âmbito deste trabalho, adentrar nas discussões e pormenores dos referentes estudos, no entanto todos os seus títulos serão elencados na sequência para que possam ser acessados. “Un Nuevo impulso a la integración de la infraestructura na América del Sur”, do BID; “Vías para la integración”, da CAF; “Energía sin fronteras”, CAF/CIER; “Propuesta para la Integración de la Infraestructura Energética de América del Sur, da OLADE e “La contribución de la Cepal a la integración física de los sistemas de transporte en Sudamérica: una reseña histórica”, da Cepal.” (HONÓRIO, 2013, p. 38-39)

Batista<sup>40</sup> e financiado pelo *Business Council for Sustainable Development – Latin America* (BCSD-LA) – que relacionava a localização das riquezas naturais existentes com a criação de uma infraestrutura orientada para a exportação e desenvolvimento –, busca através da construção e do aperfeiçoamento da infraestrutura assegurar a reincorporação das economias sul americanas à economia internacional “...mediante ao incremento da oferta de recursos considerados estratégicos para os atuais padrões produtivos [...] em um contexto de transformação e reordenamento do [...] sistema internacional.” [tradução própria]<sup>41</sup> (ÁLVAREZ, 2017, p. 31-32)

Todos esses determinantes essenciais, disfarçados pelo discurso oficial, não conseguiram permanecer mascarados sob o véu da integração regional e desenvolvimento autônomo, social e sustentável. Já nos anos 2000, logo na ocasião do seu lançamento, a IIRSA recebeu sistemáticas críticas e ferrenha oposição de determinados setores da sociedade civil sul-americana, sobretudo de movimentos sociais populares ligados à defesa do meio ambiente e contrários ao avanço das medidas neoliberais na região. Os movimentos sociais populares latino-americanos, rompendo com a sua superfície, interpretaram a Iniciativa como a base material necessária para a estruturação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e denunciaram o seu caráter neoliberal, instrumentalista e utilitarista da natureza.

Em todo o continente uma série de vozes denunciaram os objetivos essenciais da Iniciativa, que em justa conformação com a doutrina política e econômica neoliberal vinda de Washington dominante no continente, buscavam desonerar o capital de parte dos custos de produção e impulsionar o movimento de mercantilização, exploração e exportação de uma série de recursos naturais abundantes no continente – sobretudo, da água, dos hidrocarbonetos, do petróleo, dos grãos e dos minérios – em conformidade com os interesses do grande capital.

---

<sup>40</sup> Eliezer Batista da Silva, autor do estudo apresentado em 1996 ao presidente FHC, mineiro e engenheiro de formação, foi Ministro de Minas e Energia no governo de João Goulart, assumiu entre 1979 e 1986 o cargo de presidente da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), compôs a Secretaria de Assuntos Estratégicos do governo e finalmente em 1996 atuou como consultor do presidente Fernando Henrique Cardoso.

<sup>41</sup> “...mediante el incremento de la oferta de recursos considerados estratégicos para los actuales patrones productivos [...] en un contexto de transformación y reordenamiento del [...] sistema internacional”

Efetivamente, muito além da Iniciativa, o coro popular passava a denunciar sua ideologia, o neoliberalismo, conforme seus ventos “sopravam nos ouvidos da multidão as palavras desemprego, dívida pública astronômica, juros altos e privatizações”. (SECCO, 2018, p. 191) Emprestando as palavras de Lincoln Secco, no Brasil, bem como em quase toda a América Latina, parecia que o leito em que adormeciam os conflitos havia se tornado estreito demais para acomodá-los. E que uma ruptura com a doutrina política econômica neoliberal era inescapável.

### 3.2 A ONDA PROGRESSISTA SUL AMERICANA, A VITÓRIA DO PT E “NEODESENVOLVIMENTISMO”

“Os ares de rebelião sopravam por todos os lados” (SAMPAIO JR, 2010, p. 37) no continente e, mais uma vez utilizando as palavras de Plínio de Arruda Sampaio Junior, “transformaram a América Latina em um verdadeiro laboratório de luta de classes.” (2010, p. 39) Segundo o autor, na ânsia desesperada por defenestrar o neoliberalismo,

[...] as classes subalternas dispararam por todos os lados. Houve iniciativas radicais, ultraradicais, moderadas e ultramoderadas; houve ações que ficaram circunscritas aos marcos institucionais, as que recorreram ao expediente da desobediência civil e ainda as que desafiaram a ordem legal; movimentos de massas que mobilizaram milhões de pessoas, processos que priorizaram a ocupação dos aparelhos de Estado e a conquista do poder institucional pela via eleitoral e operações vanguardistas protagonizadas por pequenos grupos armados; processos políticos que colocaram explicitamente o objetivo da conquista do poder do Estado e outros que procuraram mudar a situação pela construção de um difuso contrapoder popular; ações de caráter meramente defensivo e as que desafiaram abertamente a ordem estabelecida; organizações políticas de inspiração desenvolvimentista, nacionalista, comunista, anarquista e indigenista; movimentos imediatistas e outros com perspectivas milenaristas; processos políticos que eclodiram de maneira espontânea e outros que resultaram de um longo acúmulo de forças; ações ousadas e convencionais, atitudes intransigentes e rendições incondicionais; sacrifícios heroicos e vergonhosas traições. (SAMPAIO JR, 2010, p. 39)

Em meio ao esgotamento do modelo neoliberal e aos inúmeros levantes populares que eclodiram por toda América Latina, nas urnas, os trabalhadores sul americanos elegeram, um a um, candidatos “progressistas” cujos discursos de campanha pareciam romper, ou ao menos se distanciar, das políticas austeras neoliberais.

Dessa forma, progressivamente, foram eleitos à presidência Hugo Chávez, na Venezuela (1998); Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil (2002); Nestor Kirchner, na Argentina (2003); Tabaré Vazquez, no Uruguai (2004); Evo Morales, na Bolívia (2005); Rafael Correa, no Equador (2006); e Fernando Lugo, no Paraguai (2008). O assalto ao poder operado por estes políticos “progressistas” e respaldado por um massivo apoio popular transformou o quadro político da região, que levou, conforme aponta Rodrigo Castelo na introdução do livro *Encruzilhadas da América Latina no Século XXI*, alguns autores a defender a formação de uma fase pós-neoliberal na política do continente.

Conformava-se assim um fenômeno aparentemente novo no continente que desde a década de 1970 experimentava as rijas políticas neoliberais importadas desde Washington. A concatenação de vitórias eleitorais em quase toda a América do Sul refletiu a insatisfação dos trabalhadores e das massas



populares que por mais de uma década tomaram as ruas em protestos cujos gritos, ora em português, ora em espanhol, expressavam seus mais profundos desejos por mudanças de ordem estrutural.

“O desgaste generalizado dos partidos tradicionais abriu espaço para a eleição de novas figuras políticas” (SANTOS, 2016, p.182). Uma mais à esquerda e outras mais ao centro do espectro político, e contando com “bases ideológicas e pragmáticas diferentes, e em alguns casos divergentes” (CASTELO, 2010, p. 23), tais figuras políticas levaram a cabo distintos projetos que conferiram um caráter heterogêneo a onda progressista que varreu o continente.

Isto é, no desenrolar da formação do novo quadro político latino-americano surgiram uma variedade de projetos com determinantes bastante singulares, cujas origens remontam, conforme Zibechi e Machado, ao conteúdo dos “roteiro[s] político[s] traçado[s] – com suas linhas vermelhas e aquiescências – para chegar ao poder” (2017, p. 74) em cada nação. Para deixar ainda mais claro, nenhum dos projetos que se desencadearam dos movimentos da luta de classe e deram materialidade à guinada institucional progressista dos países latino-americanos foi idêntico a qualquer outro. No entanto, a título de uma análise mais geral, os projetos podem ser categorizados de acordo com a posição que ocupam no espectro político.

Em meio à diversidade de processos desencadeados, aqueles localizados mais à esquerda do espectro político, que “reivindicavam-se como revolucionários” (SANTOS, 2016, p. 184), foram os menos numerosos, sofreram fortes pressões internas e externas e enfrentaram grandes entraves estruturais. Tomando a institucionalidade venezuelana, equatoriana e boliviana, proposições de cunho anticapitalistas, com “raízes ideológicas que remontam aos antigos líderes independentistas” (CASTELO, 2010, p. 24), foram conduzidas ao centro do debate político. Nesses três países os projetos eleitos pelo povo previam reformas estruturais e buscavam, em linhas gerais, “consolidar o rompimento dos elos de dominação imperialistas que ligavam a periferia ao centro [...] [e] combater as relações capitalistas, coloniais, e racistas internas a cada um dos países” (CASTELO, 2010, p. 24)

Mais a direita no espectro político, encontram-se uma maior variedade de processos que fizeram parte da guinada progressista latino-americana. Na região do Cone Sul, processos reformistas, conservadores, e “camuflados sob uma tautológica invocação a retóricas antineoliberais” (ZIBECHI; MACHADO, 2017, p. 75) emergiram em países como Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile, mingando mais cedo ou mais tarde as expectativas de suas classes trabalhadoras e as camadas populares/subalternas. Nestas experiências não houve espaço para uma crítica ao sistema econômico capitalista. Em oposição ao que foi levado a cabo na Venezuela, Equador e Bolívia, proposições anticapitalistas não foram em momento algum endereçadas no centro do debate político. Muito pelo contrário, adotando bases ideológicas conservadoras estes processos buscaram de maneira geral revitalizar o “neoliberalismo por meio da adoção de uma agenda política de alívio às expressões mais agudas da “questão social”<sup>42</sup>. (CASTELO, 2010, p. 23) Isto é, em tais projetos o Estado buscava promover, junto à tarefa de manutenção dos principais alicerces da política econômica neoliberal, “políticas assistencialistas e focalizadas de transferência de renda, programas de economia solidária e de empoderamento de indivíduos e comunidades e medidas regulatórias do Estado diante das falhas do mercado.” (CASTELO, 2010, p. 23). De maneira sintética, tratavam-se, portanto, de projetos que carregavam em seus bojos meras correções aos efeitos deletérios e excessos do neoliberalismo, buscavam edificar um ambiente vantajoso para a acumulação do capital e, quando muito, desempenhavam esforços na tentativa de domar o capital para impulsionar o crescimento dos setores produtivos nacionais.

Como bem aponta Fabio Luis Barbosa dos Santos, apesar de todas as diferenças, “entre os processos que reivindicam uma orientação revolucionária e os que acenam com reformismo, o marco comum da onda progressista foi a

---

<sup>42</sup> O termo questão social tem sua gênese conjuntamente e serve para expressar o fenômeno da pauperização da classe trabalhadora e surge no século XIX. Até onde se tem registros, Engels foi o primeiro a empregar a categoria em sua obra “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” com esse sentido. A natureza etimológica do termo se refere ao fato de que a pobreza na sociedade capitalista é fruto específico das relações sociais de produção que estão na base dessa forma de sociabilidade, o que destarte a distingue do pauperismo da sociedade feudal, ou outras formas sociais em que tal fenômeno é fruto direto do parco desenvolvimento das forças produtivas.

pretensão de se contrapor ao neoliberalismo”. (2016, p. 219) Zibechi e Machado vão um pouco mais além e apontam que, ademais do discurso antineoliberal invocado, existem ao menos quatro outros elementos ou lógicas, de coesão entre todos os governos “progressistas” nessa primeira década do século XXI.

Essas lógicas comuns são: [i] fortalecimento/reposicionamento do Estado, [ii] a aplicação de políticas sociais compensatórias como eixo das novas governabilidades, [iii] o modelo extrativo de produção e exportação de commodities como base da economia e [iv] a realização de grandes obras de infraestrutura. (ZIBECHI; MACHADO, 2017, p.13-14)

O Brasil não fugiu à regra.

Após anos de baixo dinamismo, forte instabilidade, acelerada intensificação das desigualdades sociais e progressiva deterioração dos serviços públicos, no final da década de noventa começaram a aparecer vários sintomas de que o “modelo econômico” enfrentava uma crise estrutural que colocava em questão sua própria continuidade. As contradições inerentes à inserção subalterna da economia brasileira na ordem global manifestaram-se com toda força no ano de 2002. (SAMPAIO, JR, 2017, p. 49)

A vitória do candidato petista Luiz Inácio Lula da Silva foi produto da crise de tal modelo. Vitorioso no processo eleitoral de 2002, o projeto do partido dos trabalhadores firmou compromisso com todos os pontos listados por Zibechi e Machado. Se tratava de um projeto essencialmente conservador, reformista, de conciliação entre o capital e o trabalho, coberto por um véu progressista antineoliberal, que arrancou duras críticas dos seus opositores e militantes de esquerda.

As críticas foram formuladas no sentido de questionar o que mais, depois de uma dura década de desregulamentações, precarização das relações de trabalho e perdas de direitos, o trabalho poderia ceder ao capital. Condensadas na famosa Carta aos brasileiros, as pretensões e propostas do governo recém-eleito não pareciam, nem de muito longe, coerentes com a base ideológica e as

bandeiras iniciais do partido cuja base é composta por uma grande maioria de trabalhadores assalariados.

O Partido dos Trabalhadores nasceu oficialmente em 10 de fevereiro de 1980 em um colégio localizado em um bairro nobre na capital paulista. (SECCO, 2018) Apesar do seu registro oficial indicar o ano de 1980, a gênese de sua formação se deu alguns anos antes, em 1978, quando surge sua proposta em meio às heroicas greves dos trabalhadores que eclodiram em todo o interior do estado de São Paulo, mas em especial nas cidades que conformam o chamado ABC paulista.

Em meio a essa conjuntura particular, o PT, que logo nos anos seguintes tomou a estrela como símbolo e o 13 como número eleitoral, nasceu fundamentalmente de seis fontes diversas.

A primeira [e mais importante] foi o chamado novo sindicalismo; a segunda, o movimento popular influenciado pela igreja católica; a terceira, políticos já estabelecidos do MDB; a quarta, intelectuais de origens diversas [...]; a quinta, militantes de organizações trotskistas; e a sexta, remanescentes da luta armada contra a ditadura. (SECCO, 2018, p. 27)

“Multiclassista” como define o historiador Lincoln Secco (2018), o partido que amalgamou em sua base operários industriais, pequenos proprietários e trabalhadores rurais sem-terra, empregados do setor de serviços, funcionários públicos e intelectuais, nasceu “fora da órbita do comunismo soviético [...], afastava-se do populismo e negava oficialmente a herança Social-Democrata.” (SECCO, 2018, p. 36)

Tratava-se de uma organização reformista, comprometida fortemente com o restabelecimento do regime político democrático, “de esquerda e radicalmente favorável aos interesses imediatos dos trabalhadores” (SECCO, 2018, p.35-36). E que graças a sua configuração de partido de legenda logrou, progressivamente, “juntar todo o espectro mais importante da esquerda brasileira” (SECCO, 2018, p. 93) e consolidar-se em um curto período de tempo como a “oposição extraparlamentar predominante nos movimentos sociais e sindicais [brasileiros] (SECCO, 2018, p. 25).

Mesmo enfrentando grandes obstáculos internos e externos, o PT cresceu de forma fantástica no cenário político do Brasil e se conformou em menos de 10 anos como o principal opositor à esquerda do governo. O jovem partido passava a ser apontado por seus rivais como um importante corretivo ético no combate às políticas abertamente antissociais, pró-capital, propostas pelas organizações da situação.

Seu líder máximo, Luiz Inácio Lula da Silva, operário e sindicalista, juntava em todo o país multidões para ouvir seus inflamados discursos carregados de críticas ao imperialismo e ao capitalismo e que apontavam a democracia como valor universal. Discursos esses muito distantes ao conteúdo da Carta que endereçou aos brasileiros na sequência de seu êxito eleitoral.

O leitor deve estar se perguntando o que acarretou, então, a transformação do partido. Segundo Lincoln Secco (2018), a transformação do PT, nunca fora ratificada por um congresso ou encontro do partido. O processo de *aggiornamento político* que atravessou a organização se deu durante toda a década de 1990. Lincoln Secco aponta em seu livro *História do PT* que o partido entra em sua terceira fase a partir de 1990.

Segundo o autor, “o ano de 1989 assinala a maioridade do PT. Aquilo que ele já se tornara socialmente (a oposição de esquerda predominante na sociedade civil) ele se converte no Estado: uma oposição dentro do Estado político.” (SECCO, 2018, p. 25) Em meio a um enorme espiral de crescimento e protagonismo, intensificados após a campanha pela eleição direta em 1984 e pela participação na confecção do texto constitucional de 1988, o partido dos trabalhadores se lança em sua primeira campanha presidencial.

O fracasso dos planos econômicos lançados durante a administração de José Sarney (1985-1989) impulsionou, junto às paralisações por todo o país, a campanha de Lula, que fora lançado como o candidato do PT. Numa surpresa geral Lula superou as intenções de votos dos seus concorrentes, “políticos estabelecidos, de enorme envergadura” (SECCO, 2018, p. 134), e foi lançado ao segundo turno do páreo eleitoral pelos 11,6 milhões de votos – cerca de 16,08% – junto ao candidato do Partido da Reconstrução Nacional (PRN) Fernando Collor de Mello.

No segundo turno “a campanha continuou e conseguiu congregiar Mário Covas, Leonel Brizola e o eleitoralmente inexpressivo Roberto Freire” (SECCO, 2018, p. 137) fazendo com que nas vésperas da eleição, na semana final as pesquisas de intenção de voto indicassem um empate técnico entre os candidatos do PT e do PRN. O resultado preocupou a burguesia brasileira que em associação com a imprensa nacional deu início a uma dura campanha de difamação anti-Lula.

“Vilipendiado diuturnamente pela imprensa” (SECCO, 2018, p. 141) e por seus adversários políticos, e com dificuldades orçamentárias para realizar sua campanha, Lula, o candidato da Frente Brasil Popular (PT, PCdoB e PSB) recebeu 31 milhões de votos e perdeu a disputa para seu adversário Fernando Collor que contou com 35 milhões de votos.

Lincoln Secco aponta que os anos vindouros a essa campanha marcaram a estatização do partido. Isto é, a partir de 1990 o PT, num esforço para “trilhar o caminho institucional”, deixou de lado a sua identidade com o socialismo, se afastou cada vez mais da sua base política, passou a recrutar cada vez mais “pessoas profissionalizadas na política” (SECCO, 2018, p. 145) e promoveu uma grande burocratização em seu interior.

De 1990 em diante, sob as nuvens [neo]liberais do tempo” (SECCO, 2018, p. 168), o PT iniciou um capítulo novo em sua história. Analisando a história da organização, Lincoln Secco indica que o partido traça uma nova estratégia. Tomando “a via eleitoral como único caminho” (SECCO, 2018, 201), o PT assumiu uma política social democrata, se abriu “a um amplo arco de alianças político eleitorais” (SECCO, 2018, p. 200), transformou sua relação e se comprometeu com o mercado, se alijou e enterrou o “cadáver insepulto do socialismo”<sup>43</sup>, se burocratizou tomou distância de suas bases e se tornou “um partido da ordem que solapava a voz dos mais radicais.” (SECCO, 2018, p. 143)

Todo esse esforço, entretanto, não foi suficiente para levar as campanhas presidenciais de 1994 e 1998, é verdade, mas o partido cresceu em todo o país e emplacou uma enorme porção de figuras políticas nos demais espaços da máquina de política estatal. O triunfo na disputa eleitoral presidencial veio

---

<sup>43</sup> Fala de José Dirceu, ex-presidente do Partido dos Trabalhadores.

apenas em 2002, mas o PT já estava completamente “tragado pela tradição clientelista brasileira”. (SECCO, 2018, p. 34)

O conteúdo do discurso de posse de Lula e da Carta ao povo brasileiro já não possuía muitos elementos comuns com os primeiros discursos improvisados, sem apoio de aparelhagem de som, do sindicalista que reuniam multidões de operários. Desapareciam as críticas mais radicais ao capitalismo, a palavra socialismo tomou “chá de sumiço” e a democracia tomou seu lugar, assim como o tom de luta se converteu num tom de conciliação, e apareceram uma série de compromissos para impulsionar a já farta acumulação do grande capital.

Disputando contra o candidato da situação, José Serra (PSDB), Lula foi eleito no segundo turno com 61,27% do total dos votos populares e a presença do maior contingente popular da história em posses presidenciais indicam tamanha a esperança por mudanças da classe trabalhadora que experimentava o amargor das políticas econômicas, fiscais, monetárias e cambiais que caminhavam em plena conformidade para garantir a plena realização das necessidades do grande capital.

Essa esperança, no entanto, foi se dissipando progressivamente à medida em que fora se evidenciando que a aposta do seu governo consistia numa grande negociação de pontos consensuais entre capital e trabalho, e conforme foi se tornando visível o seu comprometimento com a totalidade dos ajustes neoliberais firmados anteriormente, mas sobretudo do comprometimento com os

processos de liberalização, desregulamentação e privatização, estabilidade da moeda, lei de responsabilidade fiscal, superávits primários, limite ao endividamento do setor público, desregulamentação das relações de trabalho, redução e cortes de direitos adquiridos. (SANTOS, 2016, p. 50)

Isto é, entrelaçado com representantes dos principais setores empresariais, Lula e seu partido forjaram um projeto que não se propunha romper com a política econômica neoliberal de Fernando Henrique Cardoso.

A sua carta “reconhecia que a margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena”, falava em “valorizar o agronegócio”, reduzir as taxas de juros de forma sustentada, [e] manter o equilíbrio fiscal e o superávit primário, [...] [o que] implicava [necessariamente em um] controle dos gastos públicos. (SECCO, 2018, p. 208)

Na sombra da crise econômica e social infligida pela crise do sistema sociometabólico do capital, o candidato petista recém-eleito falava em devolver o sorriso aos trabalhadores e promover o desenvolvimento, cujo Brasil, por seu tamanho e história, estava pré-destinado. Para isso, a política econômica do seu primeiro mandato, marcada por uma forte ortodoxia, buscou melhorar a expectativa dos agentes econômicos através (i) da manutenção dos sistemas de metas de inflação, do compromisso com a estabilidade dos preços, (ii) da reafirmação das normas e organizações que tratam de garantir a propriedade privada, (iii) do comprometimento com o pagamento da dívida, (iv) e da manutenção superávit primário.

Sob o disfarce anti-neoliberal e através da retórica de construir um expressivo crescimento econômico nacional, independente, inclusivo, com responsabilidade social e equitativo, o projeto político e econômico petista, batizado “neodesenvolvimentista”, justificava sua escolha pela ortodoxia “pelas ameaças das fugas de capital, das crises cambiais e da volta da inflação, que estariam sempre rondando a economia”. (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 923)

A continuidade com o padrão de acumulação capitalista do período iniciado com a constituição de 1988 e a manutenção dos pilares neoliberais marcaram os primeiros quatro anos do governo petista. Nesse período, passada a ressaca da crise econômica, o contexto internacional impulsionou uma significativa melhora das contas nacionais. A alta da liquidez internacional, a elevação do preço das *commodities*, a relativa queda do preço das manufaturas no mercado internacional e os elevados superávits comerciais atingidos durante o primeiro mandato possibilitaram um crescimento superior aos minguados índices experimentados na década anterior. Com uma média de crescimento do PIB de 3,525%, segundo o IBGE, superior em 1,087% à média de crescimento atingida ao longo dos oito anos da gestão de Fernando Henrique Cardoso, Lula conseguiu emplacar sua reeleição em 2006.



A segunda vitória eleitoral, veio associada a pressões por todos os lados. Por um lado, os movimentos sociais populares, que tanto em 2002 quanto em 2006 votaram em massa e garantiram a sua vitória eleitoral, pressionavam por políticas sociais e melhores condições de vida. Por outro lado, a burguesia nacional pressionava o governo por maiores índices de crescimento.

Para responder a tais pressões, e impulsionado pela melhoria das contas públicas, em seu segundo mandato iniciado em 2007, “verificou-se certa flexibilização da política econômica” (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 923). Junto a manutenção incólume do tripé macroeconômico neoliberal, o projeto “neodesenvolvimentista” operou, por meio de programas sociais como o Bolsa Família, uma política de transferência de renda para os muito pobres, aumentou o salário mínimo real, expandiu a oferta de crédito familiar para estimular o consumo interno, manteve e ampliou o sistema de seguridade social, desenvolveu uma série de políticas públicas de cunho popular, deu vida a uma variedade de “programas de apoio a microempresas, economia solidária, assentamentos no MST e cooperativas agroindustriais” (SECCO, 2018, p. 206), elevou o orçamento do BNDES para financiamento de empresas nacionais de grande porte com taxas de juros subsidiária, impulsionou uma “política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para a exportação de mercadorias ou capitais” (BOITO JR, 2018, p. 105) e incrementou o investimento público em obras de infraestrutura.

Todos esses elementos, ausentes nas gestões anteriores neoliberais, marcaram o “modelo econômico” petista “neodesenvolvimentista” que busca impulsionar um “crescimento econômico do capitalismo brasileiro com alguma transferência de renda [...] sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal ainda vigente no país.” (BOITO, JR, 2018, p. 105)

Plínio de Arruda Sampaio Jr, expõe no artigo Desenvolvimento e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa, que compõe parte da obra “Crônicas de uma crise anunciada: crítica a economia política de Lula e Dilma” que

A modesta retomada de crescimento econômico, após quase três décadas de estagnação, a lenta recuperação do poder aquisitivo do salário após décadas de arrocho, a ligeira melhoria na distribuição pessoal da renda, o boom de consumo financiado pelo endividamento das famílias e a aparente resiliência do Brasil em resistir à crise econômica dão um lastro mínimo de realidade à fantasiosa falácia de que, finalmente, o Brasil estaria vivendo um ciclo de desenvolvimento. O chamado neodesenvolvimentismo seria, assim, uma expressão teórica deste novo tempo. (SAMPAIO JR., 2017, p. 155)

O “neodesenvolvimentismo”, segundo Plínio, “é um fenômeno recente e localizado, indissociável das particularidades da economia e da política brasileiras na segunda metade dos anos 2000.” (2017, p. 154) Esse fenômeno, que se propunha pavimentar uma Terceira Via, tinha como desafio combinar aspectos “positivos” oriundos da normativa do Consenso de Washington – austeridade fiscal, oblíqua abertura para o capital internacional, busca por competitividade internacional e compromisso com a estabilidade da moeda – com os pontos “auspiciosos” do velho desenvolvimentismo – papel regulador do Estado, sensibilidade social, compromisso com o crescimento econômico e industrial. (SAMPAIO JR, 2017)

Acrítico, híbrido, e recheado de políticas vigorosamente contraditórias, o “neodesenvolvimentismo” brasileiro se distinguiu do modelo neoliberal anteriormente vigente unicamente através do empenho empregado em amenizar as sequelas mais prejudiciais da ordem global sobre o crescimento, o parque industrial e a “questão social”.

Atuando sobre os efeitos, com estratégias unicamente de curto prazo e ignorando as contradições estruturais que condicionam a economia brasileira e os mecanismos de transferência de valores que penetram e sarrupiam parte da mais-valia produzida e acumulada na periferia, o “neodesenvolvimentismo”, característico da administração petista, mascarou os defeitos estruturais do modo de produção do capital e embarcou o país numa espécie de ânsia modernizadora que geram ganhos substanciais apenas para as classes dominantes nativas e, sobretudo, estrangeiras.

Nesse sentido, encarregando-se de cumprir seus compromissos com a burguesia, o governo Lula, entre as suas tantas medidas, abraçou a neoliberal

iniciativa de integração regional sul americana aprovada em setembro de 2000. O projeto “neodesenvolvimentista” dos governos do PT prontamente capturou a IIRSA e buscou dar à iniciativa uma nova roupagem.

### 3.3 IIRSA E A ADMINISTRAÇÃO “NEODESENVOLVIMENTISTA”.

Interpretada no início do século XXI, como já fora apontado, como a base material necessária para a estruturação da ALCA, a IIRSA foi duramente repudiada pelos movimentos sociais populares latino-americanos. E em busca de legitimar o megaprojeto de infraestrutura em todo o continente, o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, precisou converter a opinião pública sobre a IIRSA, e transformá-la, a partir da retórica, em um, se não o mais, poderoso mecanismo de promoção de desenvolvimento econômico autônomo, social e sustentável.

Em 2003, já sob a administração de Lula, a equipe representante do Brasil na Iniciativa, confirmou, durante o Seminário sub-regional organizado pelo CCT, os três grandes objetivos da Iniciativa. Segundo Raul Zibechi, na capital peruana, junto aos demais representantes sul-americanos, a equipe elencada pelo presidente Lula definiu como objetivos fundamentais da Iniciativa o

apoio à integração de mercados para melhorar o comércio intrarregional, apoio à consolidação de cadeias produtivas para alcançar competitividade nos grandes mercados mundiais e, [sobretudo] a redução do “custo sul-americano” mediante a criação de uma plataforma logística vertebrada e inserida na economia global. (ZIBECHI, 2012, p. 232)

A representação brasileira na Iniciativa jamais agiu no sentido de barrar seu crescimento. Pelo contrário, sempre se mostrou favorável ao crescimento numérico de seus projetos que em 2004 já somavam 335 distribuídos pelos dez novos eixos de integração e desenvolvimento substitutos dos doze iniciais.

Atravessando as fronteiras nacionais e cruzando diversos biomas, foram definidos 10 novos eixos de integração e desenvolvimento, dois de orientação vertical e outros oito de orientação horizontal, sendo eles: [i] EID Amazonas; [ii] EID Andino; [iii] EID Andino do Sul<sup>44</sup>; [iv] EID Capricórnio; [v] EID do Sul; [vi] EID Escudo das Guianas; [vii] EID Hidrovia Paraguay-Paraná; [viii] EID Interoceânico Central; [ix] EID Mercosul-Chile; [x] EID Peru-Brasil-Bolívia.

Cada um desses eixos – que podem ser vistos nos mapas reunidos no anexo II – reunia uma variedade de obras apresentadas pelo CCT e aprovadas pelo CDE. Em 2004 a Iniciativa já aglutinava 335 projetos divididos conforme a tabela abaixo.

Tabela 6 - Demonstrativo de projetos e investimentos da IIRSA, 2004

EID	Quantidade de projetos	Investimentos estimados (em bilhões de dólares)
Amazonas	44	2,01
Andino	74	4,975
Capricórnio	34	2,03
Do Sul	32	0,365
Escudo das Guianas	21	1,071
Interoceânico Central	44	3,305
MERCOSUL-Chile	68	12,076
Peru-Brasil-Bolívia	18	11,587
Total	335	37,424

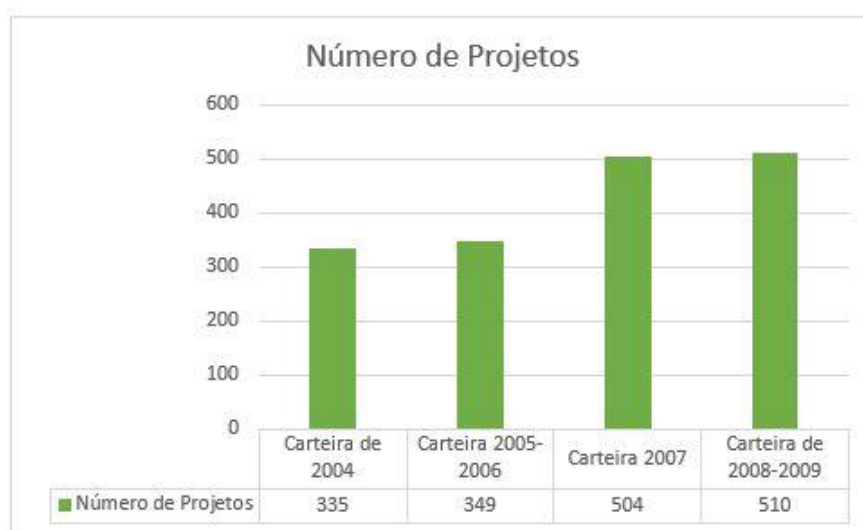
Fonte: Carteira de Projetos IIRSA 2004. Elaboração própria.

Para materializar todos os projetos, como demonstra a tabela 6, a carteira indicava um investimento estimado de 37,424 bilhões de dólares proveniente do setor público, privado e de parcerias público-privadas.

<sup>44</sup> Não consta na Carteira de Projetos da IIRSA/COSIPLAN qualquer informação sobre os projetos que serão viabilizados neste eixo pois a metodologia de planificação territorial indicativa ainda não fora aplicada nesta zona multinacional.

A administração de Lula divide com os governos vizinhos o comprometimento com a execução das obras da Iniciativa. Todo esse compromisso e prioridade dado à agenda pode ser facilmente visualizado pelo crescente inchaço do número de projetos da carteira, que chegou, conforme demonstra o gráfico 6, no ano em que foi incorporada ao Conselho Sul Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), em 510 projetos.

Gráfico 6 - Sequência histórica IIRSA 2004-2009



Fonte: Carteira de Projetos IIRSA 2004; Carteira de Projetos IIRSA 2005; Carteira de Projetos IIRSA 2006; Carteira de Projetos IIRSA 2007; Carteira de Projetos IIRSA, 2008; Carteira de Projetos IIRSA 2009. Elaboração própria.

Esse fenômeno não se deu por acaso. Concorrente às eleições dos candidatos “progressistas” e ao alargamento das carteiras de projetos, se deram outros fatores importantíssimos que explicam tal empenho, como a recuperação da liquidez internacional, a elevação dos preços das commodities agrícolas e minerais e o subsequente crescimento econômico dos países sul-americanos especializados nas suas produções. Todos esses fatores convergiram para que os governos “progressistas” recém-eleitos apostassem fortemente em iniciativas e políticas, que como a IIRSA, impulsionam o extrativismo para sustentar o crescimento econômico.

Em 2009, no entanto, essa conjuntura se transformou. A crise internacional de 2008, que atingiu de maneira mais dura, num primeiro momento, os países de matriz econômica industrial, refletiu em um grande refluxo dos investimentos externos destinados à infraestrutura dos países sul-americanos. Em meio a essa nova conjuntura propiciada pela interrupção dos fluxos de capitais estrangeiros, a Iniciativa foi incorporada como fórum técnico do COSIPLAN, parte da União das Nações Sul Americanas (UNASUL).

A incorporação da IIRSA ao COSIPLAN, apesar da retórica criada pelos governantes sul americanos, não alterou essencialmente seu modo de funcionamento. Ela se manteve como um projeto que busca adequar técnica e espacialmente o espaço geográfico para facilitar uma eficiente e acelerada exploração dos recursos naturais e desonerar o grande capital. Continuou como um projeto de caráter extrativista no qual, as necessidades da produção de valores de troca se sobrepõem às necessidades humanas. Ou seja,

mesmo com as mudanças ocorridas no século XXI, jamais teria levado em consideração outras visões sobre homem/natureza, ou se preocupado em dialogar com os povos originários e integrar no seu planejamento suas culturas, modos de vida ou cosmovisões latino americanas. (BOFF, 2015)

Contudo, não é certo dizer que após ser incorporada pelo COSIPLAN a IIRSA tenha se mantido exatamente igual ao que era quando consistia em um órgão autônomo. Se não existiu inflexão alguma em 2009 a respeito do caráter do projeto, a incorporação da IIRSA ao COSIPLAN significou uma mudança de extrema importância acerca do papel desempenhado pelos recursos públicos estatais na promoção dessas obras de infraestrutura.

Sob a condução do COSIPLAN os Estados sul americanos passam a ser os principais agentes financiadores do processo de integração regional. E esse protagonismo do Estado na integração, em especial o protagonismo do Estado brasileiro no financiamento da execução das obras, pode ser explicado como produto da escassez de capitais internacionais dispostos a financiar a construção desses dispendiosos empreendimentos.

Aparentemente imunes aos efeitos deletérios da crise, os Estados sul americanos fazendo uso das “lentes da ideologia do progresso” desempenharam imensas quantidades de recursos públicos, provenientes preponderantemente de bancos públicos, para impulsionar a Iniciativa que promove um modelo de crescimento insustentável em longo prazo, que beneficia poucos, concentra renda, aprofunda graves conflitos sociais, reafirma a reprimarização da matriz econômica e intensifica a dependência e o subdesenvolvimento dos países sul americanos.

Durante todo o governo Lula os aportes públicos destinados ao financiamento das obras não pararam de crescer. Somente entre os anos de 2002 a 2009, de acordo com a matéria publicada pelo veículo de imprensa Folha de São Paulo, a quantidade de recursos desembolsados pelo BNDES para investimentos em infraestrutura na América Latina teve alta de 3.000%.

Conformou-se, através do financiamento das obras da IIRSA, uma política de apoio a um dos setores de maior destaque da economia brasileira, a construção civil. Por meio de generosos aportes do BNDES, o governo brasileiro promoveu a internacionalização e o crescimento das chamadas “campeãs nacionais” – Odebrecht, OAS, Camargo Correa. Segundo Fabio Luis Barbosa dos Santos, “em 2003, o banco alterou seu estatuto para ofertar uma nova linha de crédito especial estimulando a inserção externa destas empresas, desde que promovessem as exportações brasileiras.” (2016, p. 64) Ainda segundo o autor, entre 2003 e 2009, o crédito concedido com esta finalidade por meio do BNDES Exim<sup>45</sup> saltou de 42 milhões de dólares para 1,26 bilhão” (SANTOS, 2016, p. 64).

Ademais das grandes empresas de construção civil, beneficiaram-se deste apoio, segundo Fábio, os grandes conglomerados especializados em exportação de produtos primários, como soja, etanol, minério carne e petróleo.

Essa situação se manteve incólume durante os anos de administração de sua sucessora Dilma Rousseff. Eleita em 2010 graças a inquestionável popularidade lastreada pelo boom das commodities do seu antecessor (SANTOS, 2016), Dilma chega ao poder em 2011 e mantém na substância o modo de condução das políticas nacionais a respeito da integração regional.

---

<sup>45</sup> Linha de financiamento do BNDES destinada aos setores que se dedicam à produção de bens e serviços para a exportação.

Sob sua administração os investimentos destinados à pauta continuaram aumentando em paralelo à crescente quantidade de projetos elencados no interior da cartilha da Iniciativa, que até 2016, atingiu o total de 582, como demonstra a tabela a seguir. E os investimentos previstos, segundo os documentos oficiais disponíveis na plataforma online da IIRSA/COSIPLAN, saltaram para 191,6008 bilhões de dólares, sendo 61% provenientes do setor público, 19% do setor privado e 20% de iniciativas mistas entre recursos públicos e o capital privado.



Tabela 7 – Demonstrativo quantidade de projetos IIRSA 2016

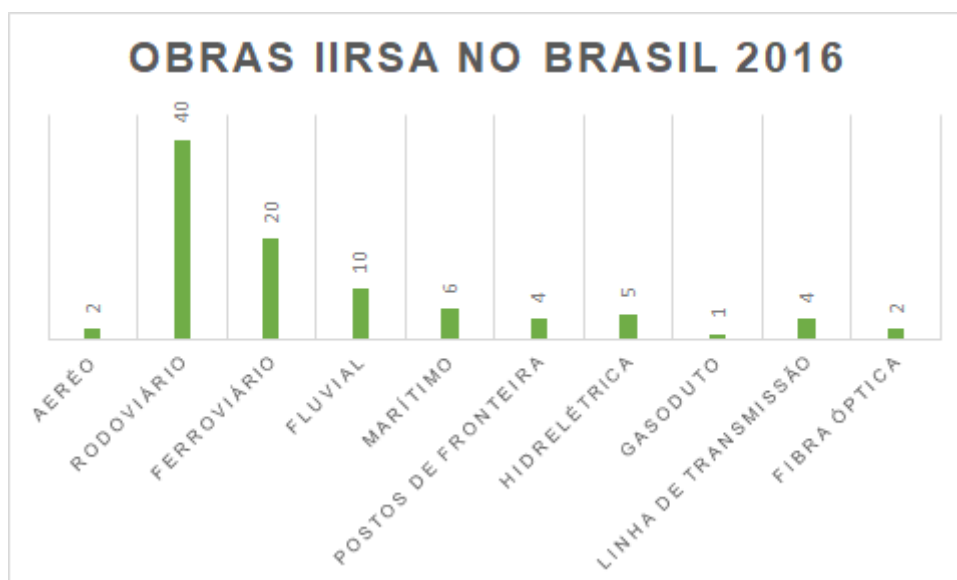
EID	TRANSPORTE										GERAÇÃO DE ENERGIA							INTERCONEXÃO ENERGÉTICA			COMUNICAÇÃO	TOTAL
	Aéreo	Rodo- Vário	Ferro- Vário	Fluvial	Mar- timo modal	Multi- modal	Fr- onta- leira	Hidre- lítrica	Hidre- lítrica	Terme- lítrica	Nuclear	Gás Natural	Carvão	Geotér- mica	Gasó- duto	Oleodu- to	Linha de trans- missão	Fibra ótica				
AMA	4	21	10	19	9	6	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	72			
EID AND	1	36	2	1	0	0	12	1	1	0	0	0	1	1	1	1	8	0	66			
EID CAP	1	43	17	3	4	1	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	81			
EID DO SUL	0	27	6	0	8	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	47			
EID ESC	0	13	1	0	3	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	20			
EID HID	1	21	11	43	0	3	0	1	0	2	0	0	0	0	1	0	3	3	88			
EID IOC	6	32	6	0	5	2	8	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	2	63			
EID MECC	8	56	8	7	9	2	9	7	0	2	2	1	0	0	3	0	5	1	120			
EID PBB	3	10	0	3	0	0	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	24			

Fonte: Carteira de Projetos IIRSA/COSPILAN 2016. Elaboração Própria.

Sob a administração petista e dos demais presidentes “progressistas” sul americanos, a carteira de projetos da IIRSA cresceu amplamente. Como é possível visualizar pelas tabelas apresentadas anteriormente. Durante os anos da administração petista a quantidade de obras saltou dramaticamente de 335 para 582, e os investimentos acompanharam essa curva de crescimento registrando uma elevação de 411,49%.

De todas as 582 obras da cartilha, 94 se inscrevem no território Brasileiro, estão listadas no anexo 1 e ilustradas no gráfico 7. Destes 94 projetos, a carteira oficial da IIRSA lançada em 2016 aponta que 29 estavam em fase de pré-execução (14 perfil e 15 pré-execução), 37 estavam em execução e 28 já teriam sido concluídos. O documento ainda indica que entre a totalidade dos projetos, 82 estariam inseridos no setor de transportes (aéreo 2, rodoviário 40, ferroviário 20, fluvial 10, marítimo 6, postos de fronteira 4), 10 no setor de energia (5 em geração e outros 5 em interconexão energética) e apenas 2 estariam vinculados ao setor de comunicação.

Gráfico 7 - Demonstrativo obras IIRSA no Brasil 2016



Fonte: Carteira de Projetos IIRSA 2016. Elaboração própria.

No entanto, a IIRSA não foi a única “frente” de promoção de obras de infraestrutura no Brasil. Para além dos 94 projetos no território brasileiro, que

somam 97,1148 bilhões de dólares, os governos “neodesenvolvimentistas” também operaram importantes programas de caráter nacional para a promoção de infraestrutura.

### 3.4 PROGRAMAS DE ACELERAÇÃO AO CRESCIMENTO (PAC I e II)

Os governos “neodesenvolvimentistas” não limitaram seus esforços de promoção de obras de infraestrutura apenas na esfera regional. Para além do seu compromisso com, e posterior impulso à, a IIRSA o governo “neodesenvolvimentista” brasileiro lançou em 28 de janeiro de 2007, por meio do decreto de número 6.025, o Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC), um programa recheado de

medidas de estímulo ao capital privado, [medidas de] ampliação dos investimentos públicos em infra-estrutura e [medidas] voltadas à melhoria da qualidade do gasto público e ao controle da expansão dos gastos correntes no âmbito da Administração Pública Federal. (Decreto nº 6.025, 2007)

Lançado apenas 4 semanas após o início do segundo mandato de Lula, o PAC desempenhou o papel de principal instrumento de política econômica elaborado pelos governos “neodesenvolvimentistas”. Na ocasião do seu lançamento, ao lado de Dilma Rousseff, que ocupava o cargo de Ministra Chefe da Casa Civil, Lula expôs o programa que constituiu

a contribuição brasileira para uma estratégia comum para a América Latina que reunida na IIRSA, representa a opção por um processo de expansão e modernização econômica para uma integração completa do continente à economia global. (CHAGAS; CARVALHO; MARQUESAN, 2015, p. 271)

Pressionado pela burguesia nacional, insatisfeita com os tímidos índices de crescimento econômico do país, e em busca de “enfrentar o estrangulamento na infraestrutura econômica na área de energia, transporte e portos e incentivar a iniciativa privada a sair da especulação financeira e realizar investimentos

produtivos” (SAMPAIO, JR, 2017, p. 87), o Estado “neodesenvolvimentista” firmou um compromisso com o crescimento econômico através da elaboração de um programa de ação com duração de 4 anos que segundo Raul Zibechi (2012) somava cerca de 23% do PIB brasileiro.

Para alcançar objetivos tão ambiciosos, para além do astronômico investimento estimado, o PAC contava com um pacote de medidas administrativas, legislativas e instrumentos para promover a elevação da oferta de crédito e redução de juros, a melhoria do ambiente de investimentos, a implementação de medidas fiscais de longo prazo, criação de regimes tributários especiais, a reestruturação de marcos legais, a simplificação e desburocratização de procedimentos ligados ao licenciamento ambiental e, sobretudo, o investimento em infraestrutura.

Segundo Jardim e Silva, concretamente as ações do PAC foram sustentadas a partir das seguintes estratégias: [i] um maciço investimento em obras de infraestrutura financiadas preponderantemente por empresas estatais e bancos públicos; [ii] um arranjo institucional composto por incentivos tributários e financeiros ao setor privado; e [iii] um compromisso com a política fiscal e monetária até 2010. (2015)

O investimento em infraestrutura aparecia como o carro chefe do seu plano de ação. Junto a larga lista de medidas de reestruturação aglutinadas no programa, foram elencadas em seu interior uma variedade de obras, distribuídas entre os eixos de (i) logística, (ii) energia e (iii) infraestrutura social e urbana, apontadas como essenciais para o desenvolvimento de cadeias produtivas locais.

A seleção das obras que compõem o programa que recorre à antiga tradição de planos de desenvolvimento herdada desde a formulação do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) lançado no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), é feita nas esferas municipal, estadual e federal. Tanto os órgãos municipais, estaduais e federais responsáveis submetem suas propostas de projetos para compor a cartilha de obras do PAC e gozar de seu financiamento. Todas as propostas elencadas são aglutinadas e enviadas ao Comitê de Gestão do PAC (CGPAC)

O CGPAC, é formado por Ministros da Casa Civil, do Planejamento e da Fazenda, coordena institucionalmente o programa e “em parceria com consultorias contratadas” (JARDIM; SILVA, 2015, p. 64) avalia a viabilidade dos projetos enviados. Ademais do órgão de coordenação, o PAC conta com um Grupo Executivo (GEPAC) e uma Secretaria Executiva (SEPAC).

O GEPAC é composto

pela subchefia de Articulação e Monitoramento ([da] Casa Civil), Secretaria de Orçamento Federal e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos ([do Ministério do] Planejamento), além da Secretaria Nacional do Tesouro ([do Ministério da] Fazenda). (JARDIM; SILVA, 2015, p. 64)

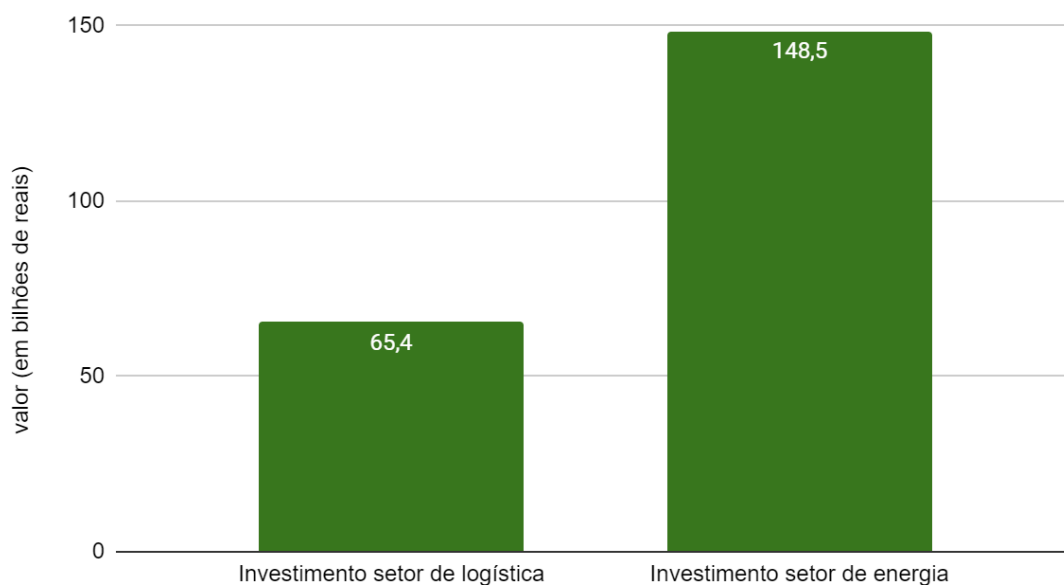
O órgão é responsável pelo estabelecimento de metas, fiscalização, acompanhamento, monitoramento e classificação das ações em curso. A SEPAC, por sua vez, atua mais próxima às secretarias específicas dos Ministérios no acompanhamento da execução dos projetos do programa.

No quadriênio de 2007-2010, o bloco de projetos aprovados e acompanhados pela estrutura organizacional do PAC contou, segundo o 11º Balanço completo do PAC (2007-2010) com um total de 657,4 bilhões de reais em investimentos estimados provenientes de empresas privadas, fundos do mercado financeiro, mas, sobretudo, de fundos de pensão, empresas estatais, do orçamento fiscal da União e da Seguridade.

Apenas o eixo da logística - que engloba a construção e recuperação de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias -, e energia - que, por sua vez, corresponde a geração e transmissão elétrica, combustíveis fósseis e renováveis -, absorveram, segundo o 11º Balanço completo do PAC, cerca de 213,9 bilhões de reais, como demonstra o gráfico a seguir.

Gráfico 8 - Investimentos previstos PAC I (2007-2010) em Logística e Energia

## Investimentos PAC (2007-2010) em logística e Energia.



Fonte: 11º Balanço Completo PAC (2007-2011). Elaboração Própria.

Todo esse investimento, que representa cerca de 6% do PIB registrado em 2010, foi empregado na construção e adequação de 11.493 quilômetros de rodovias (5.116 ainda em andamento na ocasião do lançamento do último balanço geral), 4.666 quilômetros de ferrovias (3.757 ainda em andamento na ocasião do lançamento do último balanço geral), realização de 14 empreendimentos portuários e 27 aeroportuários (15 ainda em execução na ocasião de lançamento do último balanço geral), construção e ampliação de 38 terminais em hidrovias (28 ainda em execução), construção de 26 usinas hidrelétricas, 62 pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), 57 usinas termelétricas (UTES), 35 usinas eólicas (UEEs), 40 linhas de transmissão e 7 subestações de energia que alcançam 9.139 quilômetros, 16 empreendimentos em refino e petroquímica, 12 plataformas de exploração de combustíveis fósseis, 3.776 quilômetros de gasoduto, perfuração de 629 poços exploratórios de petróleo e gás, como pode-se constatar na tabela a seguir.

Tabela 8 - Levantamento obras nos setores de logística e energia PAC 1

Obras	Concluídos	Em andamento
Rodovias	6.377 kms	5.116 kms
Ferrovias	909 kms	3.757 kms
Empreendimentos portuários	14	-
Empreendimentos aeroportuários	12	15
Terminais em hidrovias	10	28
Geração de energia	10.851 MW	15.274 MW
UHEs	16	11
PCHs	62	5
UTES	57	31
UEEs	35	11
Linhas de transmissão de energia	40	24
Subestações de energia	7	14
Interconexão energética	9.139 kms	5.491 kms
Empreendimentos em refino e petroquímica	16	-
Poços exploratórios de combustíveis fósseis	629	-
Plataformas de exploração de combustíveis fósseis	12	-
Gasodutos	3.776 kms	194 kms

Fonte: 11º Balanço completo PAC (2007-2010). Elaboração própria.

Extremamente custosas, as obras da cartilha do PAC só puderam ser materializadas através da intensa participação dos fundos de pensão e das instituições financeiras públicas. Como argumentam Jardim e Silva (2012), os fundos de pensão representaram um importante instrumento do governo para impulsionar os recursos. No entanto, como apontam os autores, apesar do peso dos fundos de pensão na oferta de investimentos, os grandes financiadores do PAC são as instituições financeiras públicas, sobretudo o BNDES.

Comprometido com a manutenção da macroeconomia neoliberal e com o Superávit primário, em meio a crise mundial de 2008 e a interrupção dos fluxos de capital para as atividades de maiores riscos ou de prazos de retorno mais longos, o governo Lula operou uma expressiva captação de recursos através da

emissão e venda de títulos da dívida pública. Assim, sem causar qualquer grande distúrbio ao mercado financeiro, o governo “neodesenvolvimentista” buscou driblar o estrangulamento de créditos ao capital produtivo e infraestrutura através do repasse desses recursos captados pelo Tesouro Nacional, sob a forma de financiamento, por meio de instituições financeiras públicas como o BNDES.

Todo esse investimento público propiciado pela utilização dos fundos de pensão, emissão e venda de títulos da dívida pública, e acúmulo de capitais, produto da elevação do preço das *commodities* primárias, tinha como objetivo oportunizar um modelo de desenvolvimento que desonera e favorece os grandes conglomerados econômicos.

Cada nova estrada construída carrega um rastro de destruição ambiental, proporciona acesso facilitado a terrenos com “potencial produtivo” inexplorado e diminui o tempo de transporte/produção de mercadorias impulsionando a penetração e/ou a acumulação do capital. Seguindo a mesma lógica, cada MW produzido, dos 10.851 que entraram no parque gerador brasileiro, a partir das obras do PAC I, possibilita a exploração das riquezas naturais existentes. A oferta abundante de energia elétrica viabiliza o emprego de tecnologias avançadas que aceleram o ritmo de produção, subtrai parte do valor das mercadorias e confere maior competitividade no mercado.

Nesse sentido, como a IIRSA, as obras do PAC, sobretudo no setor de logística e energia, têm como finalidade última promover o crescimento econômico, a acumulação capitalista e “ratificar a inclusão do Brasil na geografia econômica desenhada pelo imperialismo” (CHAGAS; CARVALHO; MARQUESAN, 2015, p. 283).

O governo Lula chegou ao fim junto à conclusão do programa. A eleição da sua sucessora Dilma Rousseff, no entanto, não marcou o fim do padrão de acumulação que “aposta no aprofundamento do desenvolvimento voltado para fora, sob a liderança das grandes corporações multinacionais, com participação coadjuvante dos segmentos empresariais nacionais vinculados ao [agronegócio]” (SAMPAIO JR, 2017, p.88). No último ano da administração de Lula, em 29 de março de 2010, o presidente anunciou o lançamento do segundo programa de aceleração ao crescimento levado a cabo com grande



compromisso posteriormente por Dilma Rousseff, ou como em mais de uma ocasião chamou Lula, “a mãe do PAC”.

Os critérios do PAC 2 eram, conforme aponta Zibechi (2012) muito similares aos do PAC 1, no entanto, a segunda versão do programa contou com um aporte de investimentos estimados 72% maior, alcançando um total de 1,59 trilhão de reais.

Segundo o 11º Balanço do PAC 2 (2011-2014), e como demonstra a tabela 9, dentre estes impressionantes 1,59 trilhão de reais, 320,2 bilhões de reais foram destinados ao custeio das obras inseridas no setor de logística e energia. Todo esse investimento foi aplicado na construção e adequação de 12.102 quilômetros de rodovias (7.002 ainda em execução na ocasião do lançamento do último balanço geral), 3.765 quilômetros de ferrovias (2.677 ainda em andamento na ocasião do último balanço geral), realização de 30 empreendimentos portuários e 37 aeroportuários, construção e ampliação de 19 terminais em hidrovias, construção de 22 UHEs (8 ainda em andamento na ocasião do lançamento do último balanço geral), 13 PCHs (4 ainda em execução na ocasião do lançamento do último balanço geral), 49 UEEs (3 ainda em andamento na ocasião do lançamento do último balanço geral), 51 linhas de transmissão de energia elétrica e 7 subestações de energia, que alcançaram 15.312 quilômetros de extensão, 21 empreendimentos em refino e petroquímica, 17 plataformas de exploração de combustíveis fósseis e na perfuração de 448 poços exploratórios de petróleo e gás natural (76 ainda em andamento na ocasião do lançamento do último balanço geral), 174 em mar e 198 em terra.

Tabela 9 - Levantamento obras nos setores de logística e energia PAC 2

Obras	Concluídos	Em andamento
Rodovias	5.100 kms	7.002 kms
Ferrovias	1088 kms	2.677 kms
Empreendimentos portuários	30	-
Empreendimentos aeroportuários	37	15
Terminais em hidrovias	19	28
Geração de energia	15.908 MW	23.239 MW
UHEs	14	8
PCHs	9	4
UTES	46	3
UEEs	108	89
Linhas de transmissão de energia	51	-
Subestações de energia	52	-
Interconexão energética	15.312 kms	-
Empreendimentos em refino e petroquímica	21	-
Poços exploratórios de combustíveis fósseis	448	-
Plataformas de exploração de combustíveis fósseis	17	-

Fonte: 11º Balanço completo PAC 2 (2011-2014). Elaboração própria.

O PAC 2, assim como seu antecessor, não constituía apenas um plano de ação para a construção de obras de infraestrutura. O conteúdo do plano vai muito além da promoção de infraestrutura, encaminhando uma série de alterações legais, políticas de isenções tributárias para determinados setores produtivos, políticas de ampliação e simplificação da oferta de crédito e financiamento, e regimes de tributação especiais. A lista de medidas para melhorar o ambiente de negócios não é curta. No entanto, sem tocar no núcleo duro da política econômica brasileira, as suas medidas que “apenas procura[va]m complementar a administração macroeconômica convencional com um arremedo de política industrial [não conformaram mais que] uma verdadeira caricatura de planejamento estatal.” (SAMPAIO JR, 2017, p.88)

Atravancado pela submissão à macroeconomia neoliberal e destituído dos tradicionais mecanismos financeiros para impulsionar o desenvolvimento, o

governo “neodesenvolvimentista” seguiu apostando na dupla fundos de pensão e BNDES para financiar as obras de infraestrutura dispostas no PAC 2.

Emprestando a uma taxa mais baixa à que capturava recursos, o Estado mobilizou volumosos recursos para viabilizar a execução do projeto. Através de empréstimos via BNDES, o Estado brasileiro operou uma transformação do território brasileiro na busca por impulsionar os setores produtivos de maior destaque no mercado. Para ilustrar a magnitude dos investimentos, apenas em 2011, o BNDES, grande financiador do PAC, desembolsou cerca de 138,9 bilhões de reais.

Transformado em alavanca para o desenvolvimento, os investimentos do BNDES cresceram cerca de 470% na primeira década do século XXI (ZIBECHI, 2012). Grande parte dos aportes do banco foram destinados ao financiamento de obras de interesse dos, ou dos próprios, conglomerados nacionais que conformam os setores chaves da economia. Objetivamente, as novas linhas e instrumentos de crédito arquitetadas pelos governos “neodesenvolvimentistas” buscavam “financiar e fortalecer grandes grupos econômicos” (ZIBECHI, 2012, p. 159), as chamadas “campeãs nacionais”, para torná-las cada vez mais competitivas no interior da nova ordem econômica mundial.

Alcançando o título de maior banco de fomento do mundo durante a administração “neodesenvolvimentista”, o BNDES não viabilizou apenas a construção de infraestrutura. Mais do que isso, os crescentes aportes do banco destinados ao financiamento dos projetos aglutinados no PAC promoveram a reprodução do grande capital nacional e internacional, reforçaram a aposta num desenvolvimento voltado para fora, fomentaram o avanço da fronteira extrativista, impulsionaram as dinâmicas da acumulação primitiva no território e cravaram cada vez mais fundo os signos da dependência e do subdesenvolvimento no Brasil.

Expressão nacional na IIRSA (LEHER, 2007), o PAC concebe “o investimento em infraestrutura como o elemento catalisador do crescimento e desenvolvimento econômico” (CHAGAS; CARVALHO; MARQUESAN, 2015, p.283). A sua extensa carteira de obras está estratégica e intimamente ligada às obras da IIRSA e juntas traçam novos contornos à geografia do continente cravando corredores bioceânicos que atravessam florestas, montanhas, altiplanos,

desertos, planícies e etc., desviando cursos de rios e inundando áreas de extrema vulnerabilidade social e ambiental para a instalação de gigantescas usinas hidrelétricas.

A análise da carteira de projetos da IIRSA e do PAC I e II evidencia uma lógica idêntica e um enorme grau de complementaridade entre seus projetos. Em alguns casos ainda, extrapola-se tal complementaridade e os projetos se repetem em meio às demais obras inscritas na iniciativa de caráter regional e nos programas nacionais. As usinas hidrelétricas de Santo Antônio e a do Jirau, ambas imbricadas no sistema do rio Madeira, na região norte do Brasil, são dois grandes, e custosos, dos pontos de vista econômico, social e ambiental, de projetos que figuram em simultaneidade entre a IIRSA e o PAC.

As extravagantes usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio constituem parte do projeto arquitetado pelo governo brasileiro de construção de um complexo hidrelétrico que contempla a construção de quatro represas de geração de energia nas águas do rio Madeira, principal afluente do rio Amazonas.

Suas turbinas, de acordo com os relatórios oficiais do Estado, ao receber as abundantes águas de um dos 20 rios mais extensos do mundo, promoveriam a entrada de cerca de 6.500 MW no parque gerador brasileiro, essenciais para o desenvolvimento dos setores extrativistas que exploram intensivamente a região norte e centro-oeste.

As Usinas de Jirau e de Santo Antônio são parte da ofensiva sobre os rios amazônicos retomada pela gestão “neodesenvolvimentista”. Com orçamentos gigantescos, financiamento público, e enormes custos sociais e ambientais, as duas hidrelétricas, classificadas como prioritárias tanto na IIRSA quanto no PAC, são parte de uma estratégia de desenvolvimento que converte a natureza em valores de troca e o território em uma plataforma para a exploração e deslocamento de mercadorias (ZIBECHI, 2012) a troco da elevação constante dos indicadores do PIB.

Jirau e Santo Antônio não são meras intervenções isoladas no espaço geográfico brasileiro. Como bem aponta Zibechi, “não existem iniciativas isoladas” (2012, p. 224) na IIRSA ou no PAC. Ambas iniciativas, nacional e regional têm construído “verdadeiros complexos que incluem conjuntos de obras

inter-relacionadas” (ZIBECHI, 2012, p.224) que não conhecem fronteiras, carregam um sentido depredador, possui um sentido imperialista e é desenhado por e para o grande capital.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente a América Latina sofre com os violentos processos e dinâmicas extra econômicas da acumulação primitiva. O modo de produção capitalista irrompe das entranhas do feudalismo e se torna mundial através da utilização de toda violência com que pôde contar. Todo progresso que este indiscutivelmente gerou, foi acompanhado de saque, exploração, escravidão, violência e morte, sobretudo nos territórios mais distantes dos nascentes centros industriais europeus.

Desde a alvorada do modo de produção capitalista, o sangue suor e as lágrimas dos membros das comunidades originárias da América Latina e dos homens e mulheres brutalmente arrancados do continente africano e transformados em escravos se misturam e formam um dos combustíveis fundamentais para alimentar as burguesas máquinas do progresso e criar as condições necessárias para a reprodução ampliada de capital.

Anteriores às dinâmicas de exploração relacionadas à reprodução ampliada do capital na América Latina, os processos extra econômicos da acumulação primitiva seguem irrefreáveis e operantes na região como um rio de águas perenes. O posterior desenvolvimento das relações de exploração relacionadas à reprodução ampliada do capital não interrompeu ou inviabilizou o saqueio, a violência, a escravidão e a exploração nos territórios latino-americanos. Nestes rincões a coexistência das duas dinâmicas de acumulação, primitiva e reprodução ampliada do capital, deram à luz um modo de reprodução do capital particular a América Latina, estruturalmente dependente das dinâmicas do capitalismo central.

A partir da década de 1970 todos os países da América Latina, dependentes e estruturalmente subordinados aos principais centros capitalistas mundiais, em face do aprofundamento das contradições do modo de produção do capital, passaram - é certo que em diferentes graus - por um processo de acentuação das suas dinâmicas de acumulação primitiva (ou por despossessão) e de exploração do trabalho.

As ditaduras militares que irromperam progressivamente e de maneira generalizada por toda a América Latina transformaram o continente em um grande laboratório de testes do neoliberalismo. Tomando para si o poder dos Estados, os militares latino-americanos, apoiados ora de maneira velada e ora de maneira explícita pelos Estados Unidos da América, “colocaram fim a industrialização por substituição de importações e à estratégia de desenvolvimento de um mercado interno” (ALVARÉZ, 2017, p.31).

Recebendo instruções diretamente de Washington e das mais “prestigiadas” instituições financeiras internacionais, os governos ditatoriais latino-americanos redefiniram a posição ocupada pelas economias dos países da região na Divisão Internacional do Trabalho e desenharam uma nova estratégia de desenvolvimento repleta de políticas de desregulamentação econômica e marcada por uma oblíqua abertura comercial e financeira. (ALVAREZ, 2017)

As densas nuvens da crise estrutural que ocultavam o dourado efêmero dos anos de crescimento e desenvolvimento da economia capitalista no período posterior à 2ª Guerra Mundial, preencheram os céus que se erguem sobre terra e mar em todo o globo. Sobre a vastidão de terras que compõe a América Latina, as metafóricas nuvens da tempestade, usadas por Mészáros para se referir à crise estrutural, provocaram uma “importante transformação no modo de acumulação [do capital] e conseqüentemente no mundo do trabalho, ferozmente atingido pelas medidas econômicas e repressivas.” (ALVARÉZ, 2017, p. 31)

Alinhadas as mais íntimas necessidades dos países de capitalismo central, as políticas neoliberais implementadas na região, sobretudo a partir da década de 1980 e 1990, ditaram os novos rumos para o desenvolvimento e as novas atribuições desempenhadas pelas economias latino-americanas na complexa trama de relações econômicas do mercado internacional.

A impertinente e inevitável queda da taxa de juros que perturba a espiral crescente e constante de reprodução do capital e atormenta as suas personificações inaugurou na América Latina um período de grande aprofundamento das dinâmicas de exploração na região. Extremamente hábeis em exportar suas crises, buscando costurar “soluções” – ainda que incompletas e dotadas de irracionalidade destrutiva –, em busca de extrair a máxima porção

de valores e alcançar a máxima lucratividade, as grandes potências econômicas capitalistas impuseram aos dependentes países latino-americanos, um grande reordenamento político, produtivo e territorial.

Possuidora de economias condicionadas e organizadas pelas necessidades das economias das grandes potências capitalistas, a América Latina viu ruir o paradigma industrialista que, com diversos graus e modalidades de integração nacional nos diferentes países, orientava e dava direção às estratégias de desenvolvimento nacionais. Anacrônico, o paradigma foi substituído por um modelo de desenvolvimento econômico extrativista e predador baseado, sobretudo, na produção de mercadorias primárias consideradas estratégicas para os grandes conglomerados internacionais.

Como aponta Álvaro Álvarez (2017), a crise estrutural do capital e suas novas dinâmicas, aceleram e aprofundam a superexploração da força de trabalho latino-americana, bem como os processos extra econômicos predatórios e violentos como a mercantilização dos saberes das comunidades originárias e camponesas, o saque e a exploração de terras, bens ambientais e da biodiversidade e a progressiva transformação da região em provedora de recursos naturais estratégicos para a realização global do capital.

Ainda segundo o autor, a consagração do continente como plataforma de produção e exportação de recursos naturais estratégicos para a acumulação capitalista depende, entretanto, de algumas condicionalidades, como alterações legais para garantir melhores condições de lucratividade aos grandes conglomerados transnacionais, investimentos em geração de energia para abastecer o motor do extrativismo e construção de uma extensa infraestrutura em transportes e comunicações.

Todas essas condicionalidades levantadas por Alvaréz, indispensáveis para a realização espiral de acumulação do capital, que cada vez mais se sustenta a partir da superexploração da força de trabalho e de processos extra econômicos, estão aglutinadas no plano de ação da IIRSA/COSIPLAN, aparecem como prioridades nos planos de governo “neodesenvolvimentistas” e constituem elementos centrais nos programas de aceleração ao crescimento lançados no Brasil em 2007 e 2010.



No centro da estratégia de desenvolvimento escolhida pelos governos “progressistas” do PT, aglutinados nas cartilhas de projetos da IIRSA e do PAC I e II, os megaprojetos de infraestrutura têm o propósito de reconfigurar a geografia do continente em função dos fluxos comerciais existentes e potenciais.

O governo “neodesenvolvimentista” brasileiro, através de fartos investimentos públicos destinados ao financiamento das obras da IIRSA/COSIPLAN e dos PAC I e II, buscaram promover o avanço da fronteira extrativista no território e a mercantilização dos saberes tradicionais, das terras e da biodiversidade, desonerar o capital de expressiva porção dos ônus referente ao processo produtivo, sobretudo dos setores extrativistas, impulsionar o setor da construção civil, deslocar temporalmente as contradições que impedem a reprodução ampliada do capital e garantir a sua irrefreável reprodução.

As dinâmicas impulsionadas por esses dois megaprojetos, bem como as suas próprias obras, gravaram gigantescas cicatrizes na classe trabalhadora e no território latino-americano. A visão utilitarista compartilhada pela IIRSA e pelo PAC transforma tudo, mas sobretudo a natureza e seus habitantes, ora em mercadoria, ora em obstáculos à reprodução ampliada do capital.

Pelos novos trechos de estradas, ferrovias, pontes e hidrovias fluem toda modalidade de veículos de carga carregados de riquezas naturais latino-americanas que promovem a acumulação de capital dos grandes conglomerados na mesma proporção que impulsionam o saque, o desmatamento, concentração de terras, a violência, os conflitos rurais, a pobreza, a desigualdade social, a dependência, a vulnerabilidade econômica e o subdesenvolvimento.

Uma análise dos índices e marcadores sociais de 2016, último ano da gestão petista, demonstra a ineficiência do modelo de desenvolvimento adotado durante esses governos.

Apenas nas regiões que compreendem a Amazônia Legal, o desmatamento cresceu cerca de 30% em relação ao ano anterior e atingiu o pior resultado desde o ano de 2008 segundo dados do PRODES e do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. Somente entre agosto de 2015 e julho de 2016 cerca de 7.989 km<sup>2</sup> de floresta amazônica foram derrubados. Cifra bastante elevada e alarmante, no entanto, substancialmente menor que a impressionante

média 11.542 km<sup>2</sup> de florestas derrubados durante os quase completos 14 anos de gestão do PT.

O número de conflitos por terra também expressou aumento acompanhando a elevação dos índices de desmatamento na Amazônia Legal. Segundo o levantamento “Conflitos no Campo Brasil 2016”, realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), a quantidade de conflitos por terra chegou à marca de 1.295 em 2016 (uma média de 3,8 conflitos diários), 30% a mais do que a quantidade registrada em 2015. O relatório aponta também o crescimento exponencial dos marcadores referentes à expulsão de famílias de assentamentos. Segundo os dados reunidos pela Comissão, 2.639 famílias foram expulsas de assentamentos em 2016, registrando um crescimento de 232% em relação ao ano anterior. Vale destacar ainda o levantamento realizado pela Comissão sobre a violência ligada aos conflitos por terra no Brasil em 2016. Somente neste ano as agressões tiveram uma alta de 205%, ameaças de morte sofreram um aumento de 39% e os assassinatos registraram uma elevação de 22% em relação ao ano de 2015.

O ano de 2016 também ficou marcado pelas constantes invasões e devastações das terras indígenas. De acordo com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), no total, foram registrados 59 casos de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio. A quantidade de assassinatos de indígenas referentes à conflitos de terra não pode ser apontada com clareza devido à ausência de detalhamento das informações oficiais dos canais do Estado a respeito das causas de algumas das mortes.

No entanto destaca-se entre as tragédias ocorridas em 2016 o assassinato de Clodiodi Aquileu Rodrigues de Souza que ocorreu, segundo o relatório “Violência contra os povos indígenas no Brasil. Dados de 2016” publicado pelo CIMI, em meio a um bárbaro ataque contra a comunidade *Tey i Kue*, do povo Guarani-Kaiowá, no Mato Grosso do Sul e que deixou outras seis pessoas feridas, entre elas uma criança de 12 anos.

Junto aos dados de desmatamento e conflitos por terra, a concentração de terras observada em 2016 da mesma forma impressiona. Segundo o relatório 'Terrenos da desigualdade: terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural'

publicado pela Organização não governamental (ONG) britânica Oxfam em dezembro de 2016, 45% de toda a área rural brasileira pertencia a 0,91% das propriedades do país.

Os índices sociais e econômicos também não foram positivos. A taxa de desemprego disparou em 2016 e atingiu a taxa média de 11,5%. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) realizada pelo IBGE, a média de desempregados passou de 8,6 milhões em 2015 para 11,8 milhões em 2016. Segundo a mesma pesquisa, o número de empregados com carteira assinada no setor privado demonstrou uma queda de 3,9%, indicando ainda uma precarização das condições de trabalho. Relacionado à elevação da taxa de desemprego, desenrolou-se no Brasil, em 2016, uma queda de 3,8% em relação à 2015 no consumo das famílias, registrada pelo IBGE. Ainda assim, a despeito da queda do consumo, o número de famílias endividadas permaneceu alto no Brasil em 2016, cerca de 58,7% segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) Anual da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Quanto ao processo de reprimarização econômica em curso, os dados oficiais da Confederação Nacional da Indústria (CNI) em parceria com o IBGE, demonstram que entre 2006 e 2016 a indústria brasileira perdeu cerca de 6,5% de participação no PIB. Vale destacar ainda que a indústria de transformação, neste período de uma década, perdeu 4,7% de participação no total do PIB e registrou em 2016 a marca de apenas 11,9% do total do PIB brasileiro.

Junto ao processo de reprimarização econômica observou-se em 2016 uma queda nas exportações. As exportações brasileiras caíram 3,10%, depois de uma longa sequência de quedas, como demonstra a Tabela 10, a seguir. Entre os produtos presentes na pauta exportadora brasileira, seguem, segundo o Boletim Anual do Comércio Exterior divulgado pelo SEBRAE, liderando o ranking a soja, os minérios de ferro e os óleos brutos de petróleo.

Tabela 10 - Exportações Brasileiras de 2003 - 2016

Ano	Valor FOB (US\$)	Variação (%)
2003	7297502 7454	-
2004	9633218 4410 %	32,00
2005	1186928 56544 %	23,21
2006	1377080 96759 %	16,00
2007	1605218 82755 %	16,56
2008	1977788 58085 %	23,20
2009	1529105 80383	- 29,34%
2010	2017883 37035 %	24,22
2011	2559363 06857 %	21,15
2012	2422773 07190	- 5,63%
2013	2419675 61759	- 0,12%
2014	2249744 01228	- 7,50%
2015	1909710 87339	- 17,80%
2016	1852321 16301	- 3,10%

Fonte: Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços.

Quanto ao envio de remessas de lucros e dividendos, entre agosto de 2015 e agosto de 2016, segundo dados do Banco Central do Brasil (BCB), através das multinacionais estrangeiras instaladas no país cerca de 14,305 bilhões de dólares foram enviados ao exterior. Número expressivamente maior que os 4,633 bilhões de dólares remetidos no mesmo período ao Brasil na forma de lucros e dividendos.

Todos estes dados elencados nesta breve seção conclusiva do trabalho demonstram que os as medidas e megaprojetos contidos no PAC I e II e na IIRSA/COSIPLAN impulsionados e financiados pelo Estado brasileiro não promoveram, como propunham, um desenvolvimento sustentável e autônomo. Nenhuma das iniciativas promovidas com tamanha obstinação pelos governos “neodesenvolvimentistas” pôde diminuir a vulnerabilidade e a dependência econômica brasileira.

Apesar de serem apresentados como projetos de cunho anti-neoliberais, o PAC e a IIRSA buscam, a partir da construção de megaprojetos infraestruturais, atender as necessidades de acumulação dos grandes conglomerados monopolistas e cimentar a condição dependente do país aprofundando a superexploração da classe trabalhadora.

Isto é, por debaixo do verniz retórico anti-imperialista que receberam, a IIRSA e o PAC podem ser vistos como realmente são: expressões e mecanismos, bastante complexos de deslocamento das contradições do capital.

A execução do conjunto de obras e alterações legais aglutinadas nos projetos buscam adiar a ação deletéria da queda tendencial da taxa de lucro sobre a economia capitalista. Através do empenho de imensas quantidades de recursos públicos, o Estado brasileiro seguiu desempenhando a sua função mais essencial de salvaguardar o sistema social do capital. Muito mais que promover integração ou crescimento equitativo, o Estado, através das iniciativas, buscou atuar sobre a falta de unidade entre produção e consumo e produção e circulação.

Para isso promoveu um dispendioso esforço de afirmação ideológica de um modelo de desenvolvimento extrativista, predador, que permanentemente confunde desenvolvimento com mercantilização de riquezas naturais e consumo. Buscou garantir irrestringibilidade às unidades produtivas nacionais e transnacionais instaladas no território, através da alteração de códigos e da promoção direta de infraestrutura física, viabilizar uma exploração mais eficiente em todo território, desonerar o capital, aprofundar as fronteiras extrativistas e garantir uma oferta crescente de riquezas naturais estratégicas. Não é possível deixar de lado, também, o apoio do Estado brasileiro à expansão dos setores

ligados ao agronegócio e a construção civil, em toda a região austral do continente.

Assim como na IIRSA, sua “variante regional”, o PAC não possui em sua essência nenhum mecanismo, projeto ou política anti-imperialista. Muito pelo contrário, seguindo uma lógica quase idêntica, esses dois megaprojetos têm seus fins e meios em completa conformidade com os parâmetros do padrão de acumulação monopólica global e configuram mais um instrumento de aprofundamento da dominação imperialista sobre a América Latina.

A integração regional impulsionada nacional e regionalmente pelos governos “progressistas” do PT, estreitamente comprometidos com a reprodução do capital, mal consegue “dissimula[r] a subserviência aos cânones da ordem global e as exigências do imperialismo.” (SAMPAIO, JR., 2017, p. 146) Sob esta perspectiva,

confunde-se interconexão com integração; crescimento com desenvolvimento; interesses oligopólios com interesse nacional; diplomacia empresarial com cooperação sul-sul e a internacionalização de negócios brasileiros com integração pós-neoliberal. (SANTOS, 2016, p.73-4)

A queda dos índices econômicos e sociais observados em 2016 demonstra a incapacidade de se alcançar um desenvolvimento sustentado, livre das flutuações da economia mundial, que desde de 1970 experimenta um contexto de crise estrutural. Os governos chamados “neodesenvolvimentistas” apostaram num modelo de desenvolvimento que apenas pôde demonstrar resultados positivos enquanto o mercado internacional sinalizava uma grande demanda por *commodities* primárias. A longo prazo, entretanto, a aposta estratégica do Estado de apoio aos setores do agronegócio e das atividades extrativistas conformou uma situação ainda mais difícil para a classe trabalhadora brasileira.

A nova amplitude do financiamento e do apoio do Estado a esses setores aprofundou a dependência, o processo de reprimarização econômica, dando impulso ao processo de reversão neocolonial que se desenrola nos países latino-americanos desde a década de 1980. Depois de equacionar os resultados econômicos publicados pelas instituições econômicas oficiais, seguimos com um

saldo "vermelho". Vermelho que ultrapassa a esfera da contabilidade nacional, vermelho também das labaredas que alimentam as queimadas criminosas em nossas florestas e vermelho de sangue dos homens e mulheres que perderam suas vidas quando se transformaram em obstáculos à acumulação irrefreável do capital.

Em suma, a realização das obras do pacote da IIRSA e do PAC I e II consagra a região como terreno para a exploração de *commodities*, aprofunda um processo de reversão neocolonial, escancara o continente para o avanço do capital, viabiliza processos de saqueio e constante expropriação de comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhos e promovem a acumulação dos grandes monopólios imperialistas em tempos de crise.

Em crise o capital se farta cada vez mais com a tragédia. As dinâmicas aprofundadas pela crise estrutural do modo de produção vigente têm conformado um horizonte trágico marcado por uma exploração cada vez mais intensa da classe trabalhadora, pelo despojo, marginalização e extermínio dos povos originários, quilombolas e ribeirinhos, pela mercantilização de todas as riquezas naturais, inclusive as mais essenciais, pela intensificação das dinâmicas imperialistas e da subjugação do trabalho pelo capital.

Na América Latina, assim como em todo o planeta, os Estados, sicários do capital, orquestram a tragédia. Advogados do progresso, os governos progressistas latino-americanos, sobretudo, como procura evidenciar este trabalho, o brasileiro, financiam e celebram o progresso do grande capital internacional sobre o território, enquanto ocultam o retrocesso social e ambiental geral. Ajoelham-se frente às organizações financeiras internacionais e ao grande capital monopolista e, apesar de seus novos visuais contemporâneos e progressistas, não são menos submissos, brutais e violentos do que os governos anteriores que desde a colonização imprimem com letras vermelho sangue a história do continente e de seus habitantes.

A crise estrutural tem intensificado o poder do imperialismo na América Latina. Nesse sentido a radical interpretação desse movimento concreto da crise e de suas implicações para o continente é essencial para que a classe trabalhadora, os povos originários, os quilombolas e os ribeirinhos, encontrem soluções que estejam efetivamente inscritas na realidade para, dessa forma,

traçar uma linha de ação concreta e emancipatória para enfrentar o avanço do imperialismo que traz consigo a barbárie.



## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. **Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista**. São Paulo: Elefante, 2018.

ÁLVAREZ, Álvaro. La Iniciativa para la Integración en Infraestructura Regional Suramericana. Reorganizando el saqueo del continente. In: FÉLIZ, Mariano; PINASSI, Maria Orlanda. **La Farsa Neodesarrollista y las alternativas populares en América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: Herramienta Ediciones, 2017. p. 31-46.

ANDRADE, Mariana Alves. De Marx a Mézáros: a inseparável relação entre o Estado e a reprodução do capital. In: PANIAGO, Maria Cristina Soares (org.). **Marx, Mézáros e o Estado**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. p. 11 – 28.

BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2015.

BID. **Beyond Borders: The New Regionalism in Latin America**. IDB 2002 Report. Disponível em: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=1638661>>. Acesso em: 16/05/2021.

BOITO JR, Armando. **Reforma e crise política no Brasil: Os conflitos de classe nos governos do PT**. Campinas, SP: Editora Unicamp. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

CANO, Wilson. **A desindustrialização no Brasil**. In: Econ. soc., Campinas, v. 21, n. spe, p. 831-851, Dec. 2012. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-06182012000400006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182012000400006&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 13 de maio 2021.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **A vulnerabilidade econômica do Brasil: abertura externa a partir dos anos 90**. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2005

CASTELO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. In: CASTELO, Rodrigo (org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

CECEÑA, Ana E; AGUILAR, Paula; MOTTO, Carlos. **Territorialidad de ladominación: Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA)** Buenos Aires: Observatorio Latinoamericano de Geopolítica, 2007.

CHAGAS, Priscilla Borgonhoni, CARVALHO, Cristina Amélia e MARQUESAN, Fábio Freitas Schilling. **Desenvolvimento e dependência no Brasil nas contradições do Programa de Aceleração do Crescimento**. Organizações & Sociedade [online]. 2015, v. 22, n. 73 [Acessado 9 Fevereiro 2021], pp. 269-290. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1984-9230735>>. ISSN 1984-9230. <https://doi.org/10.1590/1984-9230735>.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado** São Paulo: Ubu Editora, 2017.

COUTO, Mia. **Venenos de Deus remédios do diabo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade e do Estado**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016

FOLADORI, Guillermo; MELAZZI, Gustavo; KILPP, Renato. **A economia da sociedade capitalista e suas crises recorrentes** São Paulo: Outras Expressões, 2016.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2020.

\_\_\_\_\_. **Veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2010.

GUDYNAS, Eduardo. Alcances y contenidos de las transiciones al post-extractivismo. In: Ecuador Debate. Problemas y perspectivas del extravismo, Quito: Centro Andino de Acción Popular CAAP, (no. 82, abril 2011): pp. 61-80.

\_\_\_\_\_. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo: contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano atual. 2009. Disponível em:

<<http://www.extractivismo.com/documentos/capitulos/GudynasExtractivismoSociedadDesarrollo09.pdf>>

\_\_\_\_\_. Extractivismos: el concepto, sus expresiones y sus múltiples violencias. 2018. Revista Papeles de relaciones ecosociales y cambio global. Madrid. n.143, p. 61-70, out., 2018.

HONÓRIO, Karen dos Santos. **O significado da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) no regionalismo sul-americano (2000- 2012): um estudo sobre a iniciativa e a participação do Brasil**. Dissertação de Defesa ao Mestrado em Relações Internacionais apresentada ao Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC-SP), 2013.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência, 1973. In:TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (org.). **RUY MAURO MARINI vida e obra**. São Paulo, 2011. p. 131-172

MARQUES, Gilberto de Souza. **Amazônia: riqueza, degradação e saque**. São Paulo. Expressão Popular, 2019.

MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo “o rei da Prússia e Glosas críticas marginais ao artigo “o rei da Prússia e a reforma social” de um**

**prussiano a reforma social” de um prussiano.** São Paulo. Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. **O Capital:** crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo. Boitempo, 2014.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital.** Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MUNHOZ, Dércio Garcia. América Latina – ortodoxia econômica e dependência financeira. In: SADER, Emir (org.). **ALCA: Integração soberana ou subordinada?** São Paulo. Editora Expressão Popular, 2001. p. 81-97.

NETTO, José Paulo; Braz, Marcelo. **Economia Política. Uma introdução crítica** São Paulo. Editora Cortez, 2016.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização:** a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo, Expressão Popular, 2019

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira.** São Paulo, Editora Brasiliense, 1987

\_\_\_\_\_. **História econômica do Brasil.** São Paulo, Editora Brasiliense, 1973

QUIJANO, Aníbal. **Redefinición de la dependencia y marginalización en América Latina.** CEPAL, 1970.

SAMPAIO JR., Plínio Soares de Arruda. **Crônica de uma crise anunciada:** Crítica à economia política de Lula e Dilma. São Paulo. SG- Amarante Editorial, 2017.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **Além do PT:** A crise da esquerda brasileira em perspectiva latino-americana. São Paulo. Elefante, 2016

\_\_\_\_\_. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016).** São Paulo. Elefante, 2018.

SANTOS, Rodrigo P. Salles. **Mineração no Brasil:** um debate amplo sobre a captura das rendas minerais. Não Vale, Açailândia, p. 75 – 89, 09 jun. 2013. Acesso em: 05/02/2021.

SECCO, Lincoln. **História do PT.** Cotia, SP. Ateliê Editorial, 2018.

Teixeira, Rodrigo Alves; Pinto, Eduardo Costa. **A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico.** Economia e Sociedade [online]. 2012, v. 21, n. spe [Acessado 4 Maio 2021] , pp. 909-941. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-06182012000400009>>. Epub 23 Jan 2013. ISSN 1982-3533. <https://doi.org/10.1590/S0104-06182012000400009>.

VILLELA, A. Dos “Anos Dourados” de JK à Crise não Resolvida. In: **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

ZIBECHI, Raúl. **Brasil Potência**: Entre a integração e um novo imperialismo. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2012.

ZIBECHI, Raúl; MACHADO, Decio. **Os limites do progressismo**: Sobre a impossibilidade de mudar o mundo de cima para baixo. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017.

## DOCUMENTOS

**11º Balanço Completo do PAC - 4 anos (2007 a 2010).** Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesnacionais?ano=&keyword=2010>>. Acesso em: 22/03/2021

**11º Balanço Completo do PAC 2 - 4 anos (2011-2014).** Disponível em: <[www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesnacionais?ano=&keyword=2014](http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesnacionais?ano=&keyword=2014)>. Acesso em: 23/03/2021.

**Boletim de Comércio Exterior Período: 2012 a 2016.** Disponível em: <[https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RN/Anexos/Boletim\\_rev\\_Anual\\_de\\_Comercio\\_Exterior\\_2016\\_.pdf](https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RN/Anexos/Boletim_rev_Anual_de_Comercio_Exterior_2016_.pdf)>. Acesso em 15/06/2021.

**Cartera de Proyectos 2016. Consejo Suramericano de Infraestructura y Planeyamiento.** Disponível em: <[http://www.iirsa.org/admin\\_iirsa\\_web/uploads/documents/cartera%202016\\_web.pdf](http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/uploads/documents/cartera%202016_web.pdf)>. Acesso em: 25/10/2020

**Cartera de Proyectos 2017. Consejo Suramericano de Infraestructura y Planeyamiento.** Disponível em: <[http://www.iirsa.org/admin\\_iirsa\\_web/Uploads/Documents/CARTERA\\_DIGITAL.pdf](http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/CARTERA_DIGITAL.pdf)>. Acesso em: 25/10/2020

**Comunicado de Brasília.** Disponível em: <[http://www.iirsa.org/admin\\_iirsa\\_web/Uploads/Documents/comunicado\\_brasilia\\_esp.pdf](http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/comunicado_brasilia_esp.pdf)> . Acesso em: 20/10/2020.

**Demonstrativo anual dos Gastos Tributários 2003.** Disponível em: <<https://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/previsoes-ploa/arquivos-e-imagens/dgt-2003>>. Acesso em: 20/02/2021.

**Demonstrativo anual dos Gastos Tributários 2004.** Disponível em: <<https://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/previsoes-ploa/arquivos-e-imagens/dgt-2004>>. Acesso em: 20/02/2021.

**Demonstrativo anual dos Gastos Tributários 2005.** Disponível em: <<https://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/previsoes-ploa/arquivos-e-imagens/dgt-2005>>. Acesso em: 20/02/2021

**Demonstrativo anual dos Gastos Tributários 2006.** Disponível em: <<https://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/previsoes-ploa/arquivos-e-imagens/dgt-2006>>. Acesso em: 20/02/2021.

**Demonstrativo anual dos Gastos Tributários 2007.** Disponível em: <<https://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/previsoes-ploa/arquivos-e-imagens/dgt-2007>>. Acesso em: 20/02/2021.

**Demonstrativo anual dos Gastos Tributários 2008.** Disponível em: <https://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/previsoes-ploa/arquivos-e-imagens/dgt-2008>>. Acesso em: 20/02/2021.

**Demonstrativo anual dos Gastos Tributários 2009.** Disponível em: <https://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/previsoes-ploa/arquivos-e-imagens/dgt-2009>>. Acesso em: 20/02/2021.

**Demonstrativo anual dos Gastos Tributários 2010.** Disponível em: <https://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/previsoes-ploa/arquivos-e-imagens/dgt-2010>>. Acesso em: 20/02/2021.

**Demonstrativo anual dos Gastos Tributários 2011.** Disponível em: <https://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/previsoes-ploa/arquivos-e-imagens/dgt-2011>>. Acesso em: 20/02/2021.

**Demonstrativo anual dos Gastos Tributários 2012.** Disponível em: <https://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/previsoes-ploa/arquivos-e-imagens/dgt-2012>>. Acesso em: 20/02/2021.

**Demonstrativo anual dos Gastos Tributários 2013.** Disponível em: <https://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/previsoes-ploa/arquivos-e-imagens/dgt-2013>>. Acesso em: 20/02/2021.

**Demonstrativo anual dos Gastos Tributários 2014.** Disponível em: <https://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/previsoes-ploa/arquivos-e-imagens/dgt-2014>>. Acesso em: 20/02/2021.

**Demonstrativo anual dos Gastos Tributários 2015.** Disponível em: <https://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/previsoes-ploa/arquivos-e-imagens/dgt-2015>>. Acesso em: 20/02/2021.

**Demonstrativo anual dos Gastos Tributários 2016.** Disponível em: <https://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/previsoes-ploa/arquivos-e-imagens/DGTPLOA2016FINAL.pdf>>. Acesso em: 20/02/2021.

**Planejamento Territorial Indicativo – Carteira de projetos IIRSA 2004.** Disponível em: [http://www.iirsa.org/admin\\_iirsa\\_web/Uploads/Documents/lb04\\_01\\_completo.pdf](http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/lb04_01_completo.pdf)>. Acesso em 20/10/2020.

**Plano Agrícola e Pecuário de 2002-2003.** Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricola-pecuario/plano-agricola-e-pecuario-2002-2003.pdf/view>>. Acesso em: 02/02/2021.

**Plano Agrícola e Pecuário de 2003-2004.** Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas->

[publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricola-pecuario/plano-agricola-e-pecuario-2003-2004.pdf/view](https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricola-pecuario/plano-agricola-e-pecuario-2003-2004.pdf/view)>. Acesso em: 02/02/2021.

**Plano Agrícola e Pecuário de 2004-2005.** Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricola-pecuario/plano-agricola-e-pecuario-2004-2005.pdf/view>>. Acesso em: 02/02/2021.

**Plano Agrícola e Pecuário de 2005-2006.** Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricola-pecuario/plano-agricola-e-pecuario-2005-2006.pdf/view>>. Acesso em: 02/02/2021.

**Plano Agrícola e Pecuário de 2006-2007.** Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricola-pecuario/plano-agricola-e-pecuario-2006-2007.pdf/view>>. Acesso em: 02/02/2021.

**Plano Agrícola e Pecuário de 2007-2008.** Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricola-pecuario/plano-agricola-e-pecuario-2007-2008.pdf>>. Acesso em: 02/02/2021.

**Plano Agrícola e Pecuário de 2008-2009.** Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricola-pecuario/plano-agricola-e-pecuario-2008-2009.pdf>>. Acesso em: 02/02/2021.

**Plano Agrícola e Pecuário de 2009-2010.** Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricola-pecuario/plano-agricola-e-pecuario-2009-2010.pdf/view>>. Acesso em: 02/02/2021.

**Plano Agrícola e Pecuário de 2010-2011.** Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricola-pecuario/plano-agricola-e-pecuario-2010-2011.pdf>>. Acesso em: 02/02/2021.

**Plano Agrícola e Pecuário de 2011-2012.** Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricola-pecuario/plano-agricola-e-pecuario-2011-2012.pdf/view>>. Acesso em: 02/02/2021.

**Plano Agrícola e Pecuário de 2012-2013.** Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricola-pecuario/plano-agricola-e-pecuario-2012-2013.pdf/view>>. Acesso em: 02/02/2021.

**Plano Agrícola e Pecuário de 2013-2014.** Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricola-pecuario/plano-agricola-e-pecuario-2013-2014.pdf/view>>. Acesso em: 02/02/2021.

**Plano Agrícola e Pecuário de 2014-2015.** Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricola-pecuario/plano-agricola-e-pecuario-2014-2015.pdf>>. Acesso em 02/02/2021.

**Plano Agrícola e Pecuário de 2015-2016.** Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricola-pecuario/plano-agricola-e-pecuario-2015-2016.pdf/view>>. Acesso em: 02/02/2021.

**Plano de Acción para la Integración de la Infraestructura Regional en América del Sur- Montevideo, República Oriental del Uruguay-2000.** Disponível em: <[http://www.iirsa.org/admin\\_iirsa\\_web/Uploads/Documents/Plan%20de%20Acci%C3%B3n%20Montevideo%20final.pdf](http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/Plan%20de%20Acci%C3%B3n%20Montevideo%20final.pdf)> Acesso em: 17/05/2021.

**Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil. Dados de 2016.** Disponível em: <[https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas\\_2016-Cimi.pdf](https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2016-Cimi.pdf)> . Acesso em 15/06/2021.

**Setor Mineral: rumo a um novo marco legal.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/altosestudios/arquivos/setor-mineral-rumo-a-um-novo-marco-legal/setor-mineral-rumo-a-um-novo-marco-legal>>. Acesso em: 10/02/2021.



## Anexo I - Lista de obras inseridas na cartilha da IIRSA de 2016 no Brasil

EID	Código	Projeto	Investimento (bi U\$)
Amazonas	AMA28	Interconexão terrestre Pucallpa - Cruzeiro do Sul	0
Amazonas	AMA33	Rodovia Cuiabá - Santarém (BR-163/MT/PA)	6.500
Amazonas	AMA34	Programa de manejo ambiental e territorial (Rodovia Cuiabá-Santarém) (BR-163/MT/PA)	12
Amazonas	AMA35	Porto de Santarém	85
Amazonas	AMA36	Melhoramento da navegabilidade do sistema Solimões-Amazonas	8
Amazonas	AMA38	Melhoramento da navegabilidade do Rio Putumayo-Içá	15
Amazonas	AMA55	Conexão rodoviária Rio Branco - Cruzeiro do Sul	573
Amazonas	AMA57	Rede de terminais fluviais na Amazonia	160
Amazonas	AMA68	Ferrovias de Integração Centro-Oeste fase 3 (Porto Velho - Rio Branco - Cruzeiro do Sul)	0
Amazonas	AMA73	Ferrovias Nova Transnordestina fase 1 (Suape-Salgueiro/Pecém-Eliseu Martins)	3000
Amazonas	AMA76	Ferrovias Nova Transnordestina fase 2 (Eliseu Martins - Porto Franco)	0
Amazonas	AMA77	Ferrovias Norte-Sul fase 1 (Vila do Conde-Açailândia)	0
Amazonas	AMA78	Ferrovias Norte-Sul fase 2 (Açailândia-Palmas)	2500
Amazonas	AMA84	Reabilitação da rodovia BR-222 Açailândia (MA) - Porto de Itaqui (MA)	180
Amazonas	AMA85	Reabilitação da rodovia BR-230 Balsas (MA) - Marabá (PA)	0

Amazonas	AMA86	Pavimentação da rodovia BR-230 Marabá (PA) - Itaituba (PA)	1000
Amazonas	AMA87	Linha de transmissão 500 KV de Tucuruí a Manaus	1320
Amazonas	AMA88	Ferrovias de integração Oeste-Leste fase 2 (Barreiras-Figueirópolis)	550
Amazonas	AMA89	Ferrovias de integração Oeste-Leste fase 1 (Ilhéus-Barreiras)	2000
Amazonas	AMA90	Ferrovias de integração centro-oeste fase 1 (Campinorte - Lucas do Rio Verde)	2000
Amazonas	AMA91	Ferrovias de integração centro-oeste fase 2 (Lucas do Rio Verde - Porto Velho)	0
Amazonas	AMA98	Ampliação da capacidade da rodovia BR-242 São Roque de Paraguaçu (BA) - Sorriso (MT)	200
Amazonas	AMA101	Novo porto na área de Ilhéus	101
Amazonas	AMA105	Ferrovias Norte-Sul fase 3 (Palmas-Campinorte)	600
Capricórnio	CAP14	Nova ponte porto Presidente Franco - porto Meira, com área de controle integrado Paraguai - Brasil	173
Capricórnio	CAP15	Dragagem do porto de Paranaguá	100
Capricórnio	CAP16	Conclusão do anel viário de Curitiba	140
Capricórnio	CAP17	Construção do anel ferroviário de Curitiba	0
Capricórnio	CAP20	Corredor ferroviário bioceânico trecho Cascavel-Foz do Iguaçu	324
Capricórnio	CAP52	Ponte ferroviária com pátio de cargas (Ciudad del Est - Foz do Iguaçu)	0
Capricórnio	CAP53	Corredor ferroviário bioceânico trecho Paranaguá Cascavel e variante ferroviário entre Guarapuava e Engenheiro Bley	1500
Capricórnio	CAP93	Construção da ferrovia Cascavel-Guaíra-Dourados-Maracaju	0
Escudo das Guianas	GUY01	Reabilitação da rodovia Caracas - Manaus	407

Escudo das Guianas	GUY08	Linha de Fibra Óptica ou outra tecnologia apropriada que interconecte Caracas ao Norte do Brasil	0
Escudo das Guianas	GUY10	Ponte sobre o rio Arraya	1,5
Escudo das Guianas	GUY11	Ponte sobre o Rio Takuto	10
Escudo das Guianas	GUY26	Melhoramento da rodovia Georgetown-Albina; Rodovia de Macapá à Oiapoque: trecho Ferreira Gomes - Oiapoque	15
Escudo das Guianas	GUY35	Ponte Internacional sobre o rio Oiapoque	350,1
Escudo das Guianas	GUY41	Centro de Controle Integrado Fronteiriço Oiapoque	60
Escudo das Guianas	GUY42	Rodovia Boa Vista - Bonfim	5,9
Hidrovia Paraná	Paraguai- HPP07	Melhoramento da navegabilidade do Rio Paraguai entre APA e Corumbá	39
Hidrovia Paraná	Paraguai- HPP19	Melhoramento da navegabilidade do Rio Tietê	800
Hidrovia Paraná	Paraguai- HPP25	BR-277: Santa Terezinha de Itaipu - Cascavel	4,9
Hidrovia Paraná	Paraguai- HPP28	Projeto binacional transposição de Itaipu	0
Hidrovia Paraná	Paraguai- HPP29	Projeto binacional melhoramento da navegabilidade no lago Itaipu	0
Hidrovia Paraná	Paraguai- HPP108	Melhoramento da navegabilidade do rio alto paraná (Aguas Arriba - Salto del Guairá)	15
Interoceânico Central	IOC11	Anel Ferroviário de São Paulo	1000
Interoceânico Central	IOC13	Contorno Ferroviário de Campo Grande	31
Interoceânico Central	IOC14	Contorno rodoviário de Campo Grande	12
Interoceânico Central	IOC15	Contorno rodoviário de Corumbá	8

Interoceânico Central	IOC16	Arco Rodoviário do Rio de Janeiro e acesso rodoviário ao porto de Itaguaí	1200
Interoceânico Central	IOC17	Melhoramento do trecho ferroviário Corumbá Santos	3700
Interoceânico Central	IOC19	Construção da avenida perimetral do porto de Santos e dragagem	334,4
Interoceânico Central	IOC20	Melhoramento do trecho ferroviário Corumbá-Campo Grande (ferrovia pantanal)	22
Interoceânico Central	IOC25	Área de controle integrado Porto Suárez-Corumbá	2
Interoceânico Central	IOC29	Posto de fronteira San Matias - Cáceres (Porto Limão)	2
Interoceânico Central	IOC30	Pavimentação Porto Limão - Fronteira com a Bolívia (San Matías)	13
Interoceânico Central	IOC77	Construção da ponte internacional e posto de fronteira Carmelo Peralta (Paraguai) - Porto Murtinho (Brasil)	0
Mercosul-Chile	MCC04	Conclusão da duplicação do trecho rodoviário Belo Horizonte - São Paulo (BR-381/SP/MG)	1300
Mercosul-Chile	MCC05	Adequação do trecho Navegantes - Rio do Sul (BR-470/SC)	400
Mercosul-Chile	MCC06	Ampliação aeroporto de Campinas	3550
Mercosul-Chile	MCC07	Ampliação aeroporto de Guarulhos	1900
Mercosul-Chile	MCC08	Ampliação da infraestrutura do porto de São Francisco do Sul	131,6
Mercosul-Chile	MCC09	Melhoramento da infraestrutura do porto de Itajaí, SC	68
Mercosul-Chile	MCC11	Conclusão da duplicação do trecho rodoviário São Paulo - Curitiba (BR-116/SP)	350
Mercosul-Chile	MCC12	Construção do anel viário de São Paulo (trecho sul)	2700
Mercosul-Chile	MCC13	Construção e pavimentação da rodovia BR-282/SC Florianópolis-Fronteira com a Argentina	100

Mercosul-Chile	MCC14	Construção do trecho rodoviário Santa Maria - Rosário do Sul (BR-158/RS)	30
Mercosul-Chile	MCC15	Duplicação do trecho rodoviário Palhoça-Osório (BR-101/SC/RS)	2000
Mercosul-Chile	MCC18	Recuperação da rodovia Porto Alegre-Uruguaiana (BR-290/RS)	250
Mercosul-Chile	MCC20	Adequação do trecho da rodovia Rio Grande-Pelotas (BR-392/RS)	500
Mercosul-Chile	MCC21	Ampliação das docas do porto de Rio Grande	435,7
Mercosul-Chile	MCC22	Construção da ponte internacional Jaguarão-Rio Branco	93,5
Mercosul-Chile	MCC61	Sistema Itaipu (existente)	16000
Mercosul-Chile	MCC63	Construção da planta hidrelétrica de Garabí	2728
Mercosul-Chile	MCC65	Construção do gasoduto Aldea Brasileña (Argentina) - Uruguaiana (Brasil)	510
Mercosul-Chile	MCC66	Linha de transmissão Itaipu-Londrina-Araraquara	149,1
Mercosul-Chile	MCC85	Dragagem lagoa Merin	2,9
Mercosul-Chile	MCC115	Recondicionamento da ferrovia Rivera-Santana do Livramento-Cacequi	5
Mercosul-Chile	MCC123	Interconexão elétrica entre Uruguai e Brasil	349
Mercosul-Chile	MCC131	Nova ponte internacional sobre o rio Pepiri Guazu, entre Paraíso (Brasil) e San Pedro (Argentina)	8
Mercosul-Chile	MCC132	Construção do anel viário de São Paulo (trecho norte)	2810
Mercosul-Chile	MCC138	Construção da planta hidrelétrica de Panambí	2474
Mercosul-Chile	MCC139	Cabo de fibra óptica entre Brasil e Uruguai	0
Mercosul-Chile	MCC157	Dragagem do rio Tacuarí	1,4

Mercosul-Chile	MCC158	Dragagem, balizamento e sinalização do sistema lagoa Merin - lagoa dos patos	2,6
Peru-Brasil-Bolívia	PBB02	Posto de fronteira e construção do centro binacional de atenção à fronteira (CEBAF) Peru-Brasil	25,2
Peru-Brasil-Bolívia	PBB03	Ponte sobre o rio Acre	12
Peru-Brasil-Bolívia	PBB16	Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira (Hidrelétrica Santo Antônio e Hidrelétrica Jirau)	18209
Peru-Brasil-Bolívia	PBB17	Hidrelétrica binacional Bolívia-Brasil	5000
Peru-Brasil-Bolívia	PBB18	Linha de transmissão entre as duas centrais hidroelétricas do rio Madeira e o sistema central	3823
Peru-Brasil-Bolívia	PBB60	Ponte internacional sobre o rio Mamoré entre Guayara-Merín (Bolívia) e Guajará-mirim (Brasil)	75
Peru-Brasil-Bolívia	PBB64	Ponte sobre o rio Madeira em Abuna (BR-364/RO)	48
Peru-Brasil-Bolívia	PBB65	Ponte internacional sobre Igarapé Rapiran entre Plácido de Castro (Brasil) e Montevideo (Bolívia)	0

Fonte: Carteira de Projetos IIRSA 2016. Elaboração Própria.

## ANEXO II

Mapa 1 – Eixos de Integração e Desenvolvimento



Fonte: Cartera de Proyectos IIRSA/COSIPLAN 2017.

Mapa 2 - Mapa da área de influência do Eixo de Integração e Desenvolvimento Amazonas



Fonte: Cartera de Proyectos IIRSA/COSIPLAN 2017.

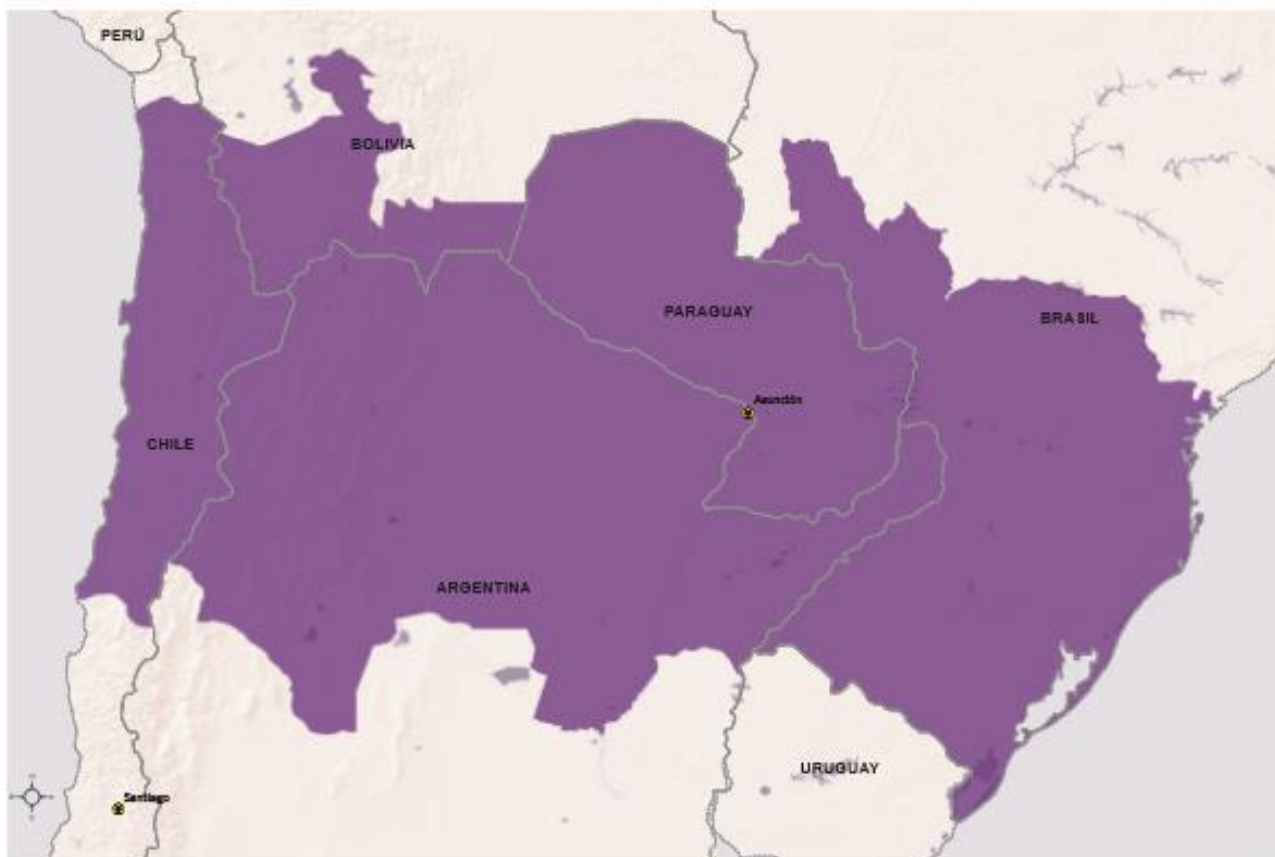


Mapa 3 – Mapa da área de influência do Eixo de Integração e Desenvolvimento Andino



Fonte: Cartera de Proyectos IIRSA/COSIPLAN 2017.

Mapa 4 – Mapa da área de influência do Eixo de Integração e Desenvolvimento Capricórnio



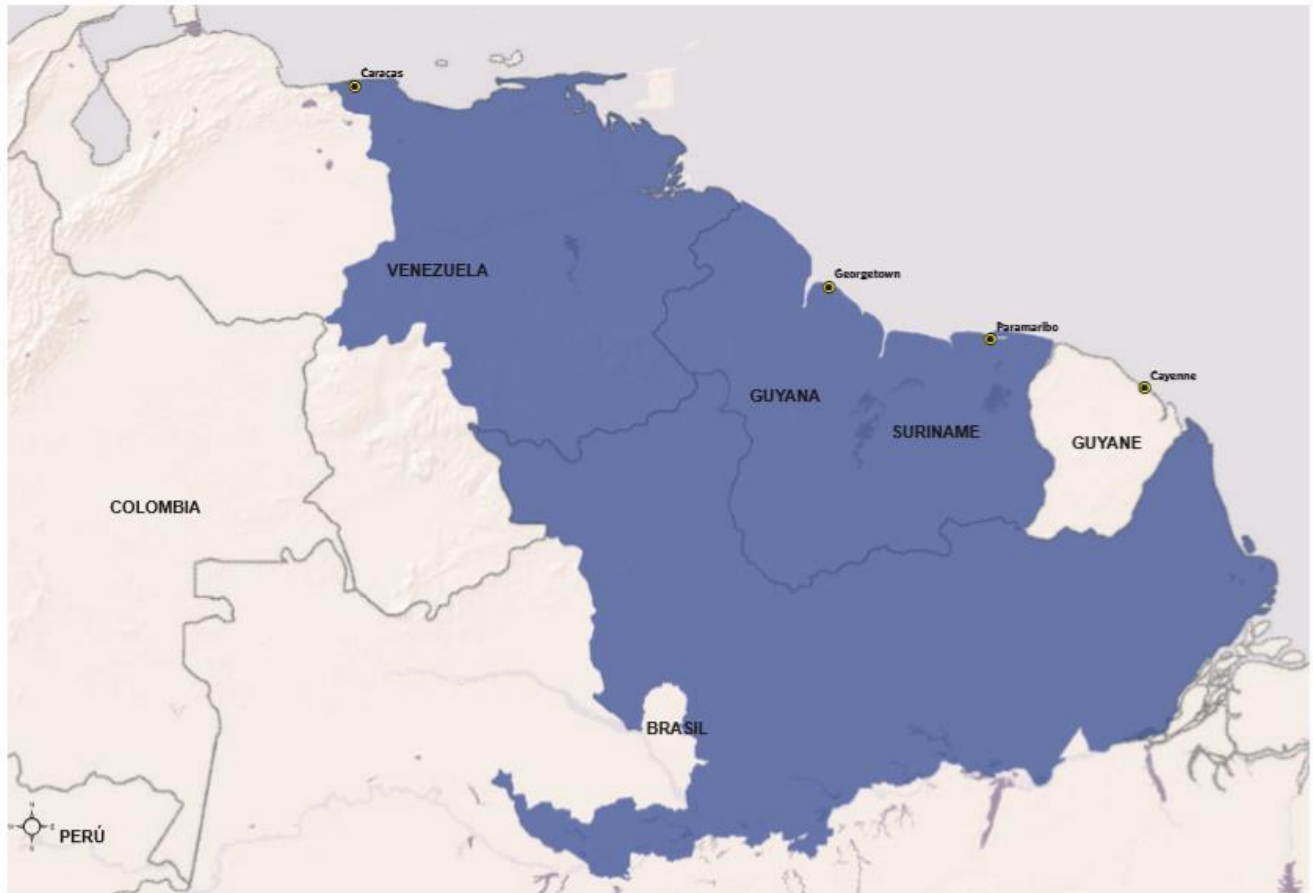
Fonte: Cartera de Proyectos IIRSA/COSIPLAN 2017.

Mapa 5 – Mapa da área de influência do Eixo de Integração e Desenvolvimento do Sul



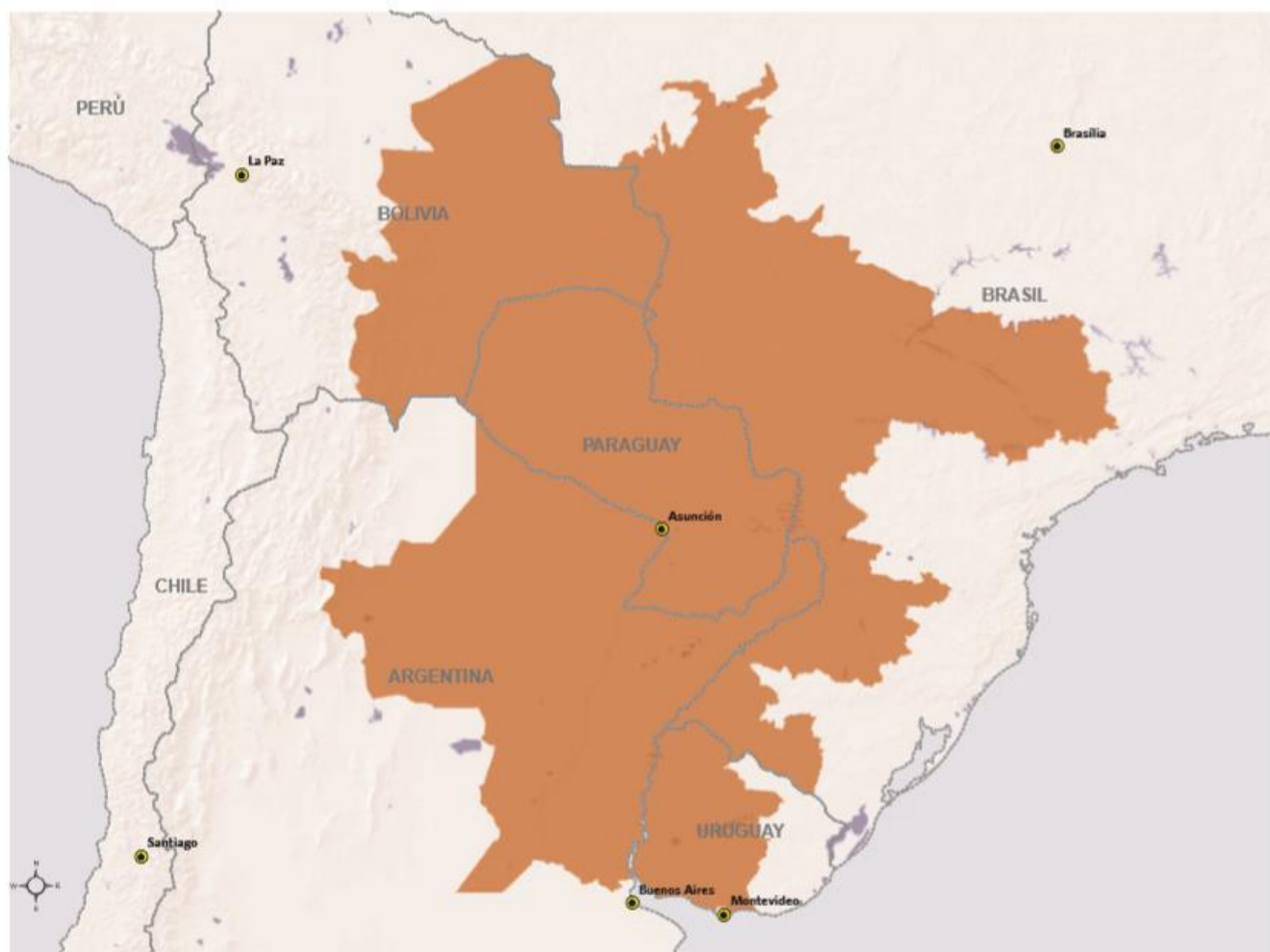
Fonte: Cartera de Proyectos IIRSA/COSIPLAN 2017.

Mapa 6 – Mapa área de influência Eixo de Integração e Desenvolvimento



Fonte: Cartera de Proyectos IIRSA/COSIPLAN 2017.

Mapa 7 – mapa da área de influência do Eixo de Integração e Desenvolvimento Hidrovia Paraná-Paraguay



Fonte: Cartera de Proyectos IIRSA/COSIPLAN 2017.

Mapa 8 – Mapa da área de influência do Eixo de Integração e Desenvolvimento Interoceânico Central



Fonte: Cartera de Proyectos IIRSA/COSIPLAN 2017.

Mapa 9 – Mapa da área de influência do Eixo de Integração e Desenvolvimento Mercosul-Chile



Fonte: Cartera de Proyectos IIRSA/COSIPLAN 2017.

Mapa 10 – Mapa da área de Influência do Eixo de Integração e Desenvolvimento Peru-Brasil-Bolívia



Fonte: Cartera de Proyectos IIRSA/COSIPLAN 2017.